

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos

Jorge Eduardo Moreira Castilho Ferreira Lopes

Projeto de Mestrado em Arqueologia

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos

Jorge Eduardo Moreira Castilho Ferreira Lopes

Projeto de Mestrado em Arqueologia
apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
sob a orientação da Professora Doutora Ana Catarina de Freitas Alves
Bravo de Sousa

Projeto de Mestrado em Arqueologia

2015

Agradecimentos

Este trabalho só se tornou possível com a ajuda e participação de muitos. A sua realização e concretização só foi exequível graças ao contributo de um conjunto de pessoas, que ao longo de todo o processo de investigação e elaboração desta tese me ajudaram com o seu incentivo, apoio, tempo, sabedoria e trabalho. A estas pessoas deixo aqui expresso o meu sincero reconhecimento e agradecimento:

Em primeiro lugar, à minha orientadora, a professora Doutora Ana Catarina Sousa, não só pelo facto de ter aceite desde o início o desafio de orientar este trabalho, mas também pela disponibilidade, paciência, confiança e apoio, ao longo de todo este tempo.

Ao Dr. Guilherme Cardoso por toda a disponibilidade demonstrada na partilha de informação e conhecimento.

Um obrigado muito especial à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos e, ao seu executivo, em especial ao Sr. Presidente André Rijo, que acreditou neste projeto, demonstrando todo seu apoio em todas as fases de execução. Ao Sr. ex-Presidente do Município, Carlos Lourenço e, à Sra. Ex-Vereadora com o pelouro da Cultura, Dra. Maria Gertrudes Cunha, que perceberam desde logo o papel fundamental que o património arqueológico pode ter para o desenvolvimento local. Também um agradecimento sincero e um abraço a todos os meus colegas dos diferentes departamentos desta instituição que colaboraram e mostraram dedicação, nomeadamente, ao Tiago Marques, à Ana Correia, à Paula Ferreira, ao Paulo Câmara, ao Filipe Raimundo, ao Bruno Rato, ao Saul Matos, ao Renato Batalha e à Rosário Matos.

Mais uma vez ao Tiago Marques e também ao Samuel Neves Santos que, para além dos seus incentivos, ajudaram-me e acompanharam-me na maioria dos trabalhos de campo e tratamento de materiais.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela celebração do protocolo com o Município de Arruda dos Vinhos e que permitiu que este projeto fosse realizado e, a todos os alunos do Seminário de Arqueologia do Território, do primeiro ano do Mestrado de Arqueologia, que participaram nos trabalhos de campo, sob a orientação da professora Doutora Ana Catarina Sousa. A todos os professores do Mestrado de

Arqueologia que me ajudaram na realização dos trabalhos dos diversos seminários, cuja sua compilação culmina neste trabalho.

Finalmente, um reconhecimento e obrigado muito especial, à Vânia Sousa, aos meus pais e irmãos, pelo incentivo que me deram ao longo deste tempo, nos momentos de maior dificuldade e nos mais desmoralizantes.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho de investigação, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

Palavras-chave: Arqueologia, Património Arqueológico, Inventário, Gestão do Território

O presente trabalho constitui-se como uma proposta de Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos, abrangendo a ampla diacronia de ocupação do território. Nele se apresenta uma análise sobre o território e respetivo povoamento, resultante da compilação e revisão da informação sobre o património já conhecida e publicada, bem como a identificação/relocalização e caracterização de novos sítios arqueológicos.

O inventário aqui proposto resulta da conjugação de várias fases e trabalhos decorrentes da investigação arqueológica: a investigação prévia em função das referências documentais, bibliográficas, toponímicas e orais que indiciavam a presença de eventuais ocorrências arqueológicas, os trabalhos de prospeção de superfície e o trabalho de criação de base de dados.

Apesar dos escassos dados obtidos, e tendo em conta a lacuna histórica de informação arqueológica deste território, esta sistematização da informação, permite aprofundamento do conhecimento do património arqueológico deste concelho - ainda que de forma ténue, contribui para o conhecimento de ocupação antiga na Península de Lisboa - e, possibilita uma melhor preservação, salvaguarda, promoção e valorização do mesmo. Assume-se também, como sendo um importante contributo para a gestão do território municipal.

Para além da reflexão teórica, a realização do projeto Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, proporcionou a experiência prática de aproximação da comunidade, nomeadamente os jovens, às questões de salvaguarda e valorização do património cultural local, conjugando o trabalho de campo e o tratamento dos dados.

Abstract

Keywords: Archaeology, Archaeological, Heritage Inventory, Land Management

This work constitutes a proposal for a Charter of Archaeological Arruda dos Vinhos Municipality, covering the broad diachronic occupation of the territory. It presents an analysis of the territory and respective settlement resulting from the compilation and review of information on the assets already known and published, and the identification / relocation and characterization of new archaeological sites.

The inventory proposed here results from the combination of several phases and work connected with the archaeological investigation: a preliminary investigation on the basis of documentary, bibliographic, place names and oral references that indicated the presence of any archaeological occurrences, surface exploration work and working Database Creation.

Despite scarce data, and taking into account the historical gap of archaeological information in this territory, this systematization of information, allows deeper knowledge of the archaeological heritage of this county - albeit tenuously, contributes to the ancient occupation of knowledge in peninsula Lisbon - and allows for better preservation, protection, promotion and exploitation thereof. It is also assumed, as an important contribution contribution to the management of the municipal territory.

In addition to the theoretical reflection, the realization of the project Archaeological Charter of Arruda dos Vinhos, provided the practical experience of community approach, in particular young people, to safeguard issues and enhancement of local cultural heritage, conjugated fieldwork and processing of the data.

Índice

Introdução	3
1. A Carta Arqueológica	5
2. O Território	9
2.1. Enquadramento geográfico e administrativo	9
2.2. Enquadramento natural – A Paisagem, Geologia e Geomorfologia	10
2.3. A Paisagem Atual	12
2.4. A Paisagem Antiga	13
3. História da Investigação	17
4. Metodologias	24
4.1. Sistematização da Informação Patrimonial (Recolha Bibliográfica e Documental)	24
4.2. Análise Territorial	26
4.3. Trabalhos de Campo: Prospeção de Superfície.....	27
4.3.1. Registo e Documentação.....	30
4.4. Trabalho de Gabinete e Laboratório: Tratamento dos Dados	32
4.5. Duração e Faseamento dos Trabalhos.....	33
4.6. A Equipa	34
5. Uma leitura dos dados da Carta Arqueológica de Arruda na Península de Lisboa – Vale do Tejo	35
5.1. A Pré-história	40
5.1.1. As ocupações plistocénicas.....	40
5.1.2. As primeiras sociedades camponesas (Neolítico e Calcolítico)	
.....	41
5.1.3. A Proto-história (Idade do Bronze e Idade do Ferro)	51
5.2. O Período Romano.....	56
5.3. Da Idade-Média ao Período Moderno.....	66
5.4. O período Contemporâneo: As Invasões Napoleónicas.....	76
5.5. Em síntese... a paisagem e a memória de um território	84
6. Uma proposta de gestão do território	87
6.1. As ameaças.....	92
6.2. Proteção e Salvaguarda do Património Arqueológico e Edificado	93

6.2.1. Áreas Urbanas	94
6.2.2. Meio Rural	95
7. A Arqueologia e a Sociedade: O papel das autarquias na educação de públicos para a proteção, salvaguarda e divulgação do património arqueológico.....	99
7.1. O Contributo da Comunidade Local na Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos: O Projeto Arqueologia Viva (!).....	103
A Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos em Perspetiva.....	105
Bibliografia.....	110

Índice de Anexos

ANEXO I: Base de dados geral (Inventário de Sítios Arqueológicos/Inventário do Espólio Arqueológico)

ANEXO II: Cartografia (Os Mapas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70 encontram-se em anexo apenas em formato digital)

ANEXO III: Fichas de Sítio

ANEXO IV: Enquadramento Legal

Introdução

No âmbito do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, apresenta-se esta dissertação com o tema Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos.

Organizada em nove capítulos, a Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, trata-se de um inventário atualizado e georreferenciado de sítios e/ou vestígios arqueológicos existentes no concelho, de maneira a fomentar a valorização, a investigação/divulgação e a proteção do património arqueológico de Arruda dos Vinhos.

O município de Arruda dos Vinhos não possuía, até ao momento, um documento de inventário do património arqueológico que permitisse fornecer uma leitura geral da ocupação humana do território. Assim, este documento resulta da necessidade de se criar uma ferramenta sólida que contribua para o conhecimento e divulgação, proteção e gestão do património histórico e arqueológico do município de Arruda dos Vinhos, permitindo contribuir para uma melhor gestão do território municipal, no sentido da tomada de medidas que minimizem eventuais impactos negativos sobre o património arqueológico.

O investimento na investigação arqueológica no município de Arruda dos Vinhos, tem sido bastante reduzido, contrastando com o panorama da história da investigação arqueológica regional. As intervenções arqueológicas da iniciativa do Museu Etnográfico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia), por Leite de Vasconcellos na Anta de Arruda, as campanhas de escavações arqueológicas entre 1988 e 1998, pelos arqueólogos da Assembleia Distrital de Lisboa, João Ludgero Gonçalves e Guilherme Cardoso, no sítio do Castelo (Gonçalves, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992; Cardoso, 1997, 1998 e 1999), os projetos de avaliação do impacto ambiental sobre o património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, no âmbito das obras públicas de construção de ciclo combinado na Central Termoelétrica do Carregado e instalação das infraestruturas associadas da Rede Nacional de Transportes, no Casal Novo, (Portal do Arqueólogo - DGPC), os trabalhos de acompanhamento arqueológico, no ano de 2004, no âmbito do *Projeto EIA- construção do sub-lanço Bucelas/Carregado*, da A10 (Costa, 2005; Pinto, 2012), e mais recentemente, os trabalhos de limpeza de matos, escavação e restauro nas obras militares, forte do Cego (Obra Militar nº9) e forte da Carvalha (Obra Militar nº 10), nos anos de 2008 e 2010 (Cardoso, 2008a, 2008b, 2010), no âmbito do

projeto Rota Histórica das Linhas de Torres e, o acompanhamento arqueológico e os trabalhos de escavação na rua do Adro, junto à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Salvação (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013), na sequência, do Projeto de Requalificação dos Arruamentos da Procissão de N^a Sr.^a da Salvação – I Fase, participado pelo QREN e pelo Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, em 2012, são os momentos que contribuem para o escasso conhecimento do passado deste território.

Apesar da escassez de informação, reconhece-se a importância do passado histórico do território de Arruda dos Vinhos e do seu potencial e valor patrimonial.

Assim, o principal objetivo desta dissertação é apresentar de um inventário do património arqueológico, sob forma de Carta Arqueológica. Desta forma, reuniram-se todos os dados já existentes e, com a realização de prospeção arqueológica, foram identificados novos sítios de interesse arqueológico que vêm acrescentam conhecimento sobre o património do município. Este documento também pretende contribuir para a salvaguarda, valorização e a divulgação do património, integrando o levantamento no Plano Diretor Municipal (em revisão) e, através dos dados recolhidos, fazer uma análise do modelo de ocupação e de povoamento do território de Arruda dos Vinhos.

A "Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos", não pode ser considerada como um documento acabado e fechado, pois tal como todas as Cartas Arqueológicas, representa uma primeira visão do potencial arqueológico e, novos factos podem ser revelados, pois a intervenção do homem na alteração dos solos, poderá provocar o aparecimento de novos vestígios arqueológicos, justificando uma atualização sistemática da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos.

Por último, o projeto “Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos” pretende assumir, ainda, uma componente educativa e de sensibilização de públicos. Dar a conhecer os sítios e/ou vestígios arqueológicos que fazem parte do património arqueológico, despertará consciências para a preservação da memória e identidade local. Divulgar o património arqueológico é entendido como uma forma de reforçar a autoestima das populações, podendo contribuir, também, para o desenvolvimento económico e social local (por exemplo: turismo).

1. A Carta Arqueológica

O património é um legado deixado pelas sociedades do passado, cujo conteúdo cultural deverá ser preservado, estudado e divulgado, com um objetivo de transmissão às gerações futuras – este objetivo só poderá ser assegurado através da já referida inventariação dos bens arqueológicos e de uma gestão integrada do património.

Assim, o património, em particular o património arqueológico, assume-se como a identidade das sociedades, pelo seu significado coletivo e pelo seu valor simbólico, logo, é fundamental a consciencialização para a sua salvaguarda e valorização. Neste sentido, a atual lei portuguesa, segundo o 74º artigo da Lei número 107/2001 de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural - LPC, considera que, o património arqueológico totaliza “todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta e dos seres humanos (...) os depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens moveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental”.

Tendo em conta que só se pode preservar aquilo que se conhece, a Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos pretende ser um instrumento que permitirá contribuir para um desenvolvimento sustentável do concelho, dando um contributo mais ativo da Arqueologia na gestão do território e no interface com os interesses urbanísticos.

Pretende-se que toda a informação obtida integre um sistema de gestão e planeamento de modo a criar medidas, no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho, de proteção e conservação de sítios e espólio. A salvaguarda não pode ser um entrave ao crescimento nem ao desenvolvimento local. Esta apenas acrescenta procedimentos e regras que ajudam a decidir de forma lógica e fundamentada sobre determinada realidade/contexto arqueológico.

A carta arqueológica municipal, peça fundamental da arqueologia preventiva, corresponde a um inventário atualizado e georreferenciado de sítios/vestígios arqueológicos, traduzindo-se num instrumento que permite identificar globalmente o património arqueológico presente no território respetivo, constituindo-se como

fundamental na sua política de valorização, investigação, divulgação, salvaguarda e proteção.

O quadro legal português (Lei das Competências Autárquicas, Lei de Bases do Património Cultural, Lei de Bases do Ambiente; Lei de Bases do Ordenamento do Território Urbano) e, à escala local, o Plano Diretor Municipal estabelecem a proteção, salvaguarda e valorização do Património Arqueológico.

Sendo o município um órgão da administração local, assume assim, o papel atribuído às autarquias, quanto à salvaguarda do património cultural, de acordo com Lei das Competências das Autarquia e à Lei de Bases do Património. A Lei das Competências Autárquicas determina que “é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos no domínio do património cultural do Município”, assim como “organizar e manter atualizado um inventário do património cultural”. O artigo 3º da Lei de Bases do Património Cultural estabelece que, “o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever das autarquias locais”.

Desta forma, o património arqueológico é um legado deixado pelas sociedades do passado, cujo seu conteúdo cultural deverá ser preservado, estudado e divulgado, com objetivo pedagógico e de transmissão às gerações seguintes. Esses objetivos só poderão ser assegurados através da inventariação dos bens arqueológicos e da gestão integrada do património.

O território do concelho de Arruda dos Vinhos apresenta escassa atividade arqueológica, contrastando com o panorama regional, nomeadamente com os concelhos limítrofes de Vila Franca de Xira ou de Mafra, onde na última década o número de sítios arqueológicos tem crescido exponencialmente.

Situando-se no *hinterland* da Península de Lisboa, entre a área do estuário do Tejo e a costa atlântica, seria expectável que o território de Arruda dos Vinhos tivesse sido ocupado durante uma longa diacronia.

Face à inexistência de um levantamento exaustivo e detalhado do património arqueológico do concelho de Arruda dos Vinhos, tornou-se premente a necessidade da elaboração da Carta Arqueológica deste município pois, é evidente que só se pode preservar o que se conhece. Este instrumento torna-se determinante para o desenvolvimento sustentável do concelho, no que diz respeito, à definição das suas políticas de ordenamento do território, prevendo-se a sua utilização no processo de

revisão do PDM de Arruda dos Vinhos (Aviso (estrato) nº 26906/2008, DR nº 219, série 2 de 2008, com alterações pelo Aviso nº 17585/2011, DR n.º 173, Série II de 2011-09-08.

A sua realização veio concretizar um dos objetivos da política de salvaguarda do património levada a cabo pelo município de Arruda dos Vinhos, ou seja, a criação de uma ferramenta que contribui para estratégia de gestão e planeamento urbanístico do concelho, permitindo conciliar a salvaguarda do património arqueológico com os interesses urbanísticos. Deste modo, este trabalho vem contribuir para um papel mais ativo da arqueologia na gestão do território. Toda a informação obtida está integrada num sistema de gestão e planeamento e irá criar medidas, no âmbito do PDM, de proteção e conservação de sítios e espólio. A salvaguarda não pode ser um entrave ao crescimento nem ao desenvolvimento local. Esta apenas acrescenta procedimentos e regras que ajudam a decidir de forma lógica e fundamentada sobre determinada realidade/contexto arqueológico.

Deste modo, a autarquia está a assumir a sua responsabilidade na salvaguarda do património, com uma atitude preventiva no domínio da arqueologia.

A este levantamento é atribuído um primeiro diagnóstico da história de ocupação deste território, contribuído também, para colmatar o vazio de informação para esta região e abre novas perspetivas de investigação.

O projeto Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos apresenta também, uma componente educativa e sensibilização de públicos. Dar a conhecer os sítios e/ou vestígios arqueológicos fazem parte da ação preventiva e de salvaguarda do património arqueológico, que desperta consciências para a preservação da memória e identidade local. Divulgar o património arqueológico é entendido como uma forma de reforçar a autoestima das populações, numa perspetiva de dinamização do património arqueológico (ruínas e áreas museológicas), contribuindo para o desenvolvimento económico e social local, sendo o turismo o retorno mais rápido e mais visível.

A estratégia adotada pela equipa de arqueologia, em parceria com o município de Arruda dos Vinhos, vem no sentido de uma arqueologia pública e da educação patrimonial destinada ao grande público local, de diversas faixas etárias e níveis escolares, com uma participação ativa nos trabalhos arqueológicos.

A realização da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, permitiu realizar um primeiro diagnóstico da história de ocupação do território de Arruda dos Vinhos,

procurando colmatar a lacuna de conhecimento, através do inventário de sítios com potencial arqueológico e fornecer uma nova leitura rigorosa e atualizada do conhecimento. Ao mesmo tempo, a Carta Arqueológica surge como uma necessidade de criar uma nova ferramenta de trabalho que deverá ser partilhada com outros sectores do planeamento e ordenamento do território do Município de Arruda dos Vinhos.

2. O Território

2.1. Enquadramento geográfico e administrativo

O território de Arruda dos Vinhos localiza-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTT 3 - Oeste), no Distrito de Lisboa, confinando a Sul com o Município de Loures, a Norte com o Município de Alenquer, a Oeste com os de Sobral de Monte Agraço e Mafra e a Este com o Município de Vila Franca de Xira.

Com uma área total aproximada de 77,7 km², o município de Arruda dos Vinhos localiza-se na Carta Militar de Portugal, escala 1: 25 000, folhas n.º 389,390,403, e subdivide-se em 4 freguesias: Arruda dos Vinhos (34,6 km²), Arranhó (21,8 km²) a Oeste, Cardosas (6 km²) a Este, e S. Tiago dos Velhos (15,3 km²) a Sul, sendo a vila de Arruda dos Vinhos sede de Município.

A data de fundação jurídica do concelho remonta a 1160, aquando da carta de foral concedido por D. Afonso Henriques. Em 1172, D. Afonso Henriques doa o castelo de Arruda à Ordem Militar de Santiago (Herculano, 1846-1853). D. Manuel concedeu em 1517 Foral ao Concelho de Arruda dos Vinhos, confirmando privilégios já existentes (Ferreira e Câmara, 1999; Rogeiro, 1997).

Em finais do séc. XIX, a 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o município de Arruda dos Vinhos, por Decreto Régio do Rei D. Carlos I. As agitações políticas dos finais do Séc. XIX alteraram a estrutura administrativa do município. Em 1832, o município de Arruda dos Vinhos era composto pelas freguesias de Arruda e Cardosas, a 6 de Novembro de 1836 passam para o município de Arruda dos Vinhos as freguesias de Arranhó e S. Tiago dos Velhos. A 24 de Outubro de 1855 extingue-se o concelho de Sobral de Monte Agraço, e são incorporados em Arruda dos Vinhos as freguesias de Sapataria, S. Quintino e Sobral. A 10 de dezembro de 1867 é extinto, por decreto, o município de Arruda dos Vinhos, dando cumprimento ao Código Administrativo de 26 de julho do mesmo ano. A freguesia de Arruda dos Vinhos é agregada às freguesias de Arranhó e Cardosas, constituindo uma só freguesia, fazendo parte do município de Vila Franca de Xira. A 1 de Janeiro de 1868 é revogada a reforma administrativa e volta tudo à situação anterior. Em 10 de Fevereiro de 1887, a sede de concelho é transferida da vila de Arruda para a vila de Sobral de Monte Agraço. A 22 de Março de 1890, é restaurado o município de Arruda dos Vinhos, pelo Ministério Regenerador, com a organização

das freguesias que tinha à data da extinção do município de Sobral de Monte Agraço. A 26 de Setembro de 1895, pela reforma administrativa, são extintos os municípios de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço. São anexados ao concelho de Vila Franca de Xira as freguesias de Arranhó, Arruda, Cardosas e S. Tiago dos Velhos e ao de Torres Vedras as freguesias de S. Quintino, Sapataria e Sobral. A 13 de Janeiro de 1898 são restabelecidos os dois municípios, mantendo-se assim até à atualidade.

2.2. Enquadramento natural – A Paisagem, Geologia e Geomorfologia

Para uma leitura do património arqueológico do Município de Arruda dos Vinhos, nomeadamente, no que diz respeito aos trabalhos de campo da Carta Arqueológica, é fundamental conhecer e compreender a paisagem envolvente, de forma a interpretar os diversos sistemas culturais, identificando-os no espaço e no tempo, assim, “diversos substratos geológicos determinam diferenças importantes, sobretudo em termos de topografia, recursos hídricos, recursos mineiros, capacidade de uso dos solos, etc., fatores muitas vezes determinantes na fixação e distribuição dos grupos humanos nos variados contextos cronológico-culturais” (Calado, 1993, p.9).

A leitura que se faz desta primeira fase da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, permite dizer que a ocupação humana neste território é bastante remota, pois, o meio natural potencializou ao longo dos tempos a procura de locais de fixação temporária ou sedentária, levando à utilização e exploração do território e dos seus recursos de forma intensiva.

No que respeita à hidrografia, o Município de Arruda dos Vinhos, em toda a sua área, situa-se na bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa. O Rio Grande da Pipa corre de Oeste para Leste, com nascente em Sobral de Monte Agraço, e com passagem na vila de Arruda dos Vinhos, afluindo no Rio Tejo na zona do Carregado. Tendo como área aproximada da sua bacia de 110 km², confinando a Norte com a bacia do Rio Alenquer, a Sul com a bacia do Rio Trancão, a Oeste com a bacia do Rio Sizandro e a Este com a bacia do Tejo (Oliveira, 2012). São seus afluentes a Ribeira da Barroca, a Ribeira das Cachoeiras, a Ribeira das Cardosinhas, a Ribeira de Monfalim, a Ribeira de Santana da Carnota e a Ribeira de São Sebastião. Em termos geológicos, enquadra-se no ponto de contacto entre a Orla Mesocenoica Ocidental e a Bacia Terciária do Tejo e Sado.

A bacia do Rio Grande da Pipa ocupa uma área de cerca 110 km², limitada a Norte pela bacia da ribeira da Ota e a Sul, do Rio Trancão, assumindo-se atualmente como um importante afluente do Tejo, embora se encontre bastante assoreado devido à variação do caudal.

O município de Arruda dos Vinhos, localiza-se na Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000, nas folhas 30-D (Alenquer) e 34-B (Loures), a sua área central e nascente, apresenta uma litologia constituída essencialmente por formações Jurássicas (maioritariamente margas de Abadia) intercetadas por rochas filonianas, a área poente do concelho, designadamente a área de Santiago dos Velhos e Arranhó é constituída por formações de margas calcárias (Oliveira, 2012). Num contexto geral, predomina uma alternância entre calcários, margas, por vezes arenosas e micáceas, verificando-se também intercalações de grés e de conglomerados mais ou menos desenvolvidos (Zbyszewski e Assunção, 1965), representando um afloramento de aproximadamente 13 km de comprimento e 10 km de largura, num afloramento situado entre Sobral de Monte Agraço, Batalha, Carvalha, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Castanheira, Refugidos e Carnota (Oliveira, 2012).

Quanto à litologia, predominam as formações sedimentares do Jurássico Superior, as rochas mais antigas a aflorar na bacia do Rio Grande da Pipa correspondem às Camadas da Abadia, datadas do Kimeridgiano Inferior e Médio, consistindo num complexo argiloso, de argilas, margas e siltitos, que afloram na área entre Arruda dos Vinhos e Cachoeiras em posição horizontal e sub-horizontal (Machado, 1991).

As mais recentes correspondem a aluviões holocénicas, que tem o seu maior desenvolvimento nas lezírias do Tejo (entre Vila Nova da Rainha, Carregado e Vila Franca de Xira) (Oliveira, 2012), podendo atingir nestas áreas espessuras da ordem dos 60 m (Zbyszewski e Assunção, 1965) e, prolongam-se pelos vales das principais linhas de água, nomeadamente, o Rio Grande da Pipa, Rio Alenquer e Rio da Ota.

Sob a forma de afloramentos e chaminés, existe também a presença de abundantes afloramentos de rochas eruptivas a Norte e Sul e Oeste do território, essencialmente, basaltos, doleritos, techenitos, traquibasaltos e rochas básicas alteradas (Zbyszewski e Assunção, 1965), podendo-se encontrar minério de malaquite e azurite (Branco, 2007), de onde é extraído o cobre.

No que diz respeito à morfologia, identificam-se camadas de Abadia que formam um afloramento com cerca de 30 km de comprimento e 10 km de diâmetro. Além das

camadas de Abadia, na área Sul do município, identificam-se formações do complexo pteroceriano, na zona de Arranhó e Santiago os Velhos. Estas correspondem a um afloramento com cerca de 10 km de largura e 14 km de comprimento, que se estende entre Runa, Montejunto, Serra da Atougia e Arruda, que apresenta como principais características a alternância de níveis gresomargosos e calcários (Oliveira, 2012). As altitudes variam entre os 120 m, nomeadamente, na denominada zona de pela Depressão de Arruda dos Vinhos, e os 390 m, nos interflúvios que se encontram relativamente cortados pela rede hidrográfica (Machado, 1991).

As características geomorfológicas da área do concelho de Arruda dos Vinhos, enquadra-se nas características fundamentais da geomorfologia, definidas por H. Lautensach (Ribeiro, Lautensach, e Daveau, 1987, p. 119-160), pertencendo à zona de transição entre a metade Centro Litoral do Portugal Litoral Medio, que corresponde na sua maioria à Península de Lisboa, e o Portugal Meridional, no ponto de contacto entre a Orla Mesocenozoica e a Bacia Terciaria do Tejo e Sado, sofrendo influencia mediterrânica, conforme o definido por Orlando Ribeiro (1998, p. 152). Este é um espaço de contrastes, cujas características geomorfológicas principais (do Portugal Meridional) são influenciadas pelas duas extensas bacias terciarias do Tejo e do Sado.

2.3. A Paisagem Atual

O concelho de Arruda dos Vinhos estende-se por uma área relativamente pouco extensa, de 77,7 km², no entanto, é marcado por uma paisagem heterogénea, existindo diversidade quanto ao uso do solo, dividindo-se o território em área de mato (41,67 %), sequeiro (31,11%), vinha (20,64 %), pomar (3,67%), presente na freguesia de Cardosas, eucalipto (1,19%), regadio/horta (0,76%), pinhal (0,31%), mata (0,26%), olival (0,08%) e não definido (0,31%) (Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos - 1ª Fase - Volume II - Junho 2006, p. 11-12).

Os terrenos de menor capacidade agrícola, A Norte e Sul do município, são ocupados por áreas incultas de mato denso, na sua maioria de carrascos e tojos, tendo com uso a atividade de caça e turismo, nomeadamente, circuitos de desportos motorizados e não motorizados de todo o terreno (TT e BTT) e circuitos de pedestrianismo.

Na zona Este do concelho, na depressão de Arruda, vulgarmente denominado de “vale de Arruda”, devido à relativa abundância da quantidade de água, por influência do rio Grande da Pipa, desenvolvem-se as práticas agrícolas de plantação de vinha, a maior indústria agrícola do território.

A nível de uso do solo, existe diversidade quanto a este aspeto, dividindo-se o município em área de mato (41,67%), sequeiro (31,11%), vinha (20,64%), pomar (3,67%), presente na freguesia de Cardosas, eucalipto (1,19%), regadio/horta (0,76%), pinhal (0,31%), mata (0,26%), olival (0,08%) e não definido (0,31%) (Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos - 1ª Fase - Volume II - Junho 2006, p. 11-12).

Quanto ao povoamento, de acordo com os resultados estatísticos apurados nos Censos 2011, com uma população de cerca de 13111 habitantes, regista-se um aumento da população no município em relação aos Censos 2001, que contava com 10350 habitantes)¹. O município de Arruda dos Vinhos é marcado por um núcleo populacional, a Vila de Arruda dos Vinhos (6265 habitantes) e sede de município, seguindo-se a Vila de Arranhó (1177 habitantes), e as sedes de freguesia de S. Tiago dos Velho (493 habitantes) e Cardosa (308 habitantes) e, por 39 pequenos núcleos populacionais dispersos por todo o território municipal (total habitantes por pequenos núcleos populacionais – 4868).

Em termos gerais, a população do concelho teve um crescimento entre 2001 e 2011 de 2761 habitantes, sendo que, todas as freguesias perderam habitantes exceto a freguesia de Arruda dos Vinhos.

2.4. A Paisagem Antiga

Ao longo dos tempos o homem ocupou e transformou a paisagem, seguindo os propósitos de cariz ambiental, funcional e economicista, escolhendo e ocupando locais habitáveis, tendo em conta as condições orohidrográficas dos território.

A arqueologia atual tende a estudar a paisagem do ponto de vista da relação interdependente do Homem com o meio natural, no âmbito da construção social, considerando a sua dimensão económica, territorial e simbólica (Criado Boado e Villoch Vázquez, 1998, p. 1).

¹ Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1900 - 2001

Os lugares, parte integrante da paisagem, são alvo de atividade humana diária ao longo dos tempos, devido à constante mutação, tornam-se referências na paisagem, possuindo uma identidade, história e função própria, em constante atualização dentro da memória coletiva, criando afetividades entre as comunidades e o espaço. A origem desta afetividade na relação Homem-Natureza, tende para o âmbito da religiosidade e do mito, pois, “a Paisagem deverá, assim, expressar ideologias, imaginários e crenças, mas também sensações e identidades [colectivas]” (Valera, 2000b, p. 120). Assim, “aceita-se que a escolha de um local para o estabelecimento de um habitat, de um monumento ou de uma necrópole é feita, também, ponderando as referências significantes na paisagem e não apenas, pela leitura materialista e funcional do espaço” (Branco, 2007, p.37).

Parte do território de Arruda dos Vinhos, em particular a Este, na depressão de Arruda, estende-se ao longo da bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa, cujas inundações sazonais renovam a fertilidade dos solos. Estas áreas de deposição recentes, são preenchidas por detritos continentais do Miocénico e do Pliocénico: “no vale do Tejo, o assoreamento chega a ter 13 km de largura e segue até 100 km a montante de Lisboa, onde o nível médio das águas do rio tem a altitude de apenas 18 m. Como os dois rios [Tejo e Sado] não acabaram ainda o assoreamento resultante da subida pós-glaciária do nível do mar, desaguam em baías de transgressão” (Ribeiro, Lautensach, e Daveau, 1987, p. 158).

O Rio Grande da Pipa, atualmente encontra-se bastante assoreado devido à variação do caudal, consoante os níveis de precipitação, aumentando o seu caudal nos Cadafais, Alenquer, na confluência com o afluente da Ribeira de Santana da Carnota, prosseguindo, a partir daí, até ao Tejo. Segundo Suzane Deveau, o nível do mar está estabilizado há, aproximadamente 5000 anos, preenchendo, até à altitude de 0 m, a ria ramificada do Tejo e afluentes (Daveau, 1980), apesar do aumento do débito de materiais para o Litoral, que acelera o processo de assoreamento das zonas estuarinas e o crescimento de restingas arenosas que transformaram o litoral na paisagem atual (poderá ter-se intensificado, sobretudo, após a Idade Média (Dias et al., 1997)).

A interpretação da geografia e das alterações da hidrografia ao longo do tempo são importantes no estudo e interpretação das dinâmicas de ocupação deste território, e neste sentido, Suzanne Daveau (1980) chama a atenção para a relação entre a ocupação

e abandono de sítios e a evolução dos cursos de água adjacentes, como é o caso de Vila Nova de S. Pedro.

Assim, a relação com Rio Tejo e a oscilação do nível de água do mar, pode ter contribuído para evolução e alterações sedimentares do Rio Grande da Pipa. Em tempos antigos, o Rio Grande da Pipa poderá ter assumido um papel relevante, no que diz respeito, à evolução da atividade humana, pois terá sido a principal “porta de entrada” para o território de Arruda dos Vinhos. Desta forma, o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas, deixa em aberto a possibilidade de a sua navegabilidade (Pimenta e Mendes, 2010-11 p. 602).

No que diz respeito ao clima, sabe-se que o Holocénico Médio (8-4 Ka BP) terá sido marcado, em termos gerais, “por um clima sub-húmido, favorecendo a expansão da vegetação esclerofila da *Quercetalia ilicis*” (Mateus e Queiroz, 1993, p. 125, Apud Branco, 2007, p. 38). À medida que vão crescendo os cordões litorais arenosos (que transformam os estuários), em particular na bacia do Tejo e Sado, verificou-se o “declínio dos pinhais, protagonizado pelo pinheiro bravo, associado a expansão dos urzais altos (*Ericas coparia*) desenvolvidos em simultâneo com o *Quercus coccifera*”, dando origem à expansão dos choupais ribeirinhos, no seio das bacias fluviais costeiras (Branco, 2007, p. 38).

O Rio Grande da Pipa terá sido uma das ramificações da ria flandriana do Tejo, como revela o nível do assoreamento atual e, só se separa da ria flandriana do Tejo, quando esta se encontra, respetivamente, com os níveis geológicos do Miocénico e do Quaternário (junto de Vila Nova da Rainha e da Quinta do Fidalgo²) (Branco, 2007). O depósito de antigos terraços fluviais, estão limitados na zona entre Vila Nova da Rainha e Carregado. Os aluviões modernos podem atingir cerca de 60 m de espessura e são compostos de areias e lodos tem o seu maior desenvolvimento nas lezírias do Tejo e prolongam-se pelo vales das principais linhas de água, como é o caso do Rio Grande da Pipa, Rio Alenquer ou o Rio Ota.

A antropização da paisagem alterou profundamente a paisagem antiga, transformando-a em solos aráveis. A paisagem pré-histórica caracteriza-se, assim, pela floresta de *Quercus* e espaços abertos, de acordo com João Luís Cardoso, são espaços “ocupados por pastagens naturais, propícias as manadas de auroques e cavalos

² Atualmente, estas localidades distam cerca de 2 km do Rio Tejo.

selvagens” (Cardoso, 1997, p. 38), deixando espaço para o crescimento do freixo, do choupo e do medronheiro, junto das linhas de água (Sousa, 1998).

3. História da Investigação

A história das pesquisas arqueológicas em Arruda dos Vinhos remonta a finais do século XIX, correspondendo a uma fase de criação das grandes instituições como o Museu Nacional de Etnologia e Arqueologia (1892), a Associação de Arqueólogos Portugueses (1863) ou a Comissão Geológica (1859), onde pontificavam figuras como Leite de Vasconcellos, Possidónio da Silva, Carlos Ribeiro ou investigadores regionais como Estácio da Veiga ou Martins Sarmiento.

Em Arruda dos Vinhos, tal como em outras áreas do país, a identificação de achados arqueológicos foi efetuada através de personalidade locais, como padres e médicos. Para o seu enquadramento científico e patrimonial, foi essencial o papel de Leite de Vasconcellos e do Museu Nacional.

Neste contexto se inserem as mais antigas ocorrências arqueológicas de Arruda dos Vinhos: a Anta da Arruda (hoje desaparecida) e a necrópole romana de Arruda dos Vinhos.

A identificação de vestígios megalíticos, Anta de Arruda, próxima do centro da vila, despertou o interesse ao Prior local, Padre Belchior da Cruz, que dá conta deste facto ao *O Século* (25 de Fevereiro de 1897) e publica uma nota no periódico *O Arqueólogo Português*, apelando à intervenção das autoridades (Lopes, 2011). Esta descoberta levou Leite de Vasconcellos à Arruda dos Vinhos em Outubro do mesmo ano, tendo aí realizado escavações arqueológicas. Todos os achados são levados para estudo para o então Museu Etnológico de Belém.

No início do século XX, Tito de Bourbon e Noronha, médico em Arruda dos Vinhos, dado o seu permanente contacto com o concelho e com a sua população tipicamente rural, foi registando experiências e tornou-se num cronista e historiador do concelho.

Tito de Bourbon e Noronha nasceu no Porto em 1861 e morreu em Lisboa em novembro de 1946. Foi Médico Municipal em Arruda dos Vinhos entre setembro de 1885 até à data da sua morte. Era um homem com interesse pela cultura, tendo publicado várias notas arqueológicas sobre o concelho de Arruda dos Vinhos em jornais, revistas e outros boletins oficiais. Amigo de José Leite de Vasconcellos, com o qual trocava várias vezes correspondência, dando conhecimento dos achados

arqueológicos que se iam fazendo pelo concelho em algumas das muitas cartas enviadas.

Bourbon publica com regularidade, durante a década de 20 do século passado na revista *Vida Ribatejana*, as suas crónicas (Bourbon e Noronha, 2006). Nelas relata as vivências, usos e costumes, e faz as primeiras notas históricas e regista ocorrências de achados arqueológicos um pouco por todo o concelho. A sua amizade com Leite de Vasconcellos permitiu uma abertura e divulgação do conhecimento do passado da terra, e veio despertar interesse, mesmo que tímido, da população.

Os contactos entre Bourbon e Leite de Vasconcellos sobre este tema foram intensificando-se e, em 1932, Bourbon dá conhecimento por carta a Leite de Vasconcellos de um “cemitério de outros tempos”, na rua do Adro, rua adjacente à Igreja Matriz. Em 1944, Bourbon escreve o artigo para a revista *Vida Ribatejana*, *Arruda dos Vinhos – Notas Históricas e Arqueológicas*, em que dá conhecimento da existência de um “cemitério de outros tempos, na rua do Adro junto à Igreja de Nossa Senhora da Salvação, na vila de Arruda, tendo-se registado o “aparecimento de restos de construções, colunas truncadas, capiteis trabalhados, grossas telhas e tijolos de formas e tamanhos vários, um anel cortado em osso tendo incrustado um lindo e bem trabalhado camafeu em pedra escura, representando uma cabeça feminina, na mesma rua” (Bourbon e Noronha, 1944), tendo sido novamente enterrados.

Estes trabalhos de instalação de saneamento básico na vila acompanhavam o *progresso* que por esta época se fazia sentir em Arruda.

O espólio encontrado foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia, e os elementos arquitetónicos novamente enterrados, refere Bourbon nas suas crónicas.

Desde a década de 40 até à presente década o *casco antigo* da vila, não viria a sofrer alterações e movimentos significativos a nível do solo. Durante estes 70 anos a investigação cingiu-se aos estudos históricos e recolha de referências bibliográficas.

Entre as décadas de 40 e 80 do século XX e em 1997, F.S. Rogeiro publica *Arruda dos Vinhos, Das origens à restauração do Concelho*, em 1998, uma investigação histórica e é o primeiro levantamento do património imaterial e material. Rogeiro faz um levantamento dos edifícios emblemáticos e refere os achados arqueológicos citando Bourbon.

O grande vazio de pesquisas foi apenas interrompidas pela identificação do povoado calcolítico do Castelo em 1987 por Joaquim Gonçalves, habitante do

município de Sobral de Monte Agraço, e foi alvo de campanhas de escavações arqueológicas entre 1988 e 1998, pelos arqueólogos da Assembleia Distrital de Lisboa, João Ludgero Gonçalves e Guilherme Cardoso (Gonçalves, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992; Cardoso, 1997, 1998 e 1999).

Em 2006, *Seminário do Património da Região Oeste*, Guilherme Cardoso e António Gonzalez, apresentam novos dados sobre a Idade do Ferro no concelho. No artigo publicado nas Atas do seminário, para além de novas referências ao sítio do Castelo identificam dois novos locais com vestígios da Idade do Ferro, o Cabeço de Nossa Senhora do Monte, na freguesia de Arruda dos Vinhos e o Moinho do Custódio, na freguesia de Arranhó (Cardoso e Gonzalez, 2008).

Mais recentemente, regista-se a realização de duas grandes intervenções, uma das quais de valorização (*Rota Histórica das Linhas de Torres*) e a outra de salvaguarda (*Projeto de Requalificação dos Arruamentos da Procissão de N^a Sr.^a da Salvação*).

O projeto Rota Histórica das Linhas de Torres, tem como objetivos a salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres, sistema de fortificações militares de campo, construído, na sua maioria, entre 1809 e 1810 para a defesa da cidade de Lisboa face às invasões do exército de Napoleão durante a Guerra Peninsular (1807-1814). No município de Arruda dos Vinhos, localizam-se três obras militares, pertencentes ao 1^o Distrito, da primeira linha de defesa da cidade de Lisboa: Forte do Cego (Obra Militar n^o 9), Forte da Carvalha (Obra Militar n^o 10) e Forte do Paço (Obra Militar n^o 12).

No âmbito do projeto, nos anos de 2009 e 2010, decorreram trabalhos de limpeza de matos, escavação e restauro, em duas das três obras, no forte do Cego (Obra Militar n^o 9) e forte da Carvalha (Obra Militar n^o 10), levados a cabo pelo Município de Arruda dos Vinhos, pelo Arqueólogo Guilherme Cardoso e pela empresa Arqueohoje, onde foram encontrados vestígios de paliçada, localizada no fosso orientado a Sul do forte. Em ambas as obras militares foram postas a descoberto e restauradas as canhoneiras, e os paióis, partes de taludes e fosso. Atualmente as duas estruturas encontram-se abertas ao público, e dotadas de infraestruturas de apoio ao visitante (parque de estacionamento) e informação interpretativa.

No ano de 2012, no âmbito do Projeto de Requalificação dos Arruamentos da Procissão de N^a Sr.^a da Salvação – I Fase, participado pelo QREN e pelo Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, exigiu um projeto de acompanhamento arqueológico sob a direção de Guilherme Cardoso. Os trabalhos

arqueológicos realizaram-se dentro do traçado das novas condutas de escoamento de águas pluviais, em duas áreas perpendiculares com cerca de 53 metros quadrados, a Norte da igreja, entre a torre sineira e o edifício da antiga “Casa da Câmara”, revelaram vestígios de uma necrópole dos períodos Medieval e Moderno (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013).

Nos estratos de revolvimento foram recolhidos vestígios ocupação de períodos de ocupação mais antigos, que contribuem para confirmar a “teoria” da ocupação do vale do Rio Grande da Pipa e de zonas de ocupação humana estrategicamente localizadas, tendo em conta, o relevo e a hidrografia. Confirma-se a presença de períodos mais antigos, nomeadamente, da Pré-história e dos finais do período sidérico, tendo-se recolhido lascas de sílex e quartzito com vestígios de talhe, atribuídos ao período Neolítico/Calcolítico e, fragmentos de cerâmica manual, cerâmicas cinzentas finas, de bordos de seção voluta, características de uma população indígena do final da 2ª idade do Ferro (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013, p. 1112).

No que diz respeito ao período Romano, foram recolhidas cerâmicas de construção (telhas e tijolos) cerâmica comum, ânforas, *terra sigillata* de distintas produções (itálica, clara A), cerâmica de paredes finas e lucerna, sendo cerâmicas de fabrico local e de importação, artefactos metálicos, vidro, um fragmento de uma inscrição funerária - onde apenas é possível ler, “VALVTIVS / [...] [FIL]IO [?] PIE[NTISSIMO] [?]” (com inscrição Valúcio... ao filho modelo de piedade (?)) (d’Encarnação, 2012), um fragmento de um peso de tear as letras GAI ou GAF (Cardoso e d’ Encarnação, 2014), um fragmento de fuste de coluna de lioz de nervuras róseas e, foram também identificadas estruturas de um tanque e um piso de terra batida. Guilherme Cardoso (2013) atribui uma cronologia de ocupação do local ocupação durante o Período Republicano Romano, sendo “notória a importância que deteve durante os principados de *Augusto* e *Tibério* durante os inícios do Alto Império” (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013, p. 1112).

A ausência de contextos estratigráficos, provocados pela destruição de contextos na época de ocupação da necrópole e por intervenções não acompanhadas ao longo do séc. XX, limita a formulação de conclusões sobre a interpretação cultural, dimensional e económica do sítio durante o período romano, apesar da diversidade de tipologias.

No âmbito do projeto de Avaliação do impacte ambiental sobre o património arqueológico, arquitetónico e etnográfico decorrente das duas seguintes obras:

construção de ciclo combinado na Central Termoelétrica do Carregado e instalação das infraestruturas associadas da Rede Nacional de Transportes, sob a responsabilidade do Arqueólogo João Caninas, no Casal Novo (CNS 23333), freguesia de S. Tiago dos Velhos, foi identificada uma mancha de matérias cerâmicas, provavelmente associados ao Período Romano (Portal do Arqueólogo - DGPC).

Na sequência dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, no ano de 2004, no âmbito do *Projeto EIA- construção do sub-lanço Bucelas/Carregado*, da A10, sob a responsabilidade do Arqueólogo Carlos Henrique Maneira e Costa, na Quinta das Caldeiras, freguesia de Cardosas, foi detetada, numa área com cerca de 4 metros quadrados acerca de 3 metros de profundidade, escassa concentração de cerâmicas de construção (telhas e tijolos) e, em redor da concentração de materiais detetaram-se terras rubefactas, a sensivelmente 4 metros do pilar nº 12 do viaduto sobre o Rio Grande da Pipa e Ribeira da Laje. Na margem esquerda do Rio Grande da Pipa, a escassos metros do seu leito, foi identificado um forno de cerâmica de época romana, denominado de Forno P 12³ (Quinta das Caldeiras) (Costa, 2005; Pinto, 2012). Quanto ao espólio recolhido, foram registados alguns fragmentos de ímbrex com indícios de terem sido colocados no interior da câmara de aquecimento crus, podendo indicar que o forno serviria para fabrico de material de construção. Também se registou “o aparecimento de um fragmento de cerâmica de importação, que parece corresponder a um fragmento de ânfora Bética. Este fragmento indica uma cronologia que nos coloca na época Imperial a partir de Augusto” (Pinto, 2012, p. 164). No entanto, não se pode relaciona-lo com a época de produção do forno, por este fragmento se encontrar nas camadas de superfície.

No atual estado dos conhecimentos, é realmente muito lacunar a informação disponível para a história da ocupação de Arruda dos Vinhos.

Para épocas mais recuadas, plistocénicas, apesar da proximidade a Lisboa e da abundância de ocorrências relacionadas com a atividade dos Serviços Geológicos (nomeadamente com a vizinha Ota, no concelho de Alenquer), não existem quaisquer ocorrências, apenas se registando uma referência de recolhas avulsas na Quinta da Sardinha (Ferreira, 1982, p. 26), embora não esteja confirmado que este sítio se situe em Arruda dos Vinhos.

³ CNS: 22342 (Endovélico - Portal do Arqueólogo - DGPC)

Ao longo da pesquisa bibliográfica e oral encontram-se pequenas referências a ocorrências arqueológicas, limitando a indicação toponímica de locais com ocupação antiga, como são os casos de referências a achados isolados, dispersos um pouco por todo o território, sobretudo referentes ao período romano, são os casos da estela de *ANNIA MAXSUMA*⁴, proveniente do Casal das Pias, da estela de *AMOENA MAELGEIN*, que se encontra no adro da Igreja de S. Tiago dos Velhos (Cardoso e d' Encarnação, 2010, p. 10), de uma lucerna⁵ de cerâmica decorada com estrias radiais e, da ara⁶ dedicada “*aos deuses Manes de Júlia Rufina* (Cardoso e d' Encarnação, 2010, p. 10), ambos provenientes do Casal do Letrado. Não existe, todavia, qualquer referência à localização exata dos sítios nem das datas das descobertas. A ocupação romana encontra-se assim relativamente bem documentada, desde as recolhas antigas, até às recentes ocorrências detetadas em âmbito da arqueologia preventiva.

Em relação a períodos históricos não referenciados anteriormente, a tradição oral refere um "castelo" erigido pelos Árabes que, por duas vezes foi conquistado pelos Cristãos, podendo estar relacionado com as conquistas cristãs e com a conquista da cidade de Lisboa. Contudo, não estão registadas evidências no terreno de tal facto, no entanto, estes indicadores deverão ser cruzados com a documentação histórica e a pesquisa arqueológica.

Quanto ao património edificado, registam-se dois imóveis classificados, a Igreja Paroquial de Arruda dos Vinhos / Igreja de Nossa Senhora da Salvação (IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 33 587, DG, 1.ª série, n.º 63 de 27 março 1944)⁷ e, o Chafariz Pombalino de Arruda dos Vinhos (IIP - Imóvel de Interesse Público, Portaria n.º 1035/2005, DR, 2.ª série, n.º 206, de 26 outubro 2005)⁸.

⁴ Depositada no Museu Nacional de Arqueologia (COD.MNAE: 2757)

⁵ Depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Número Inventário MNA: 16146)

⁶ Depositada no Museu Nacional de Arqueologia (COD.MNAE: 1615)

⁷ A Igreja de Nossa Senhora da Salvação foi mandada reconstruir no século XVI, por D. Manuel I, na sequência da sua fuga da peste, e permaneceu em Arruda por um largo período de tempo, segundo consta na tradição oral. Essa recuperação viria a decorrer entre 1525 e 1531, já no reinado de D. João III e, por desejo de D. Manuel I e em Ação de Graças, a invocação passou de Santa Maria de Arruda para Nossa Senhora da Salvação (Gil, 1924).

⁸ O Chafariz Pombalino de Arruda dos Vinhos data de 1789 e, está ligado com o abastecimento de água à vila. Foi mandado construir, após o terramoto de 1755, no seu lugar haveria um chafariz mais pequeno, apresenta uma influência pombalina nas suas linhas, com um traços barrocos em determinados

O levantamento de informação na base de dados Base de Dados Endovélico (DGPC), apenas revelou a existência de 11 sítios arqueológicos: a Anta de Arruda (CNS: 2237), Relva (CNS: 5199), Antas (CNS: 5220), Castelo / Forte do Paço (CNS: 3588), Vinha da Quinta da Crispina (CNS: 15273), Vinha da Quinta do Paraíso (CNS:15275), Casal Novo (CNS: 23333), Forte da Carvalha (CNS:32684), Forte do Cego (CNS: 32685), Estrada Ajuda/Bucelas (CNS: 32771) e, o Forno P12 (Quintas das Caldeiras)(CNS: 22342).

A escassez de informação sobre a ocupação humana neste território e, a compilação dos dados existentes foi um dos objetivos principais para a elaboração da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos. Apesar da lacuna na informação, as referências existentes abrem a perspetiva para uma ampla diacronia de ocupação do território em estudo, confirmadas pelos novos resultados apresentados no presente trabalho.

pormenores, como os fogaréus que rematam as pilastras e, no topo do espaldar, ostenta uma representação da coroa régia. (Fonte: Inventário do Património e Monumentos Nacionais – IPPAR, 2007).

4. Metodologias

O pouco conhecimento do património arqueológico do concelho exigia que o trabalho fosse executado de forma intensiva, com uma metodologia eficiente e adequada à área territorial do concelho (77,7Km²), permitindo a sinalização e identificação de todas as ocorrências arqueológicas.

Os métodos de recolha e análise de informação são fundamentais, uma vez que, os “modelos de análise só se afirmará como um processo credível se assentar num conjunto de dados resultantes duma metodologia de registo manifestamente exigente e explícita. Com efeito, a avaliação das interpretações e explicações propostas não se deve efetuar independentemente dos dispositivos metodológicos adotados” (Carvalho, 2007, p. 57).

O Projeto Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos dividiu-se em quatro grandes fases de conceção que se complementam: a Sistematização da Informação Patrimonial (Recolha Bibliográfica e Documental), a Análise Territorial, os Trabalhos de Campo: Prospeção de Superfície e, o Trabalho de Gabinete e Laboratório: Tratamento dos Dados.

A informação obtida através da execução das quatro fases da Carta Arqueológica é o resultado de um rigoroso processo de investigação, sob a forma, de estudo e interpretação dos dados recolhidos e compilados, tendo em conta, todas as condicionantes na execução do projeto (condições climatéricas, tempo disponível, fraca visibilidade do terreno devido à vegetação, equipa de trabalho de campo reduzida).

4.1. Sistematização da Informação Patrimonial (Recolha Bibliográfica e Documental)

Nesta primeira fase, procedeu-se à sistematização da informação patrimonial através da recolha bibliográfica em literatura da especialidade, monografias, notícias de imprensa, entre outra bibliografia geral, levantamento da toponímia, consulta em bases de dados (Endovélico), consulta dos arquivos dos Museus, nomeadamente, o Museu Nacional de Arqueologia.

No que respeita à recolha bibliográfica, foram consultadas publicações e reedições de obras cronologicamente localizadas entre o século XVI e o século XXI, no

entanto, como já foi referido, existe escassez de informação, e no que respeita a bibliografia mais antiga, existem algumas referências a achados arqueológicos já desaparecidos. As referências bibliográficas possibilitam localizar e sinalizar áreas com potencial arqueológico, e os achados identificados e recolhidos no passado.

A escassez de informação e de referências bibliográfica sobre a região, exigia que o trabalho de campo fosse realizado de uma forma do tipo extensivo, seletivo ou não sistemático. No conjunto das obras e fontes consultadas, merecem destaque a correspondência entre Tito de Bourbon e Noronha e Leite de Vasconcellos, em arquivo no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), as publicações dos achados arqueológicos dos finais do séc. XIX, relatados pelo Padre Belchior da Cruz no jornal *O Século* (de 25 de Fevereiro de 1897) e, no mesmo ano, no periódico *O Arqueólogo Português* (1ª série:3, p. 143144; 181182). Mais recentemente, no âmbito dos trabalhos arqueológicos no sítio do *Castelo* assinalam-se os diversos artigos publicados por João Ludgero e Guilherme Cardoso.

Quanto ao levantamento toponímico, submete-se à verificação no terreno de algumas áreas com topónimos ou micro-topónimos que sugeriram a presença de eventuais vestígios arqueológicos (Alarcão, 1988, p.45-46).

Ao longo do trabalho de elaboração do inventário arqueológico, foi importante a recolha de testemunhos orais junto da população, em especial a população dos núcleos habitacionais rurais e da população mais idosa que habita neste território e que possui um vasto conhecimento da tradição oral. O território de Arruda dos Vinhos é rico em lendas e outras tradições orais que, têm passado de geração em geração, assim como, as memórias antigas, sobretudo de alguns habitantes mais idosos, e que transmitem informação relacionada com a paisagem, com achados casuais ocorridos durante trabalhos agrícolas na área rural do município, bem como, sobre antigas construções entretanto desaparecidas. Estas informações tornam-se úteis “para o conhecimento de um passado mais ou menos remoto e do qual, por algum motivo, essas pessoas tenham testemunhado a existência” (Fragoso et al, 2011, p. 23). As áreas ao qual a informação oral remetia foram alvo de prospeção arqueológica, e alguns dos locais evidenciaram efetivamente ocorrências arqueológicas, tendo sido registados na base geral de sítios arqueológicos.

4.2. Análise Territorial

A análise territorial baseia-se na análise geomorfológica através da cartografia (Carta Militar de Portugal, escala 1: 25 000, folhas n.º 389,390,403, Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, folhas 30-D (Alenquer), e fotografia aérea, proveniente dos serviços da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

A análise cartográfica permite visualizar os testemunhos da ocupação humana no espaço, mas também o contexto geográfico em que os mesmos se inserem (Marques, 1993) e, permitem mostram as relações desses mesmos sítios com vestígios de ocupação humana, com o ambiente físico (Zapatero e Martínez, 1993).

A análise aerofotográfica permite reconhecer, ler e interpretar as “anomalias” verificáveis no solo e na paisagem (Mascaranhas e Barata, 1992). Desta forma, viabiliza a identificação de estruturas que poderão ser visíveis em toda a sua amplitude, como é o caso da vista de planta de uma estrutura habitacional, silos, poços, vias, etc., nas fotografias aéreas realizadas à superfície do terreno (Delétang, 1998, p. 94, Apud Mantas, 1996b). Este foi o método de deteção remota utilizado, e baseia-se na observação e interpretação de fotografias aéreas com o objetivo de identificar “anomalias” na paisagem.

Estas anomalias podem evidenciar presença de estruturas arqueológicas no subsolo, e podem traduzir-se no terreno sob várias formas: o desenvolvimento da vegetação (as falhas de vegetação podem evidenciar a presença de estruturas soterradas; a coloração de tonalidades diferentes no solo (a elevada humidade evidencia uma tonalidade mais escura que o restante solo); os microrrelevos, provocados pela sedimentação de estruturas abandonadas, e que podem evidenciar uma coloração diferente do solo (Costa, 2010, p. 35). No entanto, todas estas ocorrências devem ser verificadas à *posteriori* no terreno, tendo em conta as características geomorfológicas e pedológicas, que ajudam a ler a paisagem, procurando interpretar possíveis locais implantação de povoamento, mas só é possível a confirmação de da presença de estruturas arqueológicas, através de sondagens arqueológicas (Robert, 2003b, p. 56, Apud Costa, 2010, p. 34).

4.3. Trabalhos de Campo: Prospecção de Superfície

Na história da arqueologia a prospecção de superfície teve um papel secundário e, sendo até então, considerada como uma etapa prévia para a escavação (Sousa, 2009), e não mais uma ferramenta ou método no campo da investigação arqueológica. Com o desenvolvimento dos estudos da Arqueologia da Paisagem, foram introduzidas novas abordagens à análise territorial, como os métodos de prospecção sistemática e a valorização da arqueologia espacial (Zapatero, 1997).

A partir da última década do século XX, com a aplicação de novas ferramentas de gestão e ordenamento do território, como as Cartas Arqueológicas foi deixada para segundo plano durante século XIX e na primeira metade do século XX, Municipais, desenvolvem-se novas metodologias quer de prospecção, no entanto, em Portugal, a legislação não acompanhou o desenvolvimento (Sousa, 2009, p. 235).

Existem várias técnicas e métodos de prospecção arqueológica, e numa escala regional, como o caso das cartas arqueológicas municipais, é a prospecção de superfície a mais utilizada e a mais eficaz para identificar vestígios de ocupação humana.

No âmbito da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, após a definição dos objetivos a atingir e, após o cumprimento da fase de sistematização da informação patrimonial e análise e avaliação cartográfica, das características geomorfológicas e arqueológicas da região, procurou-se, projetar a metodologia de prospecção mais adequada para a execução dos trabalhos de prospecção de superfície.

Para a conceção de uma Carta Arqueológica é crucial ter um amplo conhecimento do território, isto é, o trabalho de prospecção exige uma metodologia adequada a cada especificidade de cada território, deve ser planeada e, deve obedecer a uma “elaboração cuidada de um plano no qual a problemática de enquadramento, a metodologia a seguir e os objetivos a atingir estejam claramente delineados, sendo para isso necessária, de igual forma, a afetação de uma suficiente dotação orçamental que possibilite a estada em trabalhos de campo – durante um período de tempo considerável – de uma equipa alargada de prospetores e o tratamento subsequente em gabinete de todo o conjunto de dados recolhido” (Carvalho, 2007, p. 58). Neste projeto esse conhecimento faz-se, não só através dos métodos referidos nos capítulos anteriores, mas também, pela observação e análise do solo e subsolo, no caso de qualquer tipo de afetação e revolvimento, quer por ação natural ou antrópica (por ex.: a atividade agrícola).

A opção por um determinado tipo de prospeção deverá ter em conta todas as especificidades e circunstâncias do território em análise e, só depois da análise de todas as suas especificidades, e segundo a interpretação dada pelo arqueólogo perante a leitura que este faz da paisagem, se poderá escolher a metodologia adequada, ou até, combinar diferentes metodologias. Todo o processo de construção da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, e a coordenação entre as várias fases de conceção, permite assim, uma leitura integrada da informação e dos limites da prospeção de superfície (Sousa, 2009).

Os trabalhos de prospeção de superfície são orientados segundo o resultado da análise dos vários elementos cartográficos (toponímia, topografia, hidrografia, geologia) e pela observação direta da paisagem, seguindo estratégias de implantação e povoamento característicos da região (Calado e Roque, 2013). A paisagem pode revelar características específicas de presença humana, como a existência de recursos, a defensibilidade natural, a acessibilidade e o significado simbólico revelado pela memória coletiva.

Desta forma, a análise do uso do solo é fundamental, tendo em conta a paisagem atual, atendendo a que o mesmo também condiciona de forma preponderante os trabalhos de campo. Deve ser levada em conta a especificidade da visibilidade arqueológica na Península de Lisboa (Sousa, 2009), com forte impacto antrópico, espessa sedimentação e vegetação densa. A densa e dispersa vegetação do território, limitam a visibilidade do solo condicionando a deteção e registo de vestígios de atividade humana. Ana Catarina Sousa indica outros fatores que se revelam problemáticos na prospeção de superfície na região estremenha: as características geo-arqueológicas, a topografia, geologia e clima (Sousa, 2009, p.224) e, deparam-se com o problema de, "um sítio "identificável" ao nível da superfície pode corresponder a um contexto destruído e os sítios preservados podem estar "ocultos" à prospeção de superfície" (Ferdière, 2006 , Apud Sousa, 2009, p. 234] ; processos pós-deposicionais (Sousa, 2009), por ação de agentes químicos (alterações climáticas por exemplo) e agentes mecânicos (ciclo erosivo e antropização do território), que condicionam o tipo de sítio arqueológico detetável (Burillo Mozota, 1997).

Considerar um lugar com um sítio arqueológico pressupõem a escolha de critérios, tal como foi referido anteriormente. Os critérios utilizados para a elaboração desta Carta Arqueológica assentaram na localização e registo de sítios com presença de

atividade humana (artefactos e estruturas), o que na perspetiva Feder, “um sítio arqueológico é uma zona descontínua e delimitada onde seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer atividade e onde indícios físicos resultantes dessas atividades podem ser recuperados por arqueólogos” (Feder, 1997, p. 42).

A presença de vestígios móveis num determinado ponto não significa a existência de um sítio arqueológico com atividade humana continuada. As características topográficas, geológicas e climatéricas que transformam a paisagem do território de Arruda dos Vinhos, dificultam no processo de classificação dos sítios, ou seja, em locais com uma cobertura sedimentar ou vegetal espessa estas características, em alguns casos, inviabilizam o estabelecimento de qualquer tipo de correlação direta entre área de dispersão atual dos achados e o tipo de estação (Taylor, 2000, Apud Carvalho, 2007, p. 98). É também importante ter em conta que, “esta paisagem foi amplamente utilizada por comunidades com mobilidade, e que os seus vestígios materiais não se “cristalizaram” apenas em pontos circunscritos” (Sousa, 2009, p. 224).

Dada a natureza do território e, porque o projeto uma Carta Arqueológica abarca um espaço cronológico alargado (desde o paleolítico até, por vezes, à contemporaneidade), a partir das informações bibliográficas e toponímicas, foi adotado o método de prospeção de tipo extensivo, seletivo ou não sistemático. Desta forma, optou-se pela divisão da área a prospectar em 4 setores, correspondendo cada setor à área administrativa de cada freguesia (Arruda dos Vinhos – 34,24 Km²; Arranhó – 21,23 Km²; S. Tiago dos Velhos – 16,25 Km²; Cardosa – 5,99 Km²), permitiu identificar muitos sítios a partir da observação e interpretação das diferentes características do terreno e que poderiam apontar vestígios de ocupação humana.

O tipo de prospeção extensivo, seletivo ou não sistemático, geralmente utilizado na realização de cartas arqueológicas municipais (Carvalho, 2007), permite o conhecimento e a programação racional das intervenções ao nível da proteção e conservação do património (Marques, 1993). Assim, prospecta-se apenas as áreas com um suposto potencial ou que arqueologicamente são mais sugestivas, ou seja, é feita uma seleção de locais a prospectar, de acordo com os critérios pré-definidos nas fases anteriores. Os locais selecionados para prospeção preferencialmente áreas com características arqueologicamente sugestivas, associados a memória e tradição oral, à toponímia sugestiva, às características geomorfológicas identificadas na fotografia aérea e às observadas no terreno.

Este tipo de prospeção obriga a uma observação atenta da área, de modo, a identificar as superfícies que podem evidenciar estruturas, pela observação dos cortes estratigráficos visíveis, que permitam observar o que pode estar soterrado (Ribeiro, 2001), ou por identificação de materiais suscetíveis de serem classificados como indicadores culturais e cronológicos (Fernández, 1993, Apud Ribeiro, 2001, p. 26).

A questão das prospeções orientadas de forma probabilística reveste-se também de grande complexidade, como se encontra salientado por Manuel Calado a propósito de uma recente Carta Arqueológica: “A correta aplicação da amostragem probabilística, numa escala regional, obriga a que se invista na prospeção de territórios sem nenhum, ou com escasso potencial arqueológico, como são as encostas muito declivosas, os terrenos muito pedregosos, as baixas deficientemente drenadas, etc., com a mesma intensidade que se investe nas áreas com elevado potencial arqueológico” (Calado e Roque, 2013, p. 14).

Devido à reduzida área territorial do município de Arruda dos Vinhos, o tipo de prospeção intensiva, abarcando toda a área municipal, poderia considerar-se adequado. Uma das vantagens da adoção de uma metodologia de carácter seletivo é, permitir a recolha alargada e exaustiva de um conjunto de dados fiáveis e representativos de ocupação antiga. Sobre questões das prospeções de tipo intensivo, podem ser consultados os seguintes autores: Ruiz Zapatero e Fernández Martínez, 1993 e Ferdière, 1998. No entanto, este método admite algumas desvantagens, obriga a um alargado período de tempo para a realização das investigações, e de uma ampla disponibilidade de recursos económicos e humanos, e estes motivos contribuiram para que este não fosse o método adotado.

4.3.1. Registo e Documentação

Definidos os objetivos da investigação e programados os trabalhos de prospeção, baseados na recolha prévia de toda a disponível sobre o território e sobre ocupação antiga, é necessário efetuar um registo e catalogação dos vestígios identificados, ou seja, de estruturas ou artefactos que se encontrem à superfície.

Os sítios identificados foram identificados em área, consoante a dispersão dos materiais, utilizando-se o método da prospeção seletiva, seguindo a orientação pela análise dos elementos cartográficos (toponímia, topografia, hidrografia, geologia, pela

observação direta da paisagem e informação oral). Optou-se por este método de prospeção, pois permite identificar muitos sítios a partir da observação das diferentes características do terreno que em princípio indicam atividade humana, excluindo as que, em princípio, menos potencial apresentam. As novas ocorrências arqueológicas foram registadas em Ficha de Registo de Campo (prospeção) e, em Ficha de Sítio / Trabalho Arqueológico, com as necessárias anotações (registo fotográfico e coordenada geográfica. Para a localização dos sítios recorrendo ao sistema GPS (coordenadas retangulares, Datum 73, projeção Hayford- Guass) e, localização na Carta Militar correspondente.

As fichas individuais de registo de campo (ver ANEXO III - Ficha Tipo), apresentam o registo exaustivo do sítio, onde se assinala todas as características que identificação o sítio e os achados. Os diversos campos das fichas, de prospeção e de sítio, são preenchidos de acordo *Thesaurus* de preenchimento da base de dados do *Endovélico*, de modo a uniformizar a informação arqueológica, para efeitos de atualização da base de dados *Endovélico*.

A Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos tem por base a Base Geral do Inventário dos Sítios Arqueológicos, e compreende por ordem de Número de Inventário, os elementos patrimoniais arqueológicos identificados ao nível da superfície do solo, através do trabalho de prospeção de superfície.

Os sítios e/ou monumentos arqueológicos inventariados, dizem respeito a vestígios de superfície com uma cronologia igual ou anterior ao séc. XIX.

Foram considerados registados na Base Geral do Inventário dos Sítios Arqueológicos sítios arqueológicos intervencionados por escavação ou ação de conservação e restauro, vestígios/ruínas localizados e registados nos trabalhos de prospeção e, outros imóveis considerados com património edificado e de interesse histórico e/ou arqueológico, devido às suas funções civis, administrativas, militares, religiosas e industriais, construídos até aos finais do século XIX. Também o património construído, mas já desaparecido, que possui documentação, nomeadamente, registo bibliográfico, desenhos, imagens ou fotografias, e descrição exata do sítio e da sua localização, que permita localização segura dos mesmos, é consta também registado neste inventário.

Os bens arqueológicos móveis, ou seja, os artefactos recolhidos, de proveniência exata conhecida e com localização georreferenciada, estão descritos na Base Geral do Inventário da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, associados aos sítio onde

foram localizados os achados (ver Anexo I – Quadro 7.1 a 7.28). A georreferenciação destes achados permite associar e estabelecer áreas de importância arqueológica. É importante referir que apenas foram recolhidos os materiais tipologicamente classificáveis.

Surgiram algumas dificuldades na atribuição cronológica de alguns sítios, particularmente onde a cerâmica manual não se faz acompanhar de outros indicadores e noutros casos, determinadas tipologias e formas cerâmicas permanecem até períodos mais tardios, até mesmo à contemporaneidade.

Fazem parte da Base Geral do Inventário dos Sítios Arqueológicos, os bens arqueológicos que se encontram fora deste território depositados à guarda de museus e reservas, como o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), e que se encontram devidamente identificados e associados uma localização exata. Foi possível também identificar e inventariar bens arqueológicos móveis depositados na posse de particulares, que doaram os mesmos bens ao município de Arruda dos Vinhos.

4.4. Trabalho de Gabinete e Laboratório: Tratamento dos Dados

Esta fase é dedicada ao trabalho de estudo e tratamento do espólio recolhido durante as prospeções (limpeza, inventariação, marcação e desenho à escala), ao registo da informação e tratamento dos dados resultantes do conjunto das três anteriores fases e, à publicação dos resultados.

O método de prospeção de superfície é um processo longo e demorado e, exige um conhecimento profundo do terreno e da realidade atual do território.

Toda a informação recolhida, ou seja, todas as ocorrências arqueológicas foram registados em tabela formato Excel e estão associadas ao Inventário Geral, e podem ser consultadas através do N° de Identificação de Sítio/N° de Sítio. A cada ficha de prospeção individual associam-se outra informação e registos complementares, como, fotografias, desenhos, relatórios e levantamentos topográficos.

Todas as ocorrências arqueológicas desde a pré-história à atualidade, sítios, monumentos ou achados, foram sinalizados por georreferenciação e, os dados geográficos recolhidos foram representados na cartografia, produzida em ferramenta

SIG e, foi produzida cartografia para cada freguesia à escala 1:10 000. A cada sítio foi atribuído um código de identificação de sítio.

Os achados (bens arqueológicos móveis) recolhidos foram tratados e, numerados de forma crescente, e associados ao código de identificação do sítio a que pertencem. O recurso à georreferenciação e representação cartográfica, permite uma leitura geral da distribuição espacial dos diversos elementos de património arqueológico na área do Município. A representação cartográfica geral é apresentada à escala 1: 25 000. A representação de cada sítio é feita por polígonos e/ou pontos, sendo a identificação de cada um feito por associação do Número de Inventário a uma cor que simboliza o período histórico.

Para a realização da cartografia foi utilizado o programa Geomedia Advence 2015, da Divisão DOAQV, do Município de Arruda dos Vinhos. As potencialidades deste programa de processamento permitem a colocação num mesmo plano de todos documentos existentes na base de dados. A funcionalidades apresentadas pelo Geomedia permitem uma interpretação rápida e eficaz do espaço geográfico, devido à permanente mudança de escalas e à colocação na janela de visualização dos documentos que necessitarmos em determinado momento.

4.5. Duração e Faseamento dos Trabalhos

O projeto Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos foi organizado em 4 fases, tal como referido e descrito anteriormente, tendo sido cumpridas todas as suas etapas de execução:

A 1ª e 2ª Fase correspondem à Sistematização da Informação e Análise Territorial, tendo a duração total de 3 meses (1 de Outubro a 30 de Dezembro de 2013). Esta fase compreende de recolha e análise bibliográfica e base de dados do património existente, tarefa que ocupou praticamente a totalidade tempo destinado para a execução da 1ª e 2ª fase, uma vez que, essa informação encontrava-se dispersa em diferentes tipos de referências bibliográficas e arquivos documentais; o levantamento das coleções em museus, nomeadamente, no Museu Nacional de Arqueologia (MNA); a recolha de informação oral; a identificação *in situ* do património existente, confirmando a localização de sítios referidos em bibliografia, nas bases de dados e das referências orais.

A 3ª Fase corresponde aos Trabalhos de Campo – Prospecção, tendo uma duração de 15 meses (1 de Outubro de 2013 a 30 de Dezembro de 2014). A esta fase corresponde os trabalhos de prospecção e Identificação de sítio, com a respetiva georreferenciação, a consequente recolha de materiais arqueológicos de superfície e registo fotográfico das áreas prospetadas.

A 4ª Fase e última fase corresponde ao Trabalho de Gabinete e Laboratório, nomeadamente o tratamento dos dados recolhidos, tendo uma duração total de 7 meses (1 de Junho de 2014 a 30 de junho de 2015). A esta fase corresponde a lavagem dos materiais, a marcação e inventariação dos materiais e inserção em base de dados (Microsoft Office Exel), o desenho arqueológico dos matérias à escala, o estudo do prévio do espólio, a Introdução em software SIG, das coordenadas geográficas dos sítios registados para produção da cartografia e, a redação dos resultados do projeto com vista à elaboração do presente documento (tese).

4.6. A Equipa

Os trabalhos de prospecção de superfície foram devidamente autorizados pela tutela, a Direção Geral do Património Cultural em Outubro de 2013, com a direção científica dos trabalhos da responsabilidade de Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa e, a coordenação técnica dos trabalhos de campo e laboratório, pelo signatário. Os trabalhos contaram com o apoio de Tiago Marques, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos (CMAV), dos voluntários Barbara Faria, Diogo Magalhães, João Cavalheiro, Maria Inês Dias, Mariana Garcia, Ricardo Xavier Silva e Samuel Santos, no âmbito do Projeto Arqueologia Viva (!), desenvolvido pelo Centro de Estudos e Investigação de Arruda dos Vinhos, da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos. Também participaram nas prospeções arqueológicas os alunos do 1º ano do Mestrado de Arqueologia da FLUL (ano letivo 2014-2015), no âmbito do seminário de Arqueologia do Território.

5. Uma leitura dos dados da Carta Arqueológica de Arruda na Península de Lisboa – Vale do Tejo

Ao longo da história das descobertas arqueológicas, e do ponto de vista da distribuição da ocupação no concelho de Arruda dos Vinhos, escassa foi a informação registada, ao contrário do panorama da Arqueologia regional. Esta leitura é interrompida por projetos pontuais no campo da arqueologia de preventiva, que serão referidos mais adiante.

Os trabalhos de prospeção arqueológica levados a cabo no âmbito do presente trabalho - 1ª Fase da elaboração da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos -, permitiram identificar e relocalizar um total de 38 ocorrências arqueológicas (Figura 1; ANEXO I - Quadro 1,2,3,4,5). Destes, 27 são novos sítios, entre o Neolítico e o período Contemporâneo, o que revela uma grande amplitude da diacronia de ocupação do território de Arruda dos Vinhos, similar ao que sucede em todo o território da Grande Lisboa. Tentou-se relocalizar os 11 sítios conhecidos e registados na Base de Dados Endovélico (DGPC), 6 dos sítios foram relocalizados, nomeadamente, a Anta de Arruda (CNS: 2237)⁹, Casal Novo (CNS: 23333), Castelo / Forte do Paço (CNS: 3588), Estrada Ajuda/Bucelas (CNS: 32771), Forte da Carvalha (CNS:32684) , Forte do Cego (CNS: 32685), Vinha da Quinta da Crispina (CNS: 15273), tendo sido confirmada a presença de vestígios arqueológicos e/ou estruturas. Do total dos sítios registados no Endovélico, 4 dos sítios não foram possíveis de relocalizar, devido à falta de informação sobre a sua localização ou pela fraca visibilidade do solo, como são os casos de Relva (CNS: 5199), Antas (CNS: 5220), Vinha da Quinta do Paraíso (CNS:15275), e do Forno P12 (Quintas das Caldeiras) (CNS: 22342). No caso do “Forno P12”, apesar de se conhecer a sua localização, este não foi possível identificar visualmente devido ao pilar 12 do viaduto da A10 ter sido construído sobre o mesmo.

⁹ Apesar da inexistência de referência bibliográficas e documentais sobre a localização da Anta de Arruda, o local foi considerado reconhecido pelos testemunhos orais que apontam a sua localização.

A área prospectada abrangeu todo o território do concelho de Arruda dos Vinhos, em área urbana, agrícola e florestal, que caracterizam a paisagem deste território. Tendo em consideração as a ocorrências arqueológicas previamente conhecidas, os dados recolhidos e agora apresentados revelam, um aumento significativo de novas ocorrências.

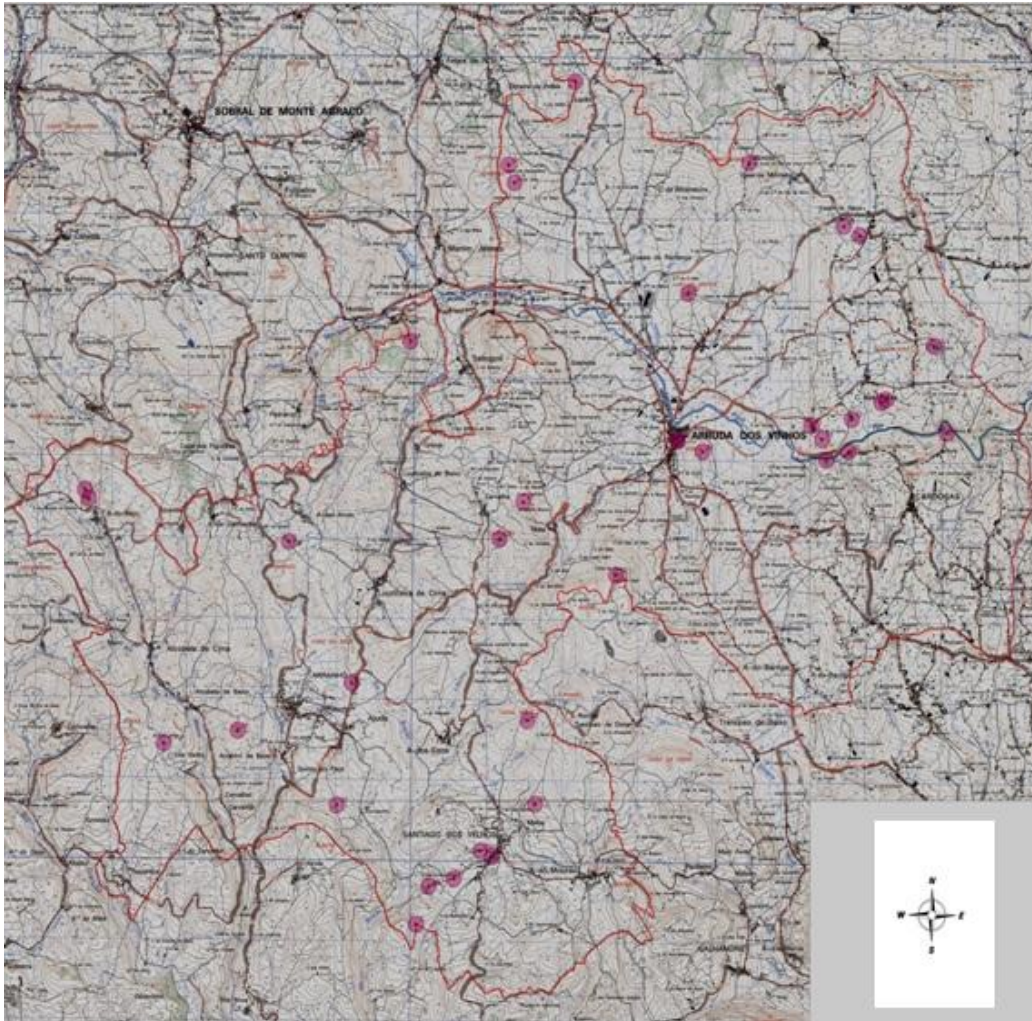


Figura 1 - Localização das ocorrências arqueológicas no Concelho de Arruda dos Vinhos (Carta Militar de Portugal 1:25 000, folhas n° 389, 390, 403)

Do total de sítios identificados, verifica-se que a sua distribuição na área concelhia não é uniforme (Gráfico 1), havendo significativas desigualdades entre as quatro freguesias.

A freguesia de Arruda dos Vinhos, que ocupa a maior área territorial, chega a 18 sítios identificados no total (inclui o sítio Relva (ANEXO I – Quadros 1 e 2 ; ANEXO III – Ficha n° 34) registado no Endovélico, mas não identificado *in situ*), enquanto que

a freguesia de Arranhó apresenta 8 sítios, S. Tiago dos Velhos 9 sítios e Cardosas apenas 3 sítios.

A disparidade em termos de resultados resulta da metodologia utilizada nos trabalhos de campo, uma vez que, o esforço de prospeção foi mais intenso e continuado nas zonas para as quais havia mais referências bibliográficas, toponímicas ou orais, indicadoras de potenciais áreas de interesse arqueológico.

Deve-se ter em conta que de uma forma geral, a freguesia de Arruda dos Vinhos apresenta uma maior concentração de sítios identificados, por apresentar uma maior área territorial.

Numa análise mais específica, verifica-se que é nas áreas afetadas pela expansão urbana e nas áreas sujeitas à atividade agrícola, hoje em dia cada vez mais mecanizada e intensiva, surgem mais ocorrências. Este facto é justificado pela crescente atividade agrícola e construtiva que implica uma maior remobilização do subsolo, levando, assim, ao aparecimento de vestígios e, muitas vezes, poderá levar à sua destruição. O remexer dos solos permite a identificação de vestígios, mas no entanto, representa também um aumento das ameaças à sua salvaguarda pois, à falta de controle e “vigilância”, poderá contribuir para a destruição e eliminação por completo de sítios e vestígios arqueológicos.

Efetivamente, as ameaças detetadas resultam diretamente ou indiretamente da atividade humana (abandono, agricultura, rede viária e construção), não descurando porém, as ameaças relativas a fatores de naturais (crescimento da vegetação e a ação dos agentes Climáticos).

Considera-se que o baixo número de estruturas e habitats identificados deve-se ao processo de degradação bastante acelerado, ou até mesmo, à destruição por ação humana.

Quanto à cronologia dos sítios identificados e à representação de cada um dos períodos em termos de número total de sítios, verifica-se uma maior percentagem de ocorrências arqueológicas do período Moderno (26 %), seguindo-se o período da Idade Média (21%) e, o período Romano (20%) (Gráfico 2).

Não é de todo contundente as razões que podem justificar a presença de um maior número de ocorrências de períodos cronológicos mais recentes, sobretudo a partir do período Romano. Este facto pode ser explicado, por exemplo, por uma maior concentração humana neste território a partir da romanização. No entanto, não se pode

deixar de considerar que sítios de cronologia mais recente, nomeadamente, do período Moderno e Contemporâneo, têm um grau de conservação mais elevado e, por haver, ainda alguns casos, memória oral dos mesmos, o que torna mais fácil a tarefa de localização e inventariação.

Verificam-se assim, significativas desigualdades na distribuição cronológica pelos diferentes sítios identificados, acontecendo que na maioria dos sítios apresenta presença de vestígios enquadráveis em mais do que um período.

Importa referir que, praticamente todos os dados relativos ao povoamento antigo do concelho de Arruda dos Vinhos são provenientes de prospeções de superfície. Compreender as características e a evolução humana, neste ou em qualquer outro território, tendo apenas por base a informação obtida através de vestígios de superfície, evidencia diversas dificuldades e imprecisões no processo de interpretação dos dados. Assim, para a uma melhor interpretação dos dados recolhidos é, obviamente, necessário efetuar outro tipo de trabalhos e estudos, nomeadamente, escavações arqueológicas, que não faziam parte do âmbito deste trabalho.

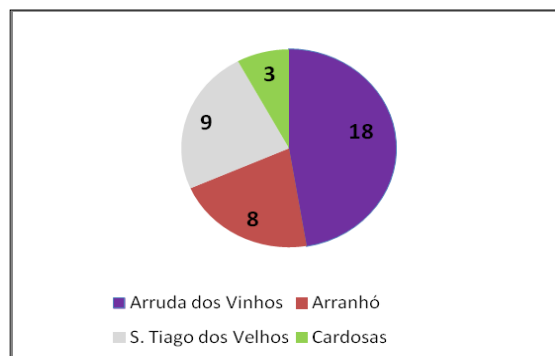


Gráfico 1 - Total de sítios identificados e distribuídos por freguesia.

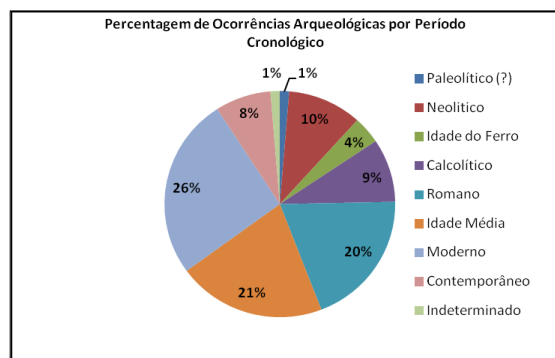


Gráfico 2 – Percentagem de Ocorrências Arqueológicas por Período Cronológico

Na descrição dos dados obtidos nos trabalhos serão abordadas algumas das ocorrências que se julgam mais relevantes, estando organizada por épocas cronológicas e, que vieram confirmar e/ou alterar as leituras disponíveis, até ao momento, sobre a ocupação do território. O estudo do povoamento aqui apresentado inicia-se no Neolítico (final), correspondendo aos vestígios pré históricos mais significativos, e qual os materiais analisados dão uma leitura mais concreta.

Como é sabido, existe uma lacuna na história da investigação arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos, pois até agora, não existem muitos estudos sobre descobertas arqueológicas no concelho. Apesar dos novos dados obtidos, a informação continua a ser insuficiente para se produzirem análises aprofundadas sobre a ocupação humana neste território. São conhecidas algumas referências bibliográficas e alguns achados isolados, desconhecendo-se detalhes sobre a proveniência exata não permitindo a sua contextualização, e a sua tipologia remete, sobretudo, para o Neolítico Final, Calcolítico¹⁰ e Período Romano (descritos mais à frente). Daí surge a necessidade para que a comunidade arqueológica se debruce sobre este território, pois, e apesar da sua ruralidade, este exerceu um papel importante na história da ocupação humana na região da Estremadura. Somente depois disso será possível realizar conclusões substantivas, que permitirá avaliar os índices e/ou graus de ocupação humana

¹⁰ Número Inventário: 5754; 5758; 5763; 5765; 5768; 5769; 5770; 5771; 5772; 5773; 17576; 17577; 17590 - (COD.MNAE: 1610); 5752; 5753 - (COD.MNAE: 1611); 5767; 5760 - (COD.MNAE: 1612); 5759 - (COD.MNAE: 1614); 5766 - (COD.MNAE: 1616); 5761 - (COD.MNAE: 1618); 5756; 5757 - (COD.MNAE: 1619).

5.1. A Pré-história

5.1.1. As ocupações plistocénicas

A Pré-História, em particular a Pré-história Antiga, inclui os períodos do Paleolítico (corresponde à Idade Glaciária (Pleistocénico)) e do Mesolítico (corresponde às fases iniciais da Idade Pós-Glaciária).

Estes períodos, em termos quantitativos, constituem uma percentagem residual dos vestígios de presença humana detetados no Município de Arruda dos Vinhos.

São desconhecidos indícios de presença humana anterior ao Neolítico Final, excetuando um artefacto de pedra lascada em quartzito, proveniente da Quinta da Forca (NumSitio-32) (ANEXO I – Quadro 7.23; ANEXO III – Ficha nº 32), que permite supor uma possível presença humana mais antiga. Outros artefactos em quartzito provenientes de outros sítios identificados (evidenciados mais à frente), levam também a conjecturar sobre a ocupação humana na fase inicial da Pré-história. No entanto, poderá levar a uma outra interpretação, ou seja, este tipo de materiais, frequente na zona do estuário do Tejo, poderá ter sido trazido e utilizado como matéria prima, no Neolítico e/ou no Calcolítico.

Para estudar e perceber a ocupação humana neste território no Paleolítico e Mesolítico, é importante ter em conta as diversas fases climáticas durante a Idade Glaciária: as fases glaciares (períodos mais frios) intercaladas com as fases interestaduais e interglaciares (períodos em que o clima é manifestamente mais ameno, por vezes, mais do que o clima atual).

O território de Arruda dos Vinhos não se enquadra geograficamente nas regiões do território nacional diretamente abrangidas pela expansão de uma glaciação mas, no entanto, sentiu os efeitos destas variações climáticas devido à variação dos níveis das águas dos mares.

Como já foi referido, a relação com Rio Tejo e a oscilação do nível de água do mar, pode ter contribuído para evolução e alterações sedimentares do Rio Grande da Pipa. Deste modo, devido às alterações climáticas e geológicas, é seguro afirmar que a paisagem à época era totalmente diferente, a nível da orografia, geomorfologia e flora. Assim, e considerando especificamente a fase final da Pré-História Antiga, o Mesolítico, pode-se reconhecer a existência de um ambiente propício à exploração e

ocupação humana, influenciado pelo Rio Grande da Pipa, com um caudal mais significativo do que o atual, com presença de recursos marinhos (moluscos e peixes).

Apesar da falta de evidências é possível ter havido uma efetiva ocupação humana na Pré-História Antiga. No entanto, e dadas as favoráveis condições orohidrográficas, é a partir do Holoceno que surge maior evidência de ocupação humana neste território.

5.1.2. As primeiras sociedades camponesas (Neolítico e Calcolítico)

A partir do Holoceno desenvolveu-se um novo processo histórico de transformação social da história da humanidade, designado por muito autores por “Revolução Neolítica”. Esta transformação social prende-se a transição entre uma economia de caça, pesca e recolção, para a produção de alimentos (vegetal e animal) por ação humana e, que ocorre em Portugal desde o V milénio a.C.

A causa deste processo de transformação social (modificações climáticas, o aumento populacional, complexidade da própria sociedade) é ainda hoje discutida, assim como, as circunstâncias pelas quais a passagem de uma fase à outra se deu em cada região (se por evolução direta, segundo as teses indigenistas, ou se, por adoção de práticas exteriores, seja por aculturação ou pela mera circulação de ideias ou, por colonização (deslocação de pessoas e povos, segundo as teses difusionistas) e, o conteúdo concreto, em cada zona, do chamado “pacote neolítico” (cultivo, domesticação dos animais, fabrico de artefactos cerâmicos em argila cozida, uso de novas tecnologias lítica (trabalho da pedra, nomeadamente a pedra polida), instalação em povoados permanentes (aldeias), etc.) .

Do ponto de vista da corrente indigenista, estas inovações que compõem o pacote neolítico, seriam seleccionadas pelas populações mesolíticas (Diniz, 2007, p. 23), tendo assim, existido uma transmissão cultural das inovações neolíticas.

Por outro lado, o modelo difusionista, desenvolvido por B. Breau, após as escavações em 1950 da gruta de *Arene Candide* na Ligúria, seguindo a evidência da cerâmica cardial, apresenta a teoria que explica o processo de neolitização, baseado na ideia de migrações costeiras de Este para Oeste (Oosterbeek, 2001, p. 76). Deste modo, o difusionismo, assenta na ideia de que o processo de neolitização surge de um processo colonialista, criado por grupos humanos que se deslocaram para áreas

distantes, levando consigo diversas inovações, onde as comunidades autóctones são colocadas à margem do processo.

Este processo de transição, seja ele qual for – por evolução direta ou por adoção de práticas exteriores - decorreu por mais de um milénio.

A prática de pastorícia e agricultura no Neolítico Antigo são conhecidas de Norte a Sul do território português, especialmente na faixa litoral. O *modus vivendi* destas sociedades caracteriza-se pela implantação em povoados abertos, sem defesas naturais, constituídos por cabanas pouco robustas, próximos de linhas de água e, tinham a prática de deposição de mortos em necrópoles coletivas, especificamente em grutas naturais. Para além do cultivo de plantas e domesticação de animais, dedicavam-se ao fabrico de cerâmica manual, frequentemente grosseira, de formas hemisférica (fundos arredondados), decorada com motivos incisos no barro fresco, frequentemente com o recurso ao denteado da concha do berbigão, a cerâmica cardial e, eram cozidas em fornos que, para além da sua utilização para estes fins técnicos, servia também para a preparação de alimentos.

No panorama regional da Península de Lisboa, desde os anos 70 do séc. XX que são conhecidos e estudados sítios com ocupação do Neolítico Antigo, como é exemplo a Gruta do Correio-Mor (Gamna, 2005, p. 1), no concelho de Loures, mas é a partir da década de 90 que surgiu uma grande produção de informações mais concretas, baseadas em contextos estratigráficos seguros, como são, por exemplo, os casos do povoado em altura de São Pedro de Canaferrim (Simões, 1999, pp. 32-36), implantado no maciço sub-vulcânico de Sintra, o povoado do Carrascal (Cardoso, Silva e Soares, 2008), implantado na encosta do vale da ribeira de Barcarena, ou o povoado da Moita da Ladra, no concelho de Vila Franca de Xira (Cardoso e Caninas, 2010).

Desta fase inicial do Neolítico não se verificaram ocorrências no território do concelho de Arruda dos Vinhos.

Ao contrário daquilo que se passa num contexto regional, não se regista a indícios claros de ocupação atribuível ao Neolítico Antigo ou mesmo Antigo/Médio. No entanto, algumas pistas, atribuíveis a alguns achados isolados, permitem supor instalação de grupos humanos no vale do Rio Grande da Pipa, na “zona baixa” do concelho, no entanto, é necessário melhor confirmação. São os casos do Casal da Espadaneira (NumSítio – 10) (ANEXO I – Quadro 7.5 ; ANEXO III- Ficha nº 10) (três pequenos

núcleos e uma lasca de sílex, Casal das Antas de Cima¹¹ (NumSítio-13) (ANEXO I – Quadro 7.8; ANEXO III - Ficha nº 13) (2 seixos fragmentados, com marcas de precursão, 2 núcleos de sílex com marcas de talhe e um nódulo de sílex) e, a Vinha da Quinta da Crispina (NumSítio – 38) (ANEXO I – Quadro 7.28 ; ANEXO III - Ficha nº 38) (aqui recolheram-se apenas algumas lascas e um núcleo em sílex).

Mais tarde, este novo modo de vida expandiu-se geograficamente e cobriu toda a Península de Lisboa e ao território de Arruda dos Vinhos. As zonas de solos ricos do interior foram intensamente exploradas. Para além da utilização das grutas naturais, começaram também a construir-se espaços monumentais, para deposição dos mortos: as antas ou dólmenes. Na zona de influência da área de estudo também se regista a presença de grutas artificiais, para fim de deposição de mortos, como por exemplo o caso da gruta a oriente do Castro da Ota, na margem esquerda da ribeira da Ota (Barbosa, 1955). São também conhecidas algumas referências a topónimos onde existiriam grutas sepulcrais - Águas e Cruz do Bufo (Paço, 1966), também no concelho de Alenquer, mas não existem dados mais concretos.

Em finais do IV/ inícios do III milénio antes de Cristo, a “cultura megalítica” entrou no seu apogeu, deram-se importantes desenvolvimentos económicos e sociais.

É no Neolítico Final que se verifica a primeira monumentalização da paisagem, caracterizada por sepulcros de enterramento coletivo — grutas, hipogeus, grandes antas de corredor e *tholoi*.

Nesta região o Megalitismo deve ser interpretado racionalmente em sentido alargado, “como um conjunto de prescrições magico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, como um tipo de arquitectura” (Gonçalves, 1995a, p. 27).

A Anta de Arruda, localizada, segundo referências bibliográficas, no Casal das Antas de Baixo, é o mais antigo sítio do concelho, descoberto e escavado.

¹¹ O topónimo Antas despertou desde o início o interesse por localidades com o mesmo nome. São conhecidas diversas referências a antas, quer no território de Arruda dos Vinhos quer na região e, estão particularmente relacionadas com topónimos Antas: Antas de Cima; Antas de Baixo; Lameiro das Antas (Paço, 1966). Na área de Arruda dos Vinhos a existência deste tipo de monumentos são conhecidos em alguma bibliografia histórica e da especialidade (Cruz, 1897; Bourbon e Noronha, 1944; Leisner, 1965; Branco, 2007; Boaventura, 2009).

Identificada por Tito de Bourbon e Noronha e escavada por José Leite de Vasconcellos em 1898, mas anteriormente referenciada pelo Padre Belchior da Cruz em 1897, fazia parte de um conjunto de monumentos funerários existente nesta localidade (Cruz, 1897; Bourbon e Noronha, 1944). A Anta de Arruda é considerada como “o maior monumento de um conjunto que incluía, pelo menos, duas antas. “Localizava-se numa chã aplanada, a uma altitude de cerca de 100 m, na área subserrana, sobre o complexo argilo-margoso da «Camada de Abadia»” (Branco, 2007, p. 48). Possuía uma câmara trapezoidal alongada, aberta a nascente, com o comprimento máximo de 10 m e uma largura máxima de 5 m, restando 12 esteios” (Branco, 2007, p. 48). Quanto aos seus materiais de construção sabe-se que “todos os esteios eram em grés micáceo ou de cimento calcário do jurássico cuja distância mais próxima se localiza, em linha reta, a aproximadamente 3,75 km” (Branco, 2007, p. 48), ou seja, matéria-prima geológica da região. Das escavações de Leite de Vasconcellos, foram recolhidos alguns artefactos, nomeadamente “instrumentos de pedra polida, duas lâminas de sílex, dois punhais ou lanças, uma conta de colar, fragmentos de ídolos cilíndricos em calcário, um fragmento de placa de xisto decorada, dois fragmentos em cerâmica, um deles decorados e ossos humanos”⁵, depositados no Museu Nacional de Arqueologia. À volta e no interior da anta, o terreno servia de horta, encontrando-se por isso muito remexido e estrumado, encontrando-se tombados os esteios do lado norte a menos de dois metros das habitações do Casal das Antas de Baixo. Esta parecia assentar num “altinho”, que J. L. Vasconcellos suponha ser vestígios vestígio da mamoa, bastante danificada pelas culturas (Vasconcellos, 1898).

Apesar da Anta da Arruda ter sido recentemente estudada (Boaventura, 2009) não é conhecida a sua localização exata. Noutros trabalhos, alguns autores (Simões, 1994, Apud Branco, 2007), dão conta da existência de pelo menos duas antas (uma delas a de Arruda), entretanto destruídas, mas tal informação, por motivos de falta de registos, dificilmente pode ser comprovada.

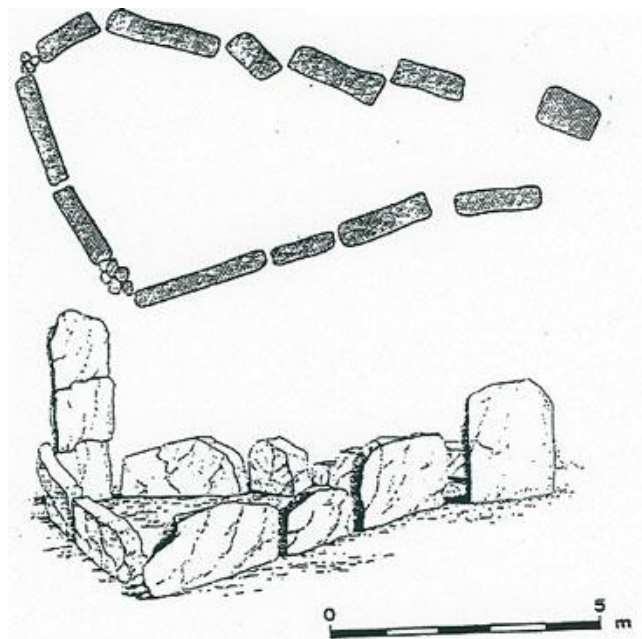


Figura 2. - Anta de Arruda - planta e vista em perspectiva segundo. V. Leisner (Apud Leisner, 1965)

Apesar das diversas referências ao topónimo Antas, existem, no entanto, poucas evidências de monumentos dolménicos em todo o panorama regional, “rondando as duas dezenas” (Boaventura, 2009, p. 35) apenas, estando “virtualmente ausentes de importantes zonas de ocupação pré-histórica como no vale do Sizandro (Torres Vedras)” (Sousa, 2010, p.498). Este número limitado deve-se à destruição destes monumentos, devido em grande parte à “intensa e antiga atividade antrópica” (Sousa, 2010, p. 498), sobretudo, relacionada com a atividade agrícola. Dos poucos exemplos de sobrevivência à diversas ações de destruição dos tempos, acentuada nas últimas décadas com a pressão urbanística e com o mau planeamento e gestão do território e do património, sobrevivem as antas de Pedra dos Mouros (CNS: 11301), Monte Abraão e Estria (CNS: 3001). Pertencentes ao denominado “*cluster* de Belas” (Boaventura, 2009), este agrupamento de sepulturas megalíticas foram classificadas individualmente como Monumento Nacional, no ano de 1910 (Decreto de 16/6/1910, publicado no Diário do Governo nº 136 de 23 de Junho de 1910), o que faz com que sejam um dos poucos conjuntos desta tipologia conhecido na região de Lisboa.

No contexto da investigação arqueológica a nível regional, é de salientar que a arqueologia preventiva, sobretudo no decorrer dos últimos 10 anos, contribuiu para um aumento substancial da informação sobre as dinâmicas de ocupação do território, no

entanto, “a leitura espacial das necrópoles presentes na região mantém-se sensivelmente a mesma há várias dezenas de anos” (Sousa, 2009, p.489).

A partir de meados do IV milénio a.C., como se verifica num contexto geral, deram-se importantes desenvolvimentos económicos e sociais, talvez pelo aumento da demografia e, os animais domésticos deixaram de ser usados apenas para produção de carne. A inovação permitiu a exploração dos recursos lácteos e de tração animal.

É nesta fase, no Neolítico Final, que o povoamento do concelho de Arruda dos Vinhos começa a tornar-se mais definido. A maioria dos habitats pré-históricos identificados com clareza cronológica são desta época, tendo continuidade pelo Calcolítico (III milénio a.C.). Nesta fase, os povoados localizam-se em zonas altas, dominando as bacias fluviais.

São disto exemplo, o Castelo (Castelo/Forte do Paço (NumSítio-19) (ANEXO I – Quadro 7.14 ; ANEXO III – Ficha nº 19) e o Moinho do Custódio (NumSítio-28) (ANEXO I – Quadro 7.19; ANEXO III – Ficha nº28), povoados com alguma defensabilidade natural, ocupando cabeços de recorte suave e, onde se recolheram testemunhos de atividade agrícola (enxós/machados, por exemplo), para além da atividade doméstica.

O Castelo (Castelo/Forte do Paço e o Moinho do Custódio, fazem parte de um conjunto de sítios a nível regional, com características especiais, constituídos provavelmente em graus diversos, fazendo parte das redes de povoamento do Neolítico Final/Calcolítico da Península de Lisboa.

Atualmente, segundo Ana Catarina Sousa, é difícil definir os limites cronológicos entre o Neolítico Final e o Calcolítico, e o seu conteúdo “civilizacional” está cada vez mais em questão (Sousa, 2010, p. 16), parecendo existir uma continuidade cultural, onde as alterações ao nível do registo material se processam com a introdução de novas variantes tipológicas que ocorrem progressivamente.

O Calcolítico (Idade do Cobre) é marcado pelo recurso a novas matérias-primas: os metais. Nesta fase os povoados eram localizados em zonas altas, dominando as bacias fluviais, fortificados, nos pontos de maior vulnerabilidade. No caso de Estremadura, os locais abertos com um nível reduzido de defesa tinha praticamente desaparecido até o final da primeira metade do III milénio a.n.e. (Gonçalves, Sousa e

Costeira, 2013, p. 77), exceto no caso de sítios especializados, como a oficina de sílex de Casal do Barril (Sousa e Gonçalves, 2011, Apud Gonçalves, Sousa e Costeira, 2013, p. 77).

Entre os finais do século XX e durante a primeira década deste século, têm decorrido trabalhos arqueológicos em vários sítios de ocupação do Calcolítico na Península de Lisboa, embora escassos, têm contribuído para o conhecimento para o estudo e clarificação do conhecimento das sociedades agrícolas pré-históricas desta área geográfica.

No que diz respeito à ocupação destes povoados alvo de escavações arqueológicas, entre a segunda metade do século XX e a primeira década deste século, sabe-se que são fundados de raiz, com ocupação desde o Neolítico e em plena atividade no Calcolítico e Idade do Bronze inicial, no caso do Penedo do Lexim, estende-se até ao período romano (Sousa, Valério e Araújo, 2004).

Uma das questões de relevo que se levanta no estudo dos povoados do Calcolítico e a da dicotomia entre “povoados fortificados” e “espaços abertos”. Na península de Lisboa, a investigação tem vindo a demonstrar que, os povoados fortificados não são exclusivos, nem maioritários, no povoamento do Calcolítico.

Este tipo de sítios, implantados em plataformas abertas surgem um pouco por toda a Península de Lisboa. A sua localização em pontos estrategicamente destacados na paisagem, segundo Ana Catarina Sousa, obedece a uma estratégia ocupação do espaço bem definida durante o Calcolítico peninsular: “não privilegia necessariamente os pontos mais elevados, mas antes locais de altitude media, com áreas de ocupação restrita” (Sousa, 1998, p. 55). No caso do sítio do Castelo, é possível enquadrar no tipo de “povoado fortificado”, pelos vestígios de muralha de alvenaria seca reforçada por um torreão semicircular (Cardoso, 1997).

No território de Arruda dos Vinhos, os resultados das escavações no Castelo/Forte do Paço, entre os anos de 87 a 99, do séc. XX, revelaram, com alguma clareza, uma ocupação inicial a partir Calcolítico Médio e Final onde “durante o primeiro período existiu no local um pequeno povoado fortificado com uma muralha de alvenaria seca reforçada por torreões” (Cardoso, 2014, p. 227), até à II Idade do Ferro.

A estratigrafia revelada pelos trabalhos levados a cabo neste povoado permitiu sequenciar, com alguma clareza, os períodos de ocupação. Nos estratos junto à base do bastião, onde a potência estratigráfica é menor, foram recolhidos diversos fragmentos

de cerâmica, alguns com decorações do tipo “folha de acácia”, sendo o fóssil diretor para o período do Calcolítico médio, cronologia assumida por João Ludgero Gonçalves (Gonçalves, 1993), e vasos campaniformes decorados com técnicas de ponteados e incisões, do final do mesmo período (Cardoso, 2014). Lâminas de sílex, pesos de tear, um fragmento de polidor em xisto anfibólico, uma conta de colar de rocha verde, um fragmento de cabelo com cabeça troncocônica e dois punções de cobre completam o espólio da Idade do Cobre (Gonçalves, 1995).

Comparativamente com o contexto do Penedo do Lexim, Ana Catarina Sousa considera que, “Esta presença simultânea poderá ser explicada pela mistura dos dois níveis ou então pela presença de um período de transição Calcolítico Inicial/Médio ainda com presenças de cerâmicas caneladas” (Sousa, 2000, p. 28).

No que concerne às características geomorfológicas do sítio, devido a morfologia e altitude, o esporão está sujeito a ações erosivas que afetam o estado de conservação da vertente, podendo causar ocasionalmente pequenos desabamentos. A sua superfície devido ao seu plano inclinado, embora suave e coberta pontualmente a NO-SE por tojo e a NE-SO por eucalipto, está sujeita para além da ação eólica, à ação de escorrimentos provocados pela chuva. Estas ações provocam o desgaste do solo, sendo que, em “algumas áreas se verifica ausência de estratigrafia, podendo ter sido um das causas do derrube da muralha do Calcolítico” (Cardoso, 1997, p.3). Estes episódios são mais notórios nas áreas sem vegetação ou de inclinação que sofrem mais com as ações da gravidade. Guilherme Cardoso atribui às “ações atmosféricas as causas do grande desgaste apresentado pelos fragmentos informes do Calcolítico” (Cardoso, 1997, p.3).

Apesar da exposição aos processos erosivos, dever-se-á ter em conta no entanto, que o local, pelas suas características geomorfológicas, planalto com suave inclinação, pela altitude, proximidade de pequenos cursos de água de superfície e, com disponibilidade razoável ao nível freático, apresenta condições ideais para uma ocupação a partir Calcolítico. Não obstante, a ação antrópica assume-se como um dos principais fatores para a alteração da paisagem.

O sítio do Moinho do Custódio, enquadra-se igualmente no perfil de dos povoados do Calcolítico Peninsular, embora não seja possível definir como, de recinto muralhado ou não muralhado.

O Moinho do Custódio localiza-se no interflúvio entre o rio dos Matos e o rio Pequeno, a cerca de 1500 metros do núcleo urbano da freguesia de Arranhó, com acesso por caminho de terra batida, numa elevação de tipo esporão, na latitude 38.951231° e longitude -9.14371°, à altitude 275 metros, localizado na folha nº 389, da Carta Militar de Portugal 1: 25 000 e na folha 34-B (Loures), da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000.

Numa das saídas de campo, no decorrer dos trabalhos da Carta Arqueológica, e seguindo as “pistas” fornecidas por Guilherme Cardoso e António Gonzalez (Cardoso e Gonzalez, 2008), numa zona do total visibilidade circular, deparamo-nos com uma invulgar ocorrência de materiais de superfície. A área prospetada tem cerca de 2 hectares, e os materiais identificados foram recolhidos num raio de cerca de 50 metros do ponto mais alto da elevação, onde se localiza o miradouro do Moinho do Custódio. A sul e a Este do moinho, foi possível detetar presença de formações rochosas, com forma linear, tipo muro, outras com formas angulares e outras com forma circular, associando-se a presença de materiais cerâmicos. Estes alinhamentos assemelham-se às estruturas identificadas por Guilherme Cardoso e António Gonzalez, em 2008 (Cardoso e Gonzalez, 2008. p.129).

De acordo com o que era previsível, dado o conhecimento da bibliografia do sítio, e pela proximidade com o sítio do Castelo, o material recolhido, líticos e cerâmica, apresentava uma clara cronologia do Calcolítico, bem como da Idade do Ferro, em quantidade abundante para vestígios de superfície. Apesar da existência de vestígios de ocupação ao longo de toda a área prospetada, as ocorrências mais significativas, em termos quantitativos de materiais classificáveis, encontram-se ao longo do caminho de acesso, em terra batida e de inclinação acentuada que termina junto ao Moinho do Custódio.

A litologia do local é constituída essencialmente por formações de margas calcárias, alternando com calcários e arenitos. Quanto à morfologia da freguesia de Arranhó, esta insere-se em zona de camadas de Abadia e formações do complexo pteroceriano, que pertencem a um afloramento com cerca de 10 km de largura e 14 km de comprimento, e se estende entre Runa, Montejunto, Serra da Atougia e Arruda, e apresenta como principais características a alternância de níveis gresomargosos e calcários (Oliveira, 2012). A área do sítio do Moinho do Custódio está inserida na

«Formação de Arranhó», caracterizada especificamente por calcários e margas com presença fóssil de origem marinha, datada do Titoniano Inferior (Oliveira, 2012).

Sobre o sítio, Cardoso e Gonzalez, dataram os vestígios do período Calcolítico, Idade do Ferro e período Contemporâneo (Cardoso e Gonzales, 2008): do Calcolítico associam os bordos de cerâmica espessados, uma ponta de seta de base côncava e uma lâmina, em sílex e, um machado em anfibólito (Cardoso e Gonzalez, 2008. p.3).

Da amostra dos materiais recolhidos na prospeção arqueológica no âmbito deste trabalho, os materiais líticos estão em maior número, e destes, o sílex é a matéria prima maioritária. Em sílex foram identificados núcleos de para extração de lamelas, lascas retocadas, 3 pontas de seta e raspadores, e alguns de tipologia indeterminada, em quartzito, percutores, em anfibólito uma enxó de pedra polida e, um fragmento de pedra polida, possivelmente de um machado ou enxó, relacionando o sítio com a atividade agrícola.

Os vestígios metálicos resumem-se a dois pequenos elementos de escória, provavelmente de cobre, devido à sua coloração verde pelo meio da oxidação.

Assume-se que a estratégia de ocupação do sítio do Castelo e do Moinho do Custódio, teve como princípio a função do controle da paisagem, onde a visibilidade destes sítios é de longo alcance, no caso do Castelo, direcionada para a ria flandriana (Rio Grande da Pipa) e no Caso do Moinho do Custódio, para o vale da Ribeira de Boiçã, afluente do rio Trancão e, para os planaltos que o circundam. Todos estes elementos apontam no sentido de uma mesma unidade na seleção e conceção da paisagem enquanto espaço.

A cultura material em alguns sítios a nível regional, quer em recintos muralhados, como são os casos, por exemplo do Castro do Zambujal, Vila Nova de São Pedro, Penedo do Lexim, a Moita da Ladra, o Forte do Paço, ou Pedra de Ouro, ou em povoados sem estruturas muralhadas, conhecidas até ao momento, como o Alto do Pedregal, permite indiciar contemporaneidade quanto à identidade estilística, durante o Calcolítico Pleno, nomeadamente pela presença de cerâmica decorada com «folha de acácia».

Importa também referir que, os povoados fortificados da Península de Lisboa marcam também uma transformação nas sociedades indígenas. Até mesmo os modelos difusionistas defendidos por autores, como Schubart e Sangmeister, que escavaram o Castro do Zambujal, admitem um fenómeno de “aculturação”, com base na troca e

partilha de conhecimento e transações comerciais frequente, em grande parte de minério para fabrico metalúrgico (Jorge, 2005).

O aparecimento dos primeiros artefactos metálicos, pressupõem a deslocação regional relacionada com possíveis redes de troca de matérias-primas, sobretudo com sociedades das regiões das beiras e do Sudoeste (Senna-Martinez, 2007).

No final do III milénio, desenvolve-se em toda a fachada atlântica europeia (e também no interior ibérico, estendendo-se ao mundo mediterrânico) um horizonte cultural: a chamada “cultura campaniforme”. Surge assim uma nova realidade cultural no final do III milénio, em especial nas faixas litorais, onde existe em maior abundância o chamado “campaniforme marítimo”, que se trata da passagem dos sepulcros coletivos para o enterramento individual, sendo o corpo do defunto muitas vezes acompanhado de bens de prestígio.

5.1.3. A Proto-história (Idade do Bronze e Idade do Ferro)

As condições orohidrográficas do território de Arruda dos Vinhos (encostas suaves, boa exposição solar, a disponibilidade de água, sobretudo a Este do concelho, na depressão de Arruda), contribuem para a fertilidade dos solos que têm sido intensamente explorados, desde os tempos mais remotos, contribuindo para a sobrevivência das sociedades.

Por estes motivos, segundo João Luís Cardoso, a região da Baixa Estremadura, a Norte de Lisboa, onde também se localiza o território municipal de Arruda dos Vinhos, foi entre Bronze Final ao final da Idade do Ferro, “palco de notável “transformação na continuidade”, consubstanciada em original processo de evolução económico-social, que, embora absorvendo estímulos externos de várias ordens, com dominância dos de origem mediterrânea, conduziu, progressivamente e sem sobressaltos, a uma formação económico-social organizada segundo modelo proto-estatal, em sintonia com a realidade que então pontificava em outras áreas peninsulares” (Cardoso, 1995, p.5). A ocupação deste território é caracterizada por uma ocupação dispersa e pouco hierarquizada, dedicada á cultura cerealífera e marcada por pequenas unidades de carácter familiar, as “granjas” ou “casais agrícolas”, dedicadas à exploração exaustiva do solo e à criação de gado bovino (Cardoso, 1995, p. 6), tendo continuidade no Período Romano, como comprovam os testemunhos materiais descritos mais à frente.

Este tipo de ocupação, surge na continuidade do verificado no final do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze, “período correspondente aos derradeiros portadores das cerâmicas campaniformes, em que se verifica uma proliferação dos pequenos "habitats", abertos, em detrimento dos grandes povoados por vezes fortificados” (Cardoso, 1995 a).

No território de Arruda dos Vinhos encontram-se alguns sinais da ocorrência à cerâmica cinzenta da Idade do Bronze, na Nossa Senhora do Monte (NumSítio - 30) (ANEXO I – Quadro 7.21; ANEXO III – Ficha nº 30).

O sítio localiza-se na encosta de uma elevação em forma de cone de origem basáltica, no vale de Arruda, onde no topo se ergue uma pequena ermida, a Ermida de Nossa Senhora do Monte, que dá o nome a esta elevação. A área onde se identificaram vestígios, situa-se a menos de 500 m da zona urbana e do Rio Grande da Pipa, é rodeada de terrenos agrícolas, de sementeira e vinha. Foram identificados fragmentos de cerâmica manual de pastas grosseiras, de cozedura redutora e mista, e materiais da Idade do Ferro, nomeadamente bordos e paredes de grandes recipientes de armazenagem e de ânfora, de pastas depuradas e de cozeduras oxidante e redutora. Entre os vestígios destacam-se fragmentos de cerâmica cinzenta, enquadrável na Idade do Bronze (com especial incidência no Bronze Final) e, um bordo de um pote tipo *pithos*, e foram recolhidos ao longo do caminho de acesso à ermida e no talude que o ladeia.

Tendo em conta a imensidão de trabalhos de prospeção e de sítios identificados neste contexto regional, o espólio cerâmico recolhido nos sítios descritos, assemelham-se às cerâmicas manuais com formas típicas do Bronze Final, dos sítios de Santa Sofia ou da Quinta da marquesa II, em Vila Franca de Xira, enquadrados na “I Idade do Ferro” (Pimenta e Mendes, 2010/2011).

Até 1987 os dados conhecidos para o período Proto-histórico (Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro) no território do concelho de Arruda dos Vinhos eram absolutamente inexistentes, cingindo-se este conhecimento para locais regionalmente próximos, como por exemplo, Vila Nova de S. Pedro, Leceia, Zambujal, Penedo do Lexim, Castro de S. Salvador ou Pedra do Ouro.

João Ludgero Gonçalves e de Guilherme Cardoso, nos resultados dos trabalhos arqueológicos no sítio do Castelo (NumSítio – 19), destacam a abundância de fragmentos de grandes potes de cerâmica, para armazenagem de víveres, diversos fragmentos de painéis, tigelas e jarros, dois fragmentos de taças de cerâmica

campaniense A, cossoiros, pesos de tear, alfinete de cabelo em bronze, três fíbulas: duas do “tipo transmontano” (Século III a. C. ao I d. C.), outra do tipo La Tène III (grupo E de Camulodunum, datada do 2º quartel do século I a. C. até à 1ª metade do III d. C.), uma faca de ferro e três denários republicanos (um de Roma datado de 153 a. C., e dois de 134 a. C.) (Gonçalves, 1993, 1995, 1997; Cardoso, G., 1997, 2001, 2010, 2014; Cardoso, e Gonzales, 2008). Entre o conjunto de cerâmicas, destacam-se as cerâmicas cinzentas finas, semelhantes a cerâmicas identificadas em níveis dos finais da Idade do Ferro e da época romana republicana na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002), em Lisboa (Pimenta, 2005), Freiria (Cardoso e d’ Encarnação, 2000, p. 744) e Quinta da Torre, Almada (Cardoso e Carreira, 1997–1998).

A informação obtida na sondagem S II, confirma que a estratigrafia sofreu alterações provocadas pela erosão e desgaste, provocados pelos agentes climáticos, provocando o deslizamento das terras que cobriam o sítio (Cardoso, 2014, p. 227). Mas, a inexistência da muralha do período Calcolítico e dos vestígios da Idade do Ferro, tiveram a extração de pedras para construção do Forte do Paço, estrutura militar das Linhas de Torres, como o fator principal do desaparecimento (Cardoso, 1997).

Também no Moinho do Custódio surgiram vestígios de ocupação da Idade do Ferro, nomeadamente de as cerâmicas de pastas depuradas, cozeduras oxidantes e redutoras, de paredes de grandes recipientes principalmente ânforas (Cardoso e Gonzales, 2008. p.129).

Nos trabalhos de prospeção no Moinho do Custódio, verificou-se uma maior incidência de materiais líticos (lâmina em sílex com marcas de talhe, duas pontas de seta, percutores em quartzito; pequeno machado em anfíbolito, escórias metálicas (a primeira análise a “olho nu” aponta para escórias de cobre), cerâmicas (de fabrico manual e pastas grosseiras, cerâmica com decoração incisa e cerâmicas de pastas depuradas, cozeduras oxidantes e redutoras, de grandes recipientes de armazenamento, nomeadamente, de ânforas, cerâmica de paredes finas e pastas depuradas ou com presença homogénea de elementos não plásticos).

Como acontece com os restantes sítios, à exceção do sítio do Castelo, a inexistência de uma sequência estratigráfica confirmada não permite confirmar o tipo de ocupação (sidérica) do sítio e em que momento(s) se verificou.

Face à escassa informação existente o estudo do povoamento nesta região baseia-se nas características morfológicas e tipológicas dos recipientes cerâmicos,

enquadráveis no Calcolítico, Bronze Final e Idade do Ferro. Neste sentido, os espólios cerâmicos recolhidos no sítio do Castelo, Moinho do Custódio e N^a Sr^a do Monte, com formas tipo contentores tipo *phitoi*, cerâmicas cinzentas e ânforas, são representativos da cerâmica manual do Bronze Final, semelhantes aos espólios cerâmicos identificados nesta área territorial regional, como o caso do Forte do Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço (Rocha e Lopes, 2008, 2009; Rocha; 2010, 2011a ; Rocha e Reprezas, 2014), do sítio de Santa Sofia ou da Quinta da Marquesa II, em Vila Franca de Xira, enquadrados na cronologia da “I Idade do Ferro” (Pimenta e Mendes, 2010-11).

Podemos então dizer que, o sítio do Castelo e o Moinho do Custódio são povoados indígenas, pelas percentagens de indústria lítica, cerâmica manual e a torno detetadas nestes sítios, com continuidade de ocupação até ao final da Idade do Ferro.

A cronologia do sítio da N^a. Sr^a do Monte, eventualmente, coincide com o Bronze Final, devido à presença de cerâmicas manuais de cinzenta e, pela presença de morfologias típicas da idade do Ferro, nomeadamente, os fragmentos de grandes recipientes tipo talha e de ânforas.

Entre a Idade do Bronze e Idade do Ferro, é possível ter havido uma maior dispersão do povoamento em casais rurais, levando ao enfraquecimento ou até o abandono dos antigos povoados fortificados calcolíticos. Posteriormente já no Bronze Final, parece ter havido uma concentração das populações, ou pelo menos em torno dos povoados centrais, transformando alguns deste lugares, ao nível do modelo da organização interna, aproximados do modelo das cidades, como é o caso das “citânias”, ou dos povoados proto-urbanos. Desde o Calcolítico que as sociedades da Estremadura possuíam uma estrutura social hierarquizada e complexa onde, “as arquiteturas fortificadas estariam ligadas não só à defesa, como à ostentação de grupos mais poderosos e “complexos” no seio de comunidades indígenas” (Jorge, 2005). Esta complexidade é comprovada pela organização, pela cultura material e pela monumentalização, dos contextos domésticos e funerários (Jorge, 2005), embora, não seja de todo verdadeiro enquadrar todos os povoados da Estremadura no mesmo tipo de complexos habitacionais da Península Ibérica, apenas e só pelas suas fortificações.

A estrutura do povoamento, nomeadamente dos “lugares centrais”, caracteriza-se pela distribuição regular por toda a região, com certa aproximação ao mar, enquanto os povoados interiores são mais escassos.

Desde o Neolítico Médio/Final até ao final do período sidérico, os resultados de trabalhos arqueológicos na região, sugerem que, a implantação dos povoados Pré e Proto-históricos, assentam no pressuposto estratégico de ocupação de sítios elevados, caracterizando-se como lugares centrais de importância estratégica, fazendo eco do panorama de povoamento autóctone, palco de contactos com a interface oriental. São exemplos, o Forte do Alqueidão (Rocha e Reprezas, 2014), em Sobral de Monte Agraço, a Alcáçova de Santarém, ou a Colina do Castelo, em Lisboa.

Já se sabe que, a estratégia de ocupação destes espaços, desde o Calcolítico até ao final do período sidérico, assenta nos pressupostos da defensabilidade natural e controlo visual da paisagem envolvente, em conjugação com as características orohidrográficas da paisagem.

No que à hidrografia diz respeito, o Rio Grande da Pipa revela-se como um grande polo estruturante na evolução humana nesta região, a nível económico, político e social. Enquanto via de comunicação/circulação entre os povoados do interior da Península de Lisboa (zona de grande potencial agropecuário) e os povoados ao longo do Estuário do Tejo (zona comercial por excelência e com potencial considerável em riquezas naturais, em particular, o ouro (Sousa, 2013) , facilita o acesso ao interior, ricas também em estanho (Arruda, 2005), pelo sentido Este – Oeste, contornando a barreira geomorfológica Norte – Sul que, de forma natural dificulta a passagem terrestre.

A orohidrografia, justifica, em parte, a “ densa malha de povoamento humano que se verifica nas margens do Estuário entre os séculos VIII e VI a.C.” (Sousa, 2013, p.103). O povoado pré-romano da Castanheira do Ribatejo, localizado junto à desembocadura do Rio Grande da Pipa (Pimenta e Mendes, 2011, pp.15-56), descoberto por João Pimenta e Henrique Mendes, vem confirmar a importância deste vale, assim como, as estações arqueológicas próximas enquadráveis na Idade do Ferro, como o caso da Quinta da Marquesa II, Quinta da Carapinha I e o Casal da Mó (Sousa, 211) e, mais para Sul, do período Romano, o Casal do Letrado (Cardoso e Encarnação, 2010) ou Casais da Granja.

As condições orohidrográficas, em especial no “vale de Arruda” (a riqueza do solo, clima ameno e o Rio Grande da Pipa), foram os motivos para que o território de Arruda dos Vinhos fosse desde o Neolítico ocupado pelos povos indígenas e, alvo de colonização romana desde os primeiros tempos da romanização.

As vias de comunicação terrestres ganham grande importância nos finais do período sidérico, tendo relevante importância durante a romanização em toda a Península Ibérica, e em particular na Lusitânia e, o controlo das vias de comunicação é também um fator de defensabilidade natural.

Os vários achados da Idade do Ferro, feitos por Pimenta e Mendes e, confirmam as teorias anteriormente avançadas, sobre a existência de uma via principal ao longo do Tejo. Assim, seria mais fácil estabelecer um eixo de ligação entre *Olisipo* a *Scallabis* e a *Bracara Augusta*, junto ao Tejo, independentemente das alterações que a transgressão flandriana poderia ter exercido nessa área (Daveau, 1980), contornando as irregularidades do relevo da Estremadura.

Desconhece-se qual o troço de a ligação por via terrestre entre o Estuário do Tejo e o interior da península, contudo, Guilherme Cardoso acredita que “Arruda dos Vinhos e, mais concretamente, Santiago dos Velhos, terão sido, desde sempre, pontos de passagem obrigatórios entre o Tejo e Dois Portos (Torres Vedras), escoando-se por ali os importantes produtos agrícolas que faziam parte das riquezas da época” (Cardoso, 2014, p.237).

5.2. O Período Romano

O atual território do Concelho de Arruda dos Vinhos, à semelhança do que se verifica em toda a região, foi alvo de uma intensa romanização. Arruda dos Vinhos situa-se na zona norte do *ager Olisiponensis*, a norte de *Olisipo* (Lisboa), indiciando uma presença romana bastante marcante neste território, testemunhada pelos diversos achados na área de estudo, à semelhança do panorama regional.

As prospeções arqueológicas efetuadas no âmbito deste trabalho, permitiram identificar e relocalizar um número considerável de sítios atribuíveis a este período histórico, tendo em conta as dimensões da área geográfica da área de estudo.

Os dados apresentados para a Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, quer no que diz respeito ao período Romano ou para qualquer outro período cronológico, como já referido anteriormente, baseiam-se nos dados recolhidos em trabalhos de prospeção ou na identificação de vestígios existentes em museus, recorrendo-se ao conceito do “fóssil diretor”, ou seja, um objeto arqueológico que permite identificar a presença ou

ausência de características que são indiscutivelmente atribuíveis a um determinado período histórico.

No caso dos trabalhos de prospeção no âmbito do presente trabalho, considerando a ausência de moedas, epígrafes ou até mesmo de cerâmica fina de importação (nomeadamente a *terra sigillata*) nos sítios identificados, que permitissem atribuir de uma forma fiável a ocupação de um sítio à época romana, foram considerados outros conjuntos de dados que se consideram relevantes para identificação e datação de sítios, nomeadamente, materiais de construção (*tegulae*), a cerâmica comum e o tipo de implantação do sítio. Assim, foram identificados sítios cuja implantação se enquadra em locais próximos de linhas de água, em zonas baixas, onde os solos são propícios à prática agrícola.

Não é fácil precisar o momento de transição entre o “mundo indígena” e o “mundo romanizado”, ao seja, a definição do início da “época romana”. Segundo Carlos Fabião (1998), na área a Sul do território nacional, durante o período republicano, observar-se-ia uma multiplicidade de circunstâncias com "romanos e indígenas vivendo lado a lado, se não mesmo em conjunto; romanos instalados em novas fundações; romanos instalados em núcleos indígenas, integrados em guarnições militares, indígenas assimilados e integrados nos contingentes militares de conquista, e os indígenas que, embora vivendo nos seus povoados e mantendo os seus modos de vida tradicionais, recebem e usam artigos típicos dos contextos itálicos" (Fabião, 1998, p.546). É possível dizer, no campo teórico que, o que poderá efetivamente definir a “época romana” e a distinguir do mundo indígena, é a cultura urbana e um tipo de agricultura orientada para a produção em larga escala.

Os primeiros sinais da presença romana efetiva no atual concelho de Arruda dos Vinhos remontarão ao século I a.C., podendo-se pressupor que houve contato entre os indígenas que residiam em povoados estrategicamente localizados nos pontos altos que circundam o denominado “vale de Arruda” e, os invasores romanos. De acordo com as referências bibliográficas e pelos recentes achados, esta teoria poderá ser facilmente comprovada, como mostram os dois denários de 153a. C. e outro de 134a. C. e, uma fíbula de prata da segunda metade do século I a.C. (do género das usadas habitualmente pelos legionários romanos), atribuídos ao período Republicano Romano, recolhidos nas escavações no sítio do Castelo (Cardoso, 2014, p. 237).

O processo de romanização levou a um abandono progressivo dos “povoados de altura”, por não se adaptarem às exigências económicas que surgiram com a romanização. Em certos casos verifica-se que alguns povoados, pelo contrário, continuaram habitados durante o período romano, como é o caso do Monte dos Castelinhos, localizado na desembocadura do Rio Grande da Pipa, no rio Tejo, com cronologia provável dos séculos I a.C./I d. C., no concelho de Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2008, pp. 26-37). A sua contínua ocupação deve-se certamente às suas grandes dimensões e ao facto da sua posição destacada na paisagem, beneficiar e proteger, as rotas naturais de passagem, o rio Tejo e o Rio Grande da Pipa, e a via romana de ligação entre *Olisipo* a *Bracara Augusta*.

Os dados disponíveis no concelho de Arruda dos Vinhos não permitem interpretar sinais de oposição ou não, das comunidades indígenas aqui residentes, ao avanço inicial dos exércitos romanos. Certo é que, existem sinais evidentes de aculturação.

As excelentes condições solo e do clima e, pela localização em zona de ligação entre o interior da Península de Lisboa e a principal via romana de *Olisipo* a *Bracara Augusta*, seguindo a par do Tejo, atingiria *Ierabriga*, onde iria infletir para nordeste, passando pela Colónia e capital Conventual *Scallabis* (Alarcão, 1988; Mantas, 1996a; Cardoso e Gonzalez, 2010; Pimenta e Mendes, 2012), justificam a aculturação entre indígenas e romanos, levando à ampla presença humana no território de Arruda dos Vinhos durante o Período Romano.

Marcas dessa aculturação são as estelas do Casal das Pias, e da Igreja de S. Tiago dos Velhos (NumSítio - 26) (ANEXO I – Quadro 7.17; ANEXO III – Ficha nº 26), cuja onomástica epigrafada sugerem ser tipicamente indígena, embora escrita em latim (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 10). A estela de *ANNIA MAXSUMA*¹², filha de Marcos, proveniente do Casal das Pias, tem como elementos decorativos Rosáceas e crescentes lunares. Segundo Guilherme Cardoso e José d’ Encarnação, Annia, é nome de família, o que os “leva a pensar em gente vinda de fora, o certo é que a grafia Maxsuma, com o S a sublinhar a necessidade de se ler o X como CS, é vestígio evidente da linguagem oral, de quem ainda não sabe muito bem como são as regras da Onomástica romana; por isso que também o nome do pai venha referido após o cognomen” (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 10). De igual forma, os autores referem-se à estela que se encontra no adro, junto ao cruzeiro da Igreja de S. Tiago dos Velhos, *AMOENA MAELGEIN* (ANEXO III

¹² Depositada no Museu Nacional de Arqueologia (COD.MNAE: 2757)

– Ficha nº 26, Fig. 2) , «*Amena, de Malgeino*», nome tipicamente indígena e, também neste caso, com influência romana, pois, *Amoena* significa “a menina simpática, de rosto afável e bom trato; *Maelgeinus*, ao invés, com esse E a mais na primeira sílaba (outro reflexo nítido da linguagem oral a que não corresponde a latinização corrente), um nome tipicamente lusitano; a ausência da palavra *filius* mais acentua o carácter indigenizante” (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 10).

Tal como já foi referido, o abandono progressivo dos povoados fortificados localizados nos pontos mais elevados, terá sido motivado pelas novas exigências e influências socioeconómicas, nomeadamente, pela proliferação de novas estruturas fundiárias (*villae* e casais agrícolas).

As evidências dos trabalhos de campo revelam que, a ocupação do espaço durante o império romano, concentra-se essencialmente na zona da depressão de Arruda, no vale do rio Grande da Pipa, onde existe maior abundância de água e os solos são constituídos sobretudo por margas. Os vestígios romanos encontrados nesta área são abundantes, em contraste com os encontrados no restante território do concelho, que se dispersam de uma forma muito mais intensa. Na margem esquerda do Rio Grande da Pipa, os vestígios romanos são significativos e as tipologias de materiais encontrados demonstram a importância e organização de pequenos povoados ou núcleos habitacionais como *villae* e casais agrícolas, coincidentes com os atuais casais, pequenos aglomerados populacionais, sobretudo dedicados à produção agrícola e vitivinícola.

São disso exemplo como os casos: do Casal do Letrado (NumSítio - 15), (ANEXO I – Quadro 7.10; ANEXO III – Ficha nº 15) (um casal agrícola situado na zona rural a Este na freguesia de Arruda dos Vinhos, já referido por Guilherme Cardoso em 2010 (Cardoso e Encarnação, 2010), e onde se recolheu uma lucerna¹³ decorada com estrias radiais e cerâmica, depositada no Museu Nacional de Arqueologia. Durante os trabalhos de prospeção foram recolhidos fragmentos de cerâmica de construção (tégula, ímbrice), cerâmica comum, cerâmicas de paredes finas e 2 pesos de tear, paredes e bordo de recipientes cerâmicos de grandes dimensões e decorada, do tipo *pithoi*, encontram-se em grande abundância, dispersos ao longo de toda a área. Segundo os mesmos autores, este local foi ocupado pelos Romanos durante um longo período de

¹³ Número Inventário MNA : 16146

tempo, prova-o a ara¹⁴, dedicada “aos deuses Manes de Júlia Rufina, infelizmente falecida com apenas dois anos de idade” (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 10). É um elemento funerário de tipologia tipicamente romana, “mas a grafia denota ainda alguma ignorância de regras”, segundo Guilherme Cardoso e José d’Encarnação, pois, “a irregularidade da escrita leva-nos, porém, a pensar que já estaremos num outro horizonte cronológico, quiçá a parte final do século II da nossa era” (Cardoso e Encarnação 2010, p. 10); o Casal da Fonte de Pau¹⁵ (NumSítio – 11) (ANEXO I – Quadro 7.6; ANEXO III – Ficha nº 11), onde foram recolhidos fragmentos de cerâmica de construção (tégula, ímbrice), cerâmica comum (bordos de bilha, alguidares, vasos); a Quinta da Crispina¹⁶ (NumSítio - 31) (ANEXO I – Quadro 7.22; ANEXO III – Ficha nº 31) e a Vinha da Quinta da Crispina¹⁷ (NumSítio - 38) (ANEXO I – Quadro 7.28; ANEXO III – Ficha nº 38) (em ambos os locais foram detetados vestígios de materiais de construção (tégula e tijolo) e na Quinta da Crispina, duas escórias metálicas); a Quinta das Caldeiras¹⁸ (NumSítio – 33) (ANEXO I – Quadro

¹⁴ Depositada no Museu Nacional de Arqueologia (COD.MNAE: 1615)

¹⁵ Junto a este local situa-se uma pequena elevação denominada pela tradição oral de “Cova do Gigante”. Segundo a tradição oral: Aqui estará sepultado um Gigante, que por aqui habitou em tempos longínquos: «(...) O gigante devorava toda a comida da região, sobretudo carne, carne dos animais, roubando-os aos seus donos. Às vezes, até comia pessoas. (...) Conta o povo que até palitava os dentes com a rabiça dos arados! Porém, as pessoas, desesperadas, juntaram-se e decidiram matar o gigante. E pensaram-no tão bem que o conseguiram!¹⁵ (...) Depois, apareceu à população outro problema: o que fazer com aquele cadáver tão grande? Pois lá se resolveram fazer um buraco enorme, e cada pessoa ficou encarregada de levar um balde de terra e deitar-lho por cima. E assim apareceu em Arruda dos Vinhos o monte que ainda hoje é conhecido como a Cova do Gigante!» (Moutinho, 2013, pp. 329-330).

¹⁶ O nome Crispina poderá estar associado ao nome Crispina - *Brutia Crispina*, imperatriz - consorte romana, esposa do imperador Cómodo (Lúcio Aurélio Cómodo). Este fato poderá ser um sinal da presença romana no local.

¹⁷ CNS: 15273 (Endovélico - Portal do Arqueólogo - DGPC).

¹⁸ Não se pode deixar de considerar a toponímia do local onde se localiza o forno – Quinta das Caldeiras – e as informações orais, como a lenda do “Forno da Virgem das Antas” e, os relatos da população que dão conta do aparecimento de muitos fornos “de queimar carvão” ao longo do Rio Grande da Pipa aquando da cheia de 1967, tendo sido muitos deles destruídos à medida em que foi regularizado o curso do rio. A lenda conta: «Quando os mouros tomaram de assalto a vila de Arruda aos cristãos, as populações aqui residentes conseguiram salvar a Imagem da Virgem que veneravam na igreja desde o tempo dos Visigodos. Durante a noite, esconderam-na numa lapa, no Lugar das Antas, na esperança de que esta terra voltasse um dia a ser reconquistada pelos seguidores da Fé Cristã. Conta-se que, durante os

7.24; ANEXO III – Ficha nº 33), onde está também identificado o Forno P12 (Quinta das Caldeiras) (NumSítio – 21) (ANEXO III - Ficha nº 21); a Igreja de Nossa Senhora da Salvação (NumSítio – 25) (ANEXO I – Quadro 7.16; ANEXO III – Ficha nº 25) (foram identificados vestígios de cerâmicas de construção (telhas e tijolos) cerâmica comum, ânforas, *terra sigillata* de distintas produções (itálica, clara A), cerâmica de paredes finas e lucerna, sendo cerâmicas de fabrico local e de importação, artefactos metálicos, vidro, um fragmento de uma inscrição funerária, um fragmento de um peso de tear com inscrição, um fragmento de fuste de coluna de lioz de nervuras róseas e, foram também identificadas estruturas de um tanque e um piso de terra batida, atribuindo-se uma cronologia de ocupação durante o Período Republicano Romano (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013, p. 1112)).

O *modus vivendi* romano, impõem uma nova arquitetura doméstica, que se reflete numa nova dimensão e organização dos espaços habitacionais, que se caracterizam pela utilização de novas técnicas e materiais construtivos, como a pedra aparelhada, a argamassa, o estuque, a cerâmica de construção (tegulae, imbrices e tijolos) e diversos elementos decorativos (mosaicos, mármore, capitéis e esculturas).

Do ponto de vista das estratégias de implantação, a maioria dos sítios Identificados definem-se como enquadrável no tipo de povoamento rural, definidos por Orlando Ribeiro por, " (...) o conjunto de locais de habitação o campo, em que a maioria dos habitantes se ocupa da exploração da terra sob forma de agricultura e pastoreio" (Ribeiro, 1991, p.300), que podem ser interpretados como *villae* ou casais agrícolas, apresentam um conjunto de elementos que as caracterizam como tal. Localizam-se em espaços de menor altitude, por norma virados a Sul/Este e próximos de linhas de água, o que confere a qualidade necessária para garantir uma maior e melhor produtividade dos solos. De acordo com a definição do conceito na bibliografia, as *villae* são "propriedades agrícolas que exploram um território mais ou menos vasto e que se

quatro séculos em que a Imagem ali esteve escondida, as pedras dos fornos se mantinham milagrosamente aquecidas durante 24 horas, cozendo ininterruptamente fornadas de pão, para maravilha e espanto das populações. Quando D. Afonso Henriques reconquistou Arruda aos mouros, a vila foi repovoada por cruzados ingleses que o tinham ajudado na conquista de Lisboa de 1147. Nessa altura, o primeiro rei de Portugal mandou reedificar o templo cristão, deixado ao abandono pelos mouros. Ordenou ainda que a imagem de pedra da Virgem escondida na lapa das Antas regressasse para o seu altar e que a igreja fosse consagrada a Santa Maria de Arruda.» (www.cm-arruda.pt)

caracterizam sobretudo pela transposição dos ideais da cultura urbana para o campo, materializados na estrutura arquitectónica da sua área residencial" (Almeida, 2000, p.43); "o nível socioeconómico e sociocultural do grande proprietário traduziam-se num maior conforto da casa (por exemplo, com mosaicos, esculturas decorativas, termas) e em maior riqueza e diversidade dos objectos da vida quotidiana (por exemplo, cerâmicas finas como *sigillata* e *sigillata* clara, vidros, etc)" (Alarcão, 1990a, p.421); Os casais são "unidades de exploração de média dimensão e com esporádica utilização de bens de prestígio - sobretudo móveis" (Carneiro, 2005, p. 49). "No registo arqueológico, estes sítios correspondem a *habitats* abertos, de dimensão média ou pequena, observando-se à superfície do solo, numerosos fragmentos de *tegulae*, ímbrices, cerâmicas comuns, pesos de tear, mós, escórias de ferro, e por vezes, mas raramente, fragmentos de terra sigillata. Destaca-se a total ausência de estelas funerárias, por um lado, e por outro, a de elementos arquitectónicos relacionáveis com edifícios de impacte, como fustes de coluna, bases ou capitéis." (Lemos, 1993, p. 417- 418).

O aumento da atividade humana no território não está alheio ao contexto regional (Pimenta (Coord), 2013; Pimenta, Mendes e Norton, 2008; Silva, 2012) acreditando-se que a proliferação dos casais, *villae* e *vicus* no *ager olisiponensis*, aconteceu na época Imperial, coincidindo com a elevação de *Olisipo* a *municipium* (entre os anos de 31 e 27 a.C.¹⁹).

A distribuição espacial dos locais de época romana apresenta uma concentração muito notória, no designado “Vale de Arruda”, que atravessa o concelho no sentido Este-Oeste, em função da qualidade dos solos agrícolas desta área, como evidenciado anteriormente.

A Noroeste, nas zonas de relevo, apenas se identificou um povoamento com presença romana, o já referido sítio do Castelo (Castelo/Forte do Paço (NumSítio – 19)), na freguesia de Arranhó, localizado em zona sobranceira aos terrenos agrícolas férteis do “vale de Arruda”. A Sul, na freguesia de S. Tiago dos Velhos, foram também identificados vestígios romanos, muito escassos, junto ao Casal Novo²⁰, ao qual se denominou de Casal Novo 1 (NumSítio – 18) (ANEXO I – Quadro 7.13; ANEXO III – Ficha nº 18). Trata-se uma mancha dispersão de cerâmica de construção (tijolo, telhas

¹⁹ Existe alguma controvérsia sobre a data exata da elevação de *Olisipo* a *municipium civium Romanorum* (FARIA, 1999, 36-7), opta-se por referir aquela que normalmente é indicada.

²⁰ CNS: 23333 (Endovélico - Portal do Arqueólogo - DGPC)

de meia cana de pastas claras), junto do Marco Geodésico Casal Novo situado num cabeço, a 353 metros de altitude, a menos de 100 metros da povoação de São Romão e à capela de São Romão, no concelho de Vila Franca de Xira. A pequena ermida situa-se no alto do pequeno lugar de São Romão, e encontra-se presente numa das paredes interiores uma lápide funerária romana encontrada nas imediações.

Um pouco mais a Sul, na extrema Sul do concelho, no vale da Ribeira de Boiçã, afluente do rio Trancão, volta a reaparecer vestígios de povoamento romano, como é o caso do Casal das Contradinhas (NumSítio – 14) (ANEXO I – Quadro 7.9; ANEXO III – Ficha nº 14). A proximidade com a linha de água faz com que os solos sejam mais férteis. Os materiais arqueológicos encontram-se, em grande abundância, dispersos ao longo de toda a área (fragmento de peso de tear; bordos e fundos de recipientes, essencialmente dos tipo, “bilha”, “prato”, “tigela” e “panela”; cerâmica de construção – Imbrice e tegula). Está-se em crer que, poderemos estar na presença de um sítio habitacional - um casal agrícola - com uma extensa diacronia de ocupação, pelo menos, entre os períodos Romano e Contemporânea.

A pesar de não estarem identificados mais sítios, é provável a presença de mais vestígios romanos na freguesia de S. Tiago dos Velhos e Arranhó ao longo da Ribeira de Boiçã, onde a riqueza dos solos é elevada.

Facto é que, a presença romana não é tão significativa a Sul e a Oeste do concelho de Arruda dos Vinhos, pois é uma zona mais árida e de planaltos, onde a ocupação Pré-histórica é mais significativa, pelos motivos geoestratégicos já evidenciados anteriormente. A irregularidade orográfica e a consequente reduzida fertilidade dos solos, são fatores pouco consistentes para a fixação humana.

Uma observação do terreno permitiu localizar algumas manchas de ocupação bastante intensa na zona da freguesia de Arruda dos Vinhos, estendendo-se em direção a Este, ao longo da planície fértil do Vele do rio Grande da Pipa no sentido do rio Tejo, como é o caso, dos achados do Casal das Pias, da Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Salvação, do Casal do Letrado, Antas de Baixo, Quinta da Crispina, Quinta das Caldeiras, e da Quinta da Marquesa I, na antiga povoação portuária de Povos (Parreira, 1986; Calais, 1993-94; Guerra, Blot e Quaresma, 2000, já na margem do Tejo, no concelho de Vila Franca, e revelam intensa atividade humana.

A interpretação dos dados relativos à ocupação do território concelhio, em época romana, deve ter em consideração também algumas condicionantes de ordem regional,

nomeadamente a proximidade do concelho em relação a *olisipo* (Lisboa) (cerca de 35 km) e, à via que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta Emérita* (Braga), que seguia a par do Tejo.

Como já referido, os aspetos orohidrográficos foram preponderantes para a fixação e evolução da presença humana no território de Arruda dos Vinhos, leva a crer que, esta região exerceu um papel preponderante na organização económica e comercial no *ager Olisiponensis*, servindo como ponto de passagem e como polo criador de riqueza, sobretudo na produção vitivinícola, assim como acontece nos dias de hoje. Alguns vestígios isolados foram igualmente registados, mas não assumem grande importância na análise do povoamento. Assim, as evidências arqueológicas (as antigas e as atuais) confirmam a presença romana, no entanto, ainda estão por identificar claramente os aglomerados urbanos que povoaram este território.

Por fim, é perentório reforçar a ideia sobre a importância, não só das vias fluviais, mas também, das vias terrestre, e do importante papel que desempenharam no desenvolvimento da romanização dos povos da Lusitânia.

O estuário do rio Tejo mostra uma paisagem pouco vulgar no país, com uma vasta planície sedimentar, abandonada pelas águas por meados da Era Terciária (Mantas, 2012, p. 9), e é local de grande fertilidade dos solos. Os novos achados arqueológicos no entorno de Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2012) e Carregado (Pimenta e Mendes, 2008) vêm confirmar antigas teorias de fixação dos povos da Idade do Ferro na Região Oeste, e colocam questões quanto ao traçado das antigas vias da Baixa Estremadura. A Sul, no concelho de Loures a ligação a Torres Vedras (*Cretina*, segundo Vasco Mantas).

Embora não existam referências e evidências da existência de uma via ao longo do vale do rio Grande da Pipa, com os novos dados, é mais do que provável a sua existência, “ tendo dois pontos fortificados sobre ele, Sítio o Castelo e Curvaceira de Cima (Castro do Amaral), e diversos outros sítios romanos ao longo dele...” (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 131).

Algumas vias foram identificadas como vias do período medieval/moderno e/ou estradas militares (pertencentes a uma vasta rede de percursos que faziam a ligação entre as fortificações de campo, da época das Invasões Francesas), a saber: À-do-Baço (NumSítio – 1) (ANEXO III – Ficha nº 1); Á-dosArcos (NumSítio – 2) (ANEXO III – Ficha nº 2); Arranhó (NumSítio – 6) (ANEXO III – Ficha nº 6); Estrada Ajuda/Bucelas

(NumSítio – 20) (ANEXO III – Ficha nº 20); Rossio 1 (NumSítio – 35) (Anexo III – Ficha nº 35). Estas podem indiciar uma cronologia de ocupação mais antiga, provavelmente do período romano. Compostas por lajeados, os percursos identificados podem atingir os 2 km de extensão, e seguem o princípio de construção das vias romanas (geralmente acompanham as linhas de água ou contornam e seguem a par dos relevos da região, mas nunca muito distantes da linha de água). A Sul, na freguesia de Arranhó, a Estrada Militar Ajuda/Bucelas, o troço na localidade de N^a Senhora da Ajuda e o troço de Á do Baço. Os troços, embora interrompidos em vários pontos, seguem em direção a Á do Baço contornando a Serra do Alqueidão, a Sul e a Oeste, seguindo para NW em direção à freguesia de Sapataria, em Sobral de Monte Agraço, pelo seu “perfil”, podem ser uma derivação, ou até, serem coincidentes com a via entre *Olisipo* e *Conimbriga* próximo do litoral, esta via teria passagens nas proximidades de Frielas, Loures, Dois Portos, Torres Vedras e Óbidos (Mantas, 1987, 2002). O estado atual dos troços indica que terá tido alguma importância estratégica, em algum momento da sua utilização.

Independentemente das alterações que a transgressão flandriana poderia ter exercido no vale do rio Grande da Pipa e, apesar do rio Tejo, ter tido um aspeto diferente do atual, o comportamento dos caudais são semelhantes pois, o clima não seria expressivamente diferente, com grandes diferenças entre os caudais de estiagem e de invernias, podendo este atingir 700 vezes o valor do caudal estival (Mantas, 2012, p. 9), o que por influência, tornaria o caudal do rio Grande da Pipa navegável, pelo menos em época de cheias. Assim, era obrigatório existir uma via terrestre alternativa, na zona da depressão de Arruda, de modo a suprimir as necessidades de circulação em períodos de caudal baixo.

Em suma, pode-se concluir que Arruda, era então, um território de passagem e, esse facto, poderá ter tido relação com a origem do topónimo, no entanto, não é facilmente comprovável. O topónimo não se enquadra no vocabulário latino e, se em vez de Arruda aplicarmos o nome latino “Ruta, ou seja rota, então estaríamos perante um local de Rota” (Alvoeiro, 2011, p. 7), ou seja, uma estrada, um caminho. Esta hipótese, embora plausível não foi até agora comprovada. Guilherme Cardoso e José d’Encarnação acham que Arruda poderá ser uma latinização de «Arruta» (Cardoso e Encarnação, 2010), nome pelo qual este território era conhecido no séc. XI, pois, aparece referenciado num documento doação de «Arruta», por D. Afonso Henriques

a D. Pedro Fernandes e ao conde D. Rodrigo: «*una cum filio meo rege Sancio et filia mea regina Tharasia*» (assim diz), doa a D. Pedro Fernandes e ao conde D. Rodrigo «*villa mea propria que vocatur Arruta*», ou seja, a sua vila, a que dão o nome de Arruda (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 4).

5.3. Da Idade-Média ao Período Moderno

Embora pouco abordado na literatura histórica, o período mais conhecido da vila de Arruda e do seu concelho está relacionado com a estadia do rei D. Manuel I em Arruda, no início do séc. XVI, após a fuga da peste, que assolava a cidade de Lisboa. Este acontecimento é conhecido na tradição oral local, relacionando a estadia do rei por estas paragens, com a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Salvação (NumSítio – 25). A lenda conta que as festas em Honra de Nossa Senhora da Salvação remontam ao século XVI, ao reinado de D. Manuel I:

«Sendo informado que esta sua terra gozava de “bons ares”, o rei refugiou-se com a sua corte no Paço de Arruda, durante um surto de peste que grassou na cidade de Lisboa e que provocou grande mortandade. Tendo prometido reconstruir a igreja de Arruda e dedicá-la a Nossa Senhora da Salvação, caso a família real saísse ilesa dessa epidemia - o que se veio a verificar - o monarca ordenou a restauração e ampliação da igreja, bem como o alindamento da primitiva Imagem de Santa Maria.

Estas obras decorreram entre 1525 e 1531, já no reinado de D. João III, e desde essa altura, realiza-se todos os anos, no dia 15 de Agosto, solene procissão em Honra de Nossa Senhora da Salvação, como voto de agradecimento do rei»²¹.

Acreditava-se naquele tempo, que os “bons ares” de Arruda devia-se à abundância de erva Arruda²². Certo é que durante o verão a maioria dos cursos de água diminuem o

²¹ Informação retirada do site do Município de Arruda dos Vinhos (<http://www.cm-arruda.pt/lendas-locais>); Uma outra versão da lenda refere que, a mudança do nome da Virgem teria sido motivada pelo grande numero de arrudenses, da melhor nobreza, que embarcaram nas naus e galeões a conquistar e firmar o Império Português; Sobre a Igreja e a Imagem de Nossa Senhora da Salvação, conta a lenda que a imagem foi salva de cair em poder dos mouros pelos seus fieis. Não é possível confirmar esta versão, pois a imagem atual é uma escultura do séc. XV em madeira policromada.

²² Tem como nome científico *Ruta chalepensis* L. e pertence à família Rutaceae Pode crescer de forma espontânea ou poderá ser cultivada (Sequeira, Fontinha, Freitas, Ramos e Mateus, 2006; Jardim e Sequeira, 2008).

caudal ou secam, o que faz com que atraia bastantes insetos, o que pode explicar a cultura desta erva, no entanto, também é abundante no alto das colinas, onde cresce espontaneamente. Arruda tem diversas propriedades e diversos fins no mundo da medicina popular e tradicional. Na Idade Média, acreditava-se que teria também propriedades místicas, diz-se que era utilizada em raminhos para aspergir os fies com água benta, pois, acreditava-se que afastava a peste e o mau-olhado²³. Assim, nada seria mais natural do que dar o nome Arruda a uma terra onde abunda Arruda. Algumas teorias para a origem do topónimo apontam para este sentido (Rogero, 1997; Cardoso e Encarnação, 2010; Alvoeiro, 2011). Porém, e mais uma vez, esta teoria para a origem do topónimo, apesar de credível, também, não foi até agora comprovada.

A tradição oral refere um "castelo" erigido pelos Árabes, que por duas vezes foi conquistado pelos Cristãos, podendo estar relacionado com as conquistas cristãs e com a conquista da cidade de Lisboa, em 1147. Contudo, ainda não foi possível identificar evidências no terreno.

A data de fundação jurídica do concelho não é, em rigor, mas um documento de D. Afonso Henriques, datado de 1172, refere a doação do castelo de Arruda à Ordem Militar de Santiago²⁴ (Herculano, 1846-1853; Reuter, 1938). Paula Pinto Costa e Maria Cristina Pimenta, afirmam que Arruda foi doada à Ordem Militar de Santiago, não por motivos militares, dado o posicionamento da linha de reconquista na altura, mas sim, por assentar numa razão de prestígio ou de comprovação do poderio militar destes cavaleiros, recém demonstrado na praça de Cáceres (Costa e Pimenta, 2008-2009, p.282).

Em 1175, o rei doa a Igreja de Santa Maria de Arruda, na vila de Arruda, ao Mosteiro de São Vicente de Fora.

Após a ordem de Santiago ter perdido a vila, em 1186, D. Sancho I devolve o castelo de Arruda à ordem, continuando a Igreja Matriz a pertencer ao Mosteiro de São Vicente.

Num documento de 1207 a mando do Papa Inocêncio III, dois juízes julgam certas questões entre o Mosteiro de São Vicente e os freires de Santiago em que se regula o

²³ Diz a sabedoria popular que a erva Arruda, para além das propriedades medicinais, era associada a bruxas, provavelmente porque possui efeitos abortivos e em flor o seu pólen pode queimar a pele.

²⁴ D. Afonso Henriques doa a Vila de Arruda ao Mestre espatário D. Pedro Fernandez e ao Conde D. Rodrigo Alvares, sobrinho do rei.

modelo de divisão de direitos, daí sai a decisão, a capela de Arruda ficará para os freires de Santiago enquanto que a Igreja de Santa Maria de Arruda fica para o Mosteiro de São Vicente de Fora. Sabe-se que a vila e seu termo só receberam foral manuelino em 1527, sendo que anteriormente a esta data, existe uma doação e suas sucessivas confirmações, à ordem de Santiago, confirmando-se esta pertença num documento de 1423 de nomeação do termo de Lisboa, onde se diz que Arruda não pode fazer parte do dito termo porque pertence à ordem (Alvoeiro, 2011, p. 45).

Alguns historiadores defendem que só o Foral define e certifica um concelho, o que no caso de Arruda só terá acontecido em 1517. José Mattoso defende que a existência e validade dum concelho pode ser atestada não só por decreto régio mas também, pela existência dum conjunto e organização de população num determinado espaço, precedente à atribuição dum foral ou senhorio (Mattoso, 1982).

Existem no entanto, documentos em que o interlocutor é o concelho de Arruda ou o concelho da vila de Arruda e não um mestre espatário, como é o caso de um documento de D. Fernando, datado de 1383²⁵, dirigindo-se aos seus oficiais para que a sua doação da colheita anual do concelho de Arruda, a que tinha direito, a Gonçalo Vasques do Rego não fosse embargada - «...da colheita *que avemos dar em cada hum ano do Concelho da Arruda...*». Um documento de D. Afonso V, datado do dia 16 de Junho de 1472²⁶, ordenando que as penas dos cativos revertam para a reparação do cano de água que vem de fora da vila - «...*que nos querendo fazer graça e merce a comçelho da vila da Arruda...*», faz mais uma vez referência ao concelho de Arruda. Ainda há outra referência a este concelho muito anterior às já referidas. Em 1189, D.Sancho I confirma a doação que seu pai tinha feito da igreja de Santa Maria de Arruda, em 1175, ao Mosteiro de São Vicente de Fora e dirige-se: «*Rex D.Sancius iudici et concilio de Arruda salutem*²⁷».

Arruda pode ser um exemplo duma povoação existente, e que, D. Afonso Henriques decidiu doar a um senhorio por motivos estratégicos e de proteção, visto que se encontra num ponto importante de defesa das linhas de entrada na cidade de Lisboa, por isso, a vila precisava de ser defendida contra o infiel e presumíveis invasores.

²⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo: Chancelaria D. Fernando Livro 3 , fl. 70.

²⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo: Livro 1 de Direitos Reais fl. 262

²⁷ *Livro dos Copos*, doc. 117.

Assim, D. Afonso Henriques, tenta consolidar a fronteira sul do território através de uma política de colonização do termo de Lisboa (Cardoso e Encarnação, 2010).

Assim, a documentação consultada indica que a Vila de Arruda teria a sua organização judicial e administrativa a cargo do concelho e seus juizes e em última instância do rei. Logo, pode-se concluir que, “Arruda com a sua vila e seu termo era senhorio da Ordem Militar de Santiago, mas continuava ter a sua organização concelhia” (Alvoeiro, 2011, p. 10).

Após a doação da vila de Arruda à Ordem de Santiago, segundo conta a história, foi mandado construir um mosteiro para habitação das mulheres dos militares da Ordem (Rogero, 1997; Cardoso e Encarnação, 2010; Alvoeiro, 2011), quando os maridos partissem para as campanhas, localizado no sítio do Vilar, a Oeste de Arruda, onde hoje existem ruínas do um grande edifício, onde existe, dentro das paredes que resistiram à ação humana, um aglomerado de habitações atuais.

Contudo, do castelo de Arruda, islâmico ou cristão, nada resta como vestígio físico, apenas a toponímia, que ajuda a elaborar suposições sobre a sua provável existência e localização. A toponímia da zona alta, a Este no núcleo antigo da vila, permite assumir que o castelo se localizaria por ai, como indicam os nomes, Travessa Costa do Castelo e Rua Costa do Castelo. Após a implantação da república em 1910, os nomes das ruas foram alterados, tendo desaparecido nomes como, rua dos Arcos, atual rua da República, rua da Palma, atual rua 5 de Outubro ou rua da Judiaria²⁸, atual rua Padre José Lopes.

As únicas referências régias ao baluarte encontram-se apenas nas doações régias da vila à Ordem de Santiago, não sendo suficiente para avaliar a importância da vila.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Livro da Estremadura 7 , fl .264; No que respeita à comunidade judaica o arrolamento de 1369 e os documentos referem um sapateiro, de nome “Gigante”, e dois ferreiros, de nome “Judas de Beja” e “Guedelha”, e eram judeus e pobres (Oliveira Marques, 1980; Tavares, 2000); Existem outros documentos que provam a presença de uma comunidade judaica, pelo menos no séc. XVI, nomeadamente, um documento de “1469 refere que, Guedelha Palaçano renuncia ao senhorio duma quinta que tinha na Arruda; um documento de 1471, refere que a comuna de judeus pede ao rei isenção do acompanhamento de presos, aqui será importante salientar que a razão deste pedido se baseia no medo que os judeus tinham de que esse tipo de actividade perturbasse as suas relações com os cristãos; finalmente que D. Fernando arrenda as sisas gerais e do vinho de Arruda dos Vinhos a Abrão Anetri, morador em Santarém” (Alvoeiro, 2011, p. 21).

Segundo as crónicas, vários corpos de tropas almóadas terão aproveitado para fazer razia em diversos pontos da Estremadura, nomeadamente em Arruda, que cercaram, deitando por terra trechos de muralhas e levando cativa muita gente, no ano de 1184, quando o sultão de Marrocos, Abu Ya’Kub Yusuf, à frente de um grande exército, se desloca para atacar a cidade de Santarém (Cardoso e Encarnação, 2010, p. 11).

Quanto aos vestígios na vila de Arruda, já se sabe da antiguidade da Igreja de Nossa Senhora da Salvação, ou melhor, do local onde está implantada. Diz a tradição oral que no local da atual igreja, existiu uma pequena igreja mandada edificar por D. Afonso Henriques, por cima de um templo islâmico destruído durante a “reconquista”.

Localizada no centro histórico da vila, a Igreja de Nossa Senhora da Salvação (NumSítio - 25) (ANEXO I - Quadro 7.16; ANEXO III – Ficha nº 25) é precedida por um amplo adro quadrangular murado ao qual se acede por escada de lanço reto na parte frontal, por uma pequena escadaria a Norte, junto à torre sineira, de forma quadrangular com coruchéu piramidal na ponta, e por uma rampa na lateral Norte, continuando o adro para a lateral Sul, terminando em escadaria, de frente para a Casa Paroquial. O Portal Principal é o elemento que mais se destaca no exterior da igreja, de perfil canopial, limitado lateralmente por pilastras e com elementos decorativos renascentistas. De planta longitudinal de forma retangular, composta por três naves de diferente altimetria, o corpo da igreja é sustentado por colunas decoradas com anéis e capitéis torsos e vegetalistas e o interior é decorado com painéis azulejares dos finais do séc. XVII e séc. XVIII (Azevedo, Ferrão, e Gusmão, 1962).

Nos trabalhos arqueológicos de 2012²⁹ (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013), foi identificada uma necrópole. Foram identificadas diferentes tipologias de enterramentos, sendo que maioritariamente verifica sepulturas constituídas por esteios laterais e tampas de laje de pedra calcária local, e sepultura de enterramento em cova simples em que não se verificou a existência de tampa sendo a cobertura feita por apenas terra. (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013). Este último tipo de sepultura é caracterizada de sepultura católica adotada após o *Concílio de Trento*. Nenhuma das sepulturas apresentavam pedra de cabeceira *in situ*, embora tenham sido encontradas duas estelas discoides com iconografia do signo de *Saimão e Cruz de Cristo*.

²⁹ O signatário desta Carta Arqueológica faz parte da equipa de trabalho, em nome do Município de Arruda dos Vinhos.

Do espólio recolhido, poucos materiais se encontravam depositados em contexto funerário, como alfinetes de cabeça em cobre, cujo uso se atribui como servindo para segurar a mortalha funerária que envolviam os indivíduos na altura do enterramento e, moedas depositadas em algumas das sepulturas sob as falanges das mãos e osso coxal, evidenciando rituais fúnebres com pouca expressão. As moedas encontradas ajudam a atribuir uma cronologia aos enterramentos, sobretudo pelo facto das moedas recolhidas, *Real* e *Centil*, datarem do reinado de D. Afonso V – 1432/1481, apontando a ocupação da Necrópole entre os séculos XV e XVI (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013).

De acordo com o que já foi referido, nos trabalhos arqueológicos na *Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Salvação*, foi possível apontar para o período de ocupação entre os séculos XV e XV. Contudo, segundo o espólio recolhido, a diacronia de ocupação do local de implantação do sítio, encaixa numa linha cronológica entre os finais do Neolítico e o século XVII. Nas unidades estratigráficas mais profundas verificaram-se algumas intrusões de cerâmicas características do mundo tardio de produção à roda lenta, cozidas em ambiente redutor e com algumas decorações incisas, apontando para o período Visigótico (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2013). Da época Islâmica conta-se com pequenos fragmentos de cerâmica, de pastas duras, cozeduras redutoras e oxidantes, onde aparecem vestígios de decoração pintada.

A construção da necrópole levou à destruição de habitats mais antigos, como provam os materiais recolhidos nas diversas camadas provenientes do revolvimento do solo efetuado ao longo dos diferentes períodos de ocupação, que no entanto estão descontextualizados, mas ajudam a caracterizar a ocupação do local.

Nos recentes trabalhos de prospeção, foi identificada na parede exterior Norte do antigo Cartório Paroquial, anexo à igreja, foi identificada uma estela, circular, com marcas de erosão, com a cruz da *Ordem de Cristo em alto relevo*, (ANEXO III – Ficha nº 25, Fig. 2), e a Sul, no exterior da Casa Paroquial, identificou-se um marco do Termo de Lisboa (ANEXO III – Ficha nº 25, Fig. 3). Estes elementos epigráficos não se encontram, obviamente, *in situ*, tendo sido, com certeza, recolhidas ao longo dos trabalhos de requalificação da igreja e do adro, ao longo do séc. XX, e colocadas nos locais onde se encontram, como forma de preservação destes vestígios. No interior da igreja, a nascente, localiza-se a pia batismal do séc. XVI, com decoração de estilo manuelino, e no chão, de frente para o altar-mor, encontram-se algumas tampas de

sepulturas com inscrições (ANEXO III – Ficha nº 25, Fig. 4). Na idade Média os locais de inumação eram realizados em solo sagrado, ou seja junto a igrejas ou no seu interior³⁰. O terramoto de 1755, que se fez sentir com grande intensidade, arruinou a abobada da capela-mor, cujo teto teve de ser reconstruído. A destruição atingiu também um antigo chafariz que se localizava no local do atual Chafariz Pombalino de Arruda dos Vinhos³¹, data de 1789, e está ligado com o abastecimento de água à vila.

No interior da Igreja da Misericórdia (NumSítio – 24) (ANEXO I – Quadro 7.15; ANEXO III – Ficha nº 24), onde o piso é composto por lajes de pedra de diversos tamanhos, é possível observar algumas inscrições, na maioria ilegíveis. Destacam-se duas tampas de sepultura com inscrições, uma a nascente, junto ao altar, e outra a poente, junto à porta de entrada, onde é possível ler o nome "Encerrabodes".

A Igreja da Misericórdia está integrada no complexo do Hospital da Misericórdia, construído em 1574, data da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos. A Igreja da Misericórdia sofreu diversas alterações ao longo dos tempos, sobretudo após o terramoto de 1908³². De planta em “T” irregular, a primitiva edificação possuía três naves e três altares, atualmente possui apenas uma nave com cobertura em abóboda de berço³³. O exterior da igreja, de fachada branca, é definido por uma arcada assente em parapeito que delimita toda arcada, com abertura nas extremidades e ao centro, com acesso feito por degraus. Possui do lado direito da porta uma lápide retangular com inscrições, não sendo possível ler devido ao desgaste, e uma janela, sem ligação ao interior, com gradeamento em ferro forjado. Na lateral superior direita, observam-se também inscrições ilegíveis, na cantaria de uma janela construída

³⁰ Acreditava-se na Idade Média que a inumação em solo sagrado (*campo santo*) garantia a “salvação da alma”. O local de enterramento, dentro ou fora das igrejas, tinha em conta o estatuto socioeconómico do indivíduo sepultado. Até ao séc. XIX, no interior das igrejas eram sepultados as pessoas mais “importantes” (ricos e nobres) em sepulturas familiares, enquanto que no exterior, os adros, eram destinados ao povo.

³¹ IIP - Imóvel de Interesse Público, Portaria n.º 1035/2005, DR, 2.ª série, n.º 206, de 26 outubro 2005 (Fonte: Inventário do Património e Monumentos Nacionais – IPPAR, 2007).

³² Segundo a brochura de divulgação: "Hospital da Misericórdia" - Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos, 1998.

³³ Idem.

no final da década de 1990. No interior da igreja é possível observar lambris de azulejos policromos retratando cenas da vida de Cristo, datados dos finais do séc. XVIII³⁴.

Fazendo uma análise à toponímia comparativa revela-nos que os topónimos, de alguns lugares e quintas (Quinta da Capela ou Capelã, Timtim que é hoje o Casal do TimTim, Sovelas, Casal de Sovelas, Betaca, Quinta da Bataca, a Quinta da Sardinha continua Quinta das Sardinhas, o Sítio do Vilar é hoje a povoação ou Sítio da Mata) ainda hoje existentes, concentram-se a Norte e a Este do concelho, na área de Arruda e Cardosas, sendo que, segundo Pinho Leal, “antigamente” Arranhó pertenceria ao bairro da Mouraria (Pinho, 1873-1890).

Sobre S. Tiago dos Velhos existe ausência de informação sobre a toponímia, pondo-se a hipótese desta área, na época abordada, também não fazer parte do termo de Arruda, como indicam alguns marcos do Termo de Lisboa existentes em diversos locais desta freguesia.

Na parte exterior da Igreja de S. Tiago dos Velhos (NumSítio – 26) (ANEXO I – Quadro 7.17; ANEXO III – Ficha nº 26), é possível ver um marco de propriedade, de forma paralelepipedal, com a cruz da Ordem de Cristo gravada em alto relevo (ANEXO III – Ficha nº 26, Fig. 3), e encontrando-se paralelos de norte a sul do país, como por exemplo, o marco de propriedade da Ordem de Cristo, do lugar do Barreiro Velho, Cernadelo, Lousada (Nunes, Cardoso, Sousa, e Gonçalves, 2007). É importante referir que este tipo de marcos, podem e são muitas vezes confundidos com estelas funerárias.

A utilização dos marcos pétreos como instrumentos de delimitação territorial, foi uma prática comum na Idade Média, servindo de delimitação territorial, como forma de afirmação da posse efetiva da terra, mas também como forma de acautelar conflitos (Nunes, M.; Cristiano, C.; Sousa, L.; Gonçalves, C., 2007, p. 40).

Os marcos de propriedade com a simbologia da Cruz da Ordem de Cristo, confirmam a presença da ordem Militar de Santiago no território de Arruda dos Vinhos, pelo menos até ao séc. XV.

A igreja tem uma arquitetura de uma só nave, de planta retangular, tem sido objeto de obras de ampliação e restauro ao longo dos tempos. No interior é possível observar duas lajes de tampa de sepultura, ambas com inscrições, junto ao altar-mor. Uma das tampas de sepultura tem em relevo diversas figuras, uma das quais se assemelha a um Báculo (Anexo III – Ficha nº 26, Fig. 4), o que pode indicar a presença

³⁴ Idem.

de clérigos neste território. A pia batismal, sem ornamentos, provavelmente medieval, destaca-se dentro da igreja, assim como, 4 blocos de pedra circulares com uma cruz em relevo se estendem pela parede lateral esquerda, e na sacristia embutida na parede, uma pequena cruz em pedra tendo por baixo uma inscrição onde se pode ler: "1731".

Nas Obras de conservação realizadas em 2013, foi descoberto um bloco de pedra de forma quadrangular com o desenho em alto relevo, em linhas retas, do que parece ser uma cruz. No exterior da igreja, no adro, destaca-se um cruzeiro em pedra.

Os vestígios identificados em S. Tiago dos Velhos³⁵, vêm confirmar a sua importância da freguesia neste território em tempos medievais, fundada, provavelmente, por cruzados no século XII.

A arquitetura religiosa difunde-se um pouco por todo o território de Arruda dos Vinhos, sobretudo, as pequenas ermidas, localizadas em locais estrategicamente posicionados, nomeadamente, no cume de pequenas elevações, destacando-se na paisagem, perto de vias, não muito longe das linhas de água. É o caso da Capela de São Geraldo (NumSítio – 7) (ANEXO III - Ficha nº 7), localizada num pequeno cabeço sobranceiro à povoação de A-do-Baço, a Norte da Ribeira de A-do Baço, a menos de 50 metros dos vestígios da via de A-do-Baço (NumSitio – 1) (identificada nesta Carta Arqueológica como estrada militar), ficando junto a uma “rota” de circulação terrestre. A primeira referência remonta às memórias paroquiais de Sapataria (Sobral de Monte Agraço), do séc. XVII. Não se conhecem, até ao momento, informações suficientes e plausíveis para apontar a data da sua fundação. A capela, de planta retangular de pequenas dimensões, foi reconstruída nos anos 80 e 90 do séc. XX, tendo sido reerguida das ruínas de uma antiga ermida, segundo informação da população. De acordo com as mesmas fontes, durante as obras de restauro da capela e do recinto da romaria a S. Geraldo, foram descobertas no exterior sepulturas com restos humanos,

³⁵ A origem do topónimo resulta de dois acontecimentos: o primeiro, o nome S. Tiago, surge da presença da Ordem Militar de S. Tiago neste território, provavelmente para proteger a via que segue sengue para o interior da Estremadura, em direção a Óbidos (Mantas, 1987; Mantas, 2002; Cardoso e Encarnação, 2010 e, em território arrudense segue junto à Ribeira do Boição); o segundo, de acordo com a tradição oral, S. Tiago dos Velhos surge, « (...) do facto de, não havendo missa na freguesia, os “velhos” de Santiago irem a Lisboa à Sé Catedral ouvi-la, por ocasião da festa de Santiago (25 de Julho). Ainda muita gente se lembra de que, por essa ocasião festiva, a procissão com a imagem do Apóstolo não saía da Sé sem que estivesse presente a irmandade dos velhos que vinham com o pendão da aldeia de Santiago. Daí resultou o topónimo» (Gil e Rodrigues., 2000, pp. 47-48).

tendo algumas das sepulturas sido completamente destruídas e outras tapadas pelo cimento do piso do recinto, localizado a Norte da capela. 20 metros mais a Sul, observa-se uma sepultura, composta pelos esteios laterais e de cabeceira, não sendo possível identificar a tampa, devido à vegetação que cobre todo lado Sul, onde a visibilidade do solo é reduzida. Põem-se a hipótese da sepultura já não possuir tampa.

Tal como hoje no período medieval e moderno, Arruda dos Vinhos era essencialmente rural, pois a maioria dos documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consistem em escambos, compras, vendas e emprazamentos, incidindo maioritariamente em propriedade rural, dando uma caracterização da vila e seu termo. O espaço territorial era essencialmente agrícola³⁶ com uma população de trabalhadores rurais, com fraco poder económico, que trabalhavam a terra e daí retiravam o seu sustento. A riqueza era distribuída por um pequeno número de proprietários agrícolas. O nível tecnológico era da região de Arruda era pouco significativa, «(...) os ferreiros eram pobres, o que se poderá dever á pouco significativa presença militar no espaço o que para além do armamento também significava poucos cavalos para ferrar (...)» (Alvoeiro, 2011, p. 23). No entanto, durante a Idade Média, os tanoeiros têm uma grande expressão, o que vem reforçar a importância da produção vitivinícola da região.

No que diz respeito à população, na segunda metade do séc. XIV, a vila teria 1500 habitantes e o seu termo 400. Oliveira Marques considera que, «havia uma tendência para a concentração de riqueza, mas para a dispersão da propriedade, uma zona marcadamente rural, onde a própria “aristocracia” está ligada à posse de terra. O nível económico geral da população pode considerar-se pobre: apenas 29 famílias (6,3% da população) possuíam rendimentos acima de 1000 libras, que Oliveira Marques considera o “limiar da pobreza”, na Estremadura» (Oliveira Marques, 1980, p. 121-133).

A produção agrícola era e é sobretudo vitivinícola, mas há registo que na Idade Média até pelo menos ao séc. XVII, existia em Arruda uma pequena unidade industrial manufatureira de saboaria. Segundo João Pedro Ferro «existia fabricação e venda de sabão preto em Alenquer, Arruda, Aldeia Galega, Óbidos e Atouguia, cujo monopólio foi concedido no início do século XV a Gomes Dias de Góis (...) por sua morte passou a seu filho, Lopo Dias a ele sucedendo também o filho, Rui Dias de Góis, pai de Damião de Góis.» (Ferro, 1996, p. 167).

³⁶ Principal produção de vinha e em segundo lugar a oliveira

A facilidade de comunicações existente entre Arruda, o Tejo e Lisboa, permite o escoamento de produtos e local passagem, e terá sido, sem dúvida, um dos percursos mais importantes, desde tempos imemoriais. A região da Estremadura é uma zona vinhateira por excelência. Não só os vinhos de Arruda e produtos hortícolas, e pelo que sabemos, também o sabão, eram escoados, sobretudo para Lisboa, mas também os vinhos produzidos na área entre Arruda dos Vinhos, Torres Vedras e interior do concelho de Alenquer, o que prova a importância da rede viária que passaria por Arruda.

O itinerário romano *Olisipo a Bracara Augusta*, manteve a sua importância durante da Idade Média, consolidando a sua importância. Ao mesmo tempo, quer na Idade Média quer em tempos mais recentes, praticava-se ainda um outro itinerário que, pelo Campo Grande, prosseguia por Bucelas, Arruda dos Vinhos, Cadafais, Carregado e daí a Alenquer. João Pedro Ferro, observa que, «Embora sejamos levados a pensar que, nos tempos medievais, eram escassas as estradas e os caminhos e reduzido o tráfico terrestre, tal não acontecia na realidade. Ligando os principais centros urbanos encontrava-se uma rede viária cuja base eram as estradas e os caminhos legados pelos romanos e muçulmanos.» (Ferro, 1996, p.192).

No sítio identificado como Rossio 1 (NumSítio – 35), na freguesia de Cardosas, na margem direita do Rio Grande da Pipa, numa área de 2000 metros quadrados de vinha moderado e de pomar, encontra-se um caminho em calçada que é interrompido junto à margem do rio, localizando-se na outra margem a Quinta da Pataca, e o caminho segue para Norte, no sentido de Cadafais (Alenquer).

Arruda dos vinhos foi sempre desempenhando ao longo dos tempos, um papel importante no passado foi da história de Portugal, nesses longínquos tempos medievais, e mais tarde, no séc. XIX, por ser local de passagem até Lisboa, teve por duas vezes a presença de tropas napoleónicas e inglesas, aquando da tentativa da tomada de Lisboa, por parte dos franceses, durante a primeira e terceira Invasão Francesa.

5.4. O período Contemporâneo: As Invasões Napoleónicas

“Napoleão Bonaparte³⁷ foi Imperador francês entre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, tendo ascendido ao poder em 1799. Foi uma figura importante no

³⁷ Adotou o nome de Napoleão I, entre 18 de Maio de 1804 e 6 de Abril de 1814.

cenário político mundial da época, tendo estado no poder da França durante 14 anos e durante esse período conquistou grande parte do continente europeu. O seu sucesso deveu-se ao talento estratégico e espírito de liderança. No seu início, o Império Francês atingiu uma grande extensão, com quase toda a Europa Ocidental e parte da Europa Oriental ocupadas, na sequência de uma série de batalhas de conquista de novos territórios para a França.

Com o objetivo de derrotar os ingleses, o império francês decretou o Bloqueio Continental em 1806, determinando que todos os países europeus deveriam encerrar os portos ao comércio inglês. Porém, a revolução industrial de Inglaterra, tinha-a colocado numa posição favorável de exportação de produtos e, muitos dos países participantes do Bloqueio saíram prejudicados, pois não tinham produção industrial própria. Portugal tinha relações privilegiadas com Inglaterra, devido à assinatura do Tratado de Methuen³⁸, em 1703. Perante a “indecisão” de Portugal, que tentava uma neutralidade forçada perante Inglaterra e França, a Inglaterra viria a ameaçar com a usurpação das colónias, pelo que, Portugal não participou no Bloqueio Continental, tornando-se o único aliado de Inglaterra contra a França (Englund, 2008; Ferrero, 2009; Berger, 2014).

Contrariado com a decisão de Portugal, Napoleão assinou com a Casa Real espanhola o Tratado de Fontainebleu (27 de Outubro de 1807), com a finalidade de conquistar Portugal, determinando que após a conquista, o território português seria dividido em três reinos: Lusitânia Setentrional (entre o Rio Minho e o Rio Douro), Algarves (região a sul do Tejo), o resto de Portugal (entre o Rio Douro e o Rio Tejo). Napoleão I iniciou a Guerra Peninsular, com três invasões ao território português: 1ª Invasão – de 20 de Novembro de 1807 (as tropas francesas alcançam a fronteira portuguesa e não encontram resistência) a 30 de Agosto de 1808 (foi assinada a Convenção de Sintra, acordo assinado entre Inglaterra e França e pôs fim à 1ª Invasão Francesa a Portugal. O General Junot retira as suas tropas sem maiores perdas e em segurança, e o General Wellington ganha o controle de Lisboa e da linha de defesa da barra do Rio Tejo, sem necessidade de combate); 2ª Invasão – de 10 de Março de 1809 (as Tropas Francesas entram em Portugal pela Veiga de Chaves) a 18 de Maio de 1809 (o exército francês de Sault, abandona Portugal por Montalegre, após a derrota na

³⁸ Portugal comprometeu-se a consumir os produtos industrializados e Inglaterra comprometeu-se a consumir os produtos industrializados, a Inglaterra comprometeu-se a consumir os vinhos e tecidos portugueses.

Batalha do Douro, e encerra-se a 2ª Invasão); 3ª Invasão – de 28 de Agosto de 1810 (o exército de Massena entre pela fronteira de Almeida) a 3 de Abril de 1811 (após a Batalha do Sabugal, entre as tropas francesas e as tropas luso-britânicas, que culminou com a vitória dos exércitos defensores, Wellington, obriga Massena a abandonar Portugal e encerra assim, a 3ª Invasão Francesa (Vicente, 2007; Ventura e Sousa, 2007, Berger, 2014).

O General Wellington, prevendo uma nova invasão dos franceses, organiza a defesa da cidade de Lisboa através de um conjunto de fortificações em torno da capital, aproveitando e reforçando os obstáculos naturais do terreno, recuperando o estudo (levantamento topográfico) efetuado pelo oficial português José Maria das Neves Costa, alguns anos antes. Este conjunto de fortificações ficou conhecido como “Linhas de Torres Vedras” (Clímaco, 2010; Silva, 2010; Vários, 2010; Monteiro (coord.), 2011; Berger, 2014; Lobo, 2015). Estas fortificações militares estão simbioticamente entrosadas com a paisagem da Baixa Estremadura, contemplando a topografia do território, onde os cumes de maior altitude ou de melhor visibilidade da paisagem, tornam-se em locais estratégicos, dominando assim os vales e as principais estradas transitáveis que à época, faziam o acesso à capital. A sua edificação abrange vários tipos de estruturas militares, incluindo fortificações de grandes dimensões, assim como pequenos fortins, redutos e baterias, moinhos com função de postos de posição, quintas ocupadas como quartéis-generais, escarpamentos, trincheiras, abatizes, obras de hidráulica, rede viária militar, sistema de comunicações (postes de sinais) e canhoneiras flutuantes.

A estratégia projetada por Wellington para a defesa da cidade de Lisboa teve em consideração uma estratégia direcionada a várias frentes, nomeadamente, a proteção da costa Atlântica e do estuário do Tejo, bem como, acautelar as principais vias de comunicação terrestres na altura: a estrada que cruza a margem do Tejo e que atravessava Vila Franca, Alhandra e Sacavém; e as estradas vindas do Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Torres Vedras e Mafra, que obrigatoriamente tinham que transpor os desfiladeiros de Serves e de Montachique (Monteiro (Coord.), 2011). Assim, com o objetivo de proteger Lisboa da 3ª Invasão Francesa, foi construído a norte de Lisboa, um sistema defensivo organizado essencialmente em duas Linhas Defensivas (a 1ª e a 2ª Linha), que correspondem a cerca de centena e meia de obras militares, que ligavam o Oceano Atlântico ao Rio Tejo, que se localizam nos territórios municipais de

Vila Franca de Xira, Loures, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Mafra. Foram também edificadas outras duas Linhas de menor dimensão - a Linha de Oeiras (3ª Linha) e a Linha dos Altos de Almada (4ª Linha) - com o objetivo de garantir o embarque seguro das forças militares inglesas. Este conjunto de fortificações que constituem este sistema defensivo, são consideradas como um dos marcos da arquitetura e estratégia militares da história europeia³⁹. A derrota de Napoleão nas Linhas de Torres contribuiu indubitavelmente para o fim da queda do Império de Napoleão Bonaparte, que saiu fragilizado das Guerras Peninsulares.

No território do Município de Arruda dos Vinhos foram erguidas três obras militares que fazem parte da primeira linha de defesa, uma linha mais avançada de primeiro contato com o inimigo.. Deste conjunto foram identificadas três fortificações, que fazem parte da Rota Histórica das Linhas de Torres: O Forte do Cego (Obra Militar nº 9), o Forte da Carvalha (Obra Militar nº10), pertencentes ao 1º Distrito da 1ª linha de defesa⁴⁰ e o Forte do Paço (Obra Militar nº 12). Também foram identificados troços que fazem parte da rede de estradas militar, que liga todas as fortificações da 1ª e 2ª linha.

As múltiplas valências da paisagem estremenha despertam o interesse para uma melhor compreensão do interesse estratégico com objetivo de defesa da capital. Com o objetivo de estudar, compreender, recuperar e valorizar este conjunto de fortificações entre o Tejo e o Atlântico, foi criada a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT)⁴¹, que desenvolve desde 2007 o projeto transdisciplinar “Rota Histórica das Linhas de Torres”⁴². É obvio que um estudo aprofundado sobre as “Linhas de

³⁹ Para a construção das várias obras militares foi utilizada mão-de-obra portuguesa, uma parte fornecida pelos regimentos de milicianos de Lisboa e outra recrutada entre os camponeses locais, organizados por oficiais e sargentos e furriéis. As equipas trabalhavam em grupos de 1000 a 1500 homens, coordenados por um oficial engenheiro inglês e 150 capatazes.

⁴⁰ A 1ª linha não existia no projeto primitivo, com seguros abrigos colocados nas encostas, assegura uma melhor proteção à artilharia, começava no alto da Calhandriz, sobranceiro a Alhandra, e seguia até ao Alto da Carvalha. Corria sobranceira a Arruda, até ao Moinho do Céu e, dali, seguia para o Sobral de Monte Agraço, onde ficava o 2º distrito. O 1º distrito, à direita das linhas, era composto por 30 redutos e 86 bocas de fogo. O 2º distrito possuía 11 redutos com 72 bocas de fogo e 3 obuses. O 3º distrito (Torres Vedras) tinha 32 redutos com 273 bocas de fogo e 3 obuses.

⁴¹ A PILT é constituída pelos Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

⁴² O signatário desta Carta Arqueológica faz parte da equipa de trabalho desde 2008.

Torres” impõem uma análise histórico-cultural, tendo em conta o património imaterial associado⁴³. Para uma análise mais aprofundada, não se deve descurar o panorama político e social da época. A narrativa histórica da época, as histórias de acontecimentos locais, são uma ferramenta de estudo importante e que deve ter uma relação simbiótica com o património material associado.

No âmbito do projeto, nos anos de 2009 e 2010, o Município de Arruda dos Vinhos realizou trabalhos de limpeza de matos, escavação e restauro em duas das três obras, no Forte do Cego (Obra Militar nº9) (NumSítio – 23) e Forte da Carvalha (Obra Militar nº 10) (NumSítio – 22), levados a cabo pelo Arqueólogo Guilherme Cardoso e pela empresa Arqueohoje, com o apoio da Engenharia Militar do Exército Português (Cardoso, 2008a, 2008b, 2010; Berger, 2010; Lopes, 2010).

Em ambas as obras militares foram postas a descoberto e restauradas as canhoneiras, os paióis, través, partes de taludes e fosso.

O Forte do Cego (Obra Militar nº 9) (NumSítio – 23) (ANEXO III – Ficha nº 23), localiza-se numa elevação a 353 metros de altitude, a Sul da vila de Arruda, sobranceiro à Quinta de S. Sebastião, no Casal do Cego, freguesia de Arruda dos Vinhos, em propriedade particular⁴⁴. É um excelente ponto estratégico de observação e controlo da paisagem, com ligação a Sul por estradas militares aos fortes da 1ª e 2ª linhas de defesa, destinava-se a albergar um contingente militar de defesa, com capacidade para 280 soldados. Apresenta 4 canhoneiras, equipadas com 3 peças de calibre 9 e 1 peça de calibre 12, duas orientadas a Norte e duas a Este, com presença de lajes de pedra na sua base, um paiol que possui um sistema de drenagem composto por uma conduta de escoamento de águas pluviais de modo a evitar acumulação de água no seu interior (Cardoso, 2008a, 2008b) e, a norte, o paiol é protegido por um través construído em terra que servia de proteção contra fogo inimigo.

O Forte da Carvalha (Obra Militar nº 10) (NumSítio – 22) (ANEXO III – Ficha nº 22) situa-se no ponto mais alto do concelho de Arruda dos Vinhos, numa elevação a Oeste da vila de Arruda, a 394 de altitude, na freguesia de S. Tiago dos Velhos. Tem contato visual com o Forte do Cego (Obra Militar nº 9), à sua direita, com o Moinho do

⁴³ Para uma análise mais aprofundada, não se deve descurar o panorama político e social da época. A narrativa histórica da época, as histórias de acontecimentos locais, é uma ferramenta de estudo importante.

⁴⁴ Mário Gonzaga Ribeiro (Proprietário do Forte do Cego).

Céu (Obra Militar nº11), Forte do Paço (Obra Militar nº 12) (NumSítio – 19) (Gonçalves, 1993, 1995, 1997; Cardoso, 1997, 2001), o Forte da Caneira (Obra Militar nº 13) e o Forte do Alqueidão (Obra Militar nº 14) (Rocha e Reprezas, 2014), à esquerda, e todos pertencem à 1ª linha; com Forte da Ajuda Grande (Obra Militar nº 18), a Sul, pertencente à 2ª linha. A fortificação apresenta 4 canhoneiras, duas orientadas a Norte e duas a Este, com presença de lajes de pedra na sua base, e um Paiol. É também visível um sistema de escoamento de águas pluviais (Cardoso, 2008b), de modo a, evitar acumulação de água dentro do forte. A Sul junto à entrada é visível o través, constituído de terra e pedra, servindo de proteção contra fogo inimigo. As plantas de época referem que o forte tem uma capacidade para 400 soldados. Nas imediações da fortificação, numa vinha a Sul, a uma cota inferior ao forte, foram identificada cerâmica comum e de construção e porcelana, faiança e cerâmica vidrada.

O Forte do Paço (NumSítio – 19) (ANEXO III – Ficha nº 19), a terceira fortificação no concelho de Arruda dos Vinhos, e o de menor dimensão, localiza-se junto ao Casal do Castelo, na freguesia de Arranhó Freguesia de Arranhó, no interflúvio sobre a estrada de Arruda - Sobral de Monte Agraço, a 283 metros de altitude, protegia a estrada em conjunto com o Moinho do Céu (Obra Militar nº 11), a Este, e com o forte da Caneira (Obra Militar nº 13) a Oeste. Tem a Ribeira de Monfalim a Oeste e a Ribeira da Louceira a Este. Nas escavações realizadas entre 1988 e 1992 por João Ludgero Marques Gonçalves, e entre 1997 e 1999 por Guilherme Cardoso, foram registados vestígios do forte, junto ao limite da escapa a nascente (Cardoso, 1997, 1998). As plantas de época indicam a existência de 3 canhoneiras e 1 paiol. Os trabalhos de limpeza do coberto vegetal, em novembro de 2013, realizados pelo município de Arruda dos Vinhos, e acompanhados pelo signatário, deixaram a descoberto a estrutura, apenas conhecida na sua totalidade, até então, pelas plantas de construção. Não é possível ver as estruturas, apenas os seus limite da fortificação e a parte Sul do fosso. Apenas foi possível identificar 4 pequenos buracos com cerca de 2/3m², podendo pertencer a estruturas contemporâneas, construídas nas décadas de 80 e 90 do séc. XX pelo Exército Português. É, também, ainda visível um troço de calçada de estrada militar bem conservado, a cerca de 400 metros a Sul, que faz ligação ao troço de Á-dos-Arcos.

É notória a diversidade construtiva das fortificações, ao invés da tipologia arquitetónica de cariz militar, à qual todas obedecem a uma matriz comum, um sistema

da fortificação moderna abaluartado disposto em linha, geoestratégicamente implantadas, tendo em conta a topografia regional, confundindo-se com as cumeadas das várias colinas, devido às técnicas de construção utilizadas⁴⁵.

No seu conjunto, as obras caracterizam-se por uma arquitetura poligonal circundada por um fosso secos obras militares ostentam de um modo geral uma planta poligonal circundada por um fosso seco, na sua totalidade ou nos locais de maior facilidade de acesso.

Diversas estruturas, ou até todas, podiam possuir paliçada, como comprovam os vestígios encontrados no Forte da Carvalha (Obra Militar nº 10) (Lopes, 2010).

A leitura e interpretação das estruturas militares, indica a uniformização arquitetónica das fortificações, caracterizadas pela construção em terra e taipa, com uma praça abaluartada que poderá ser composta pelos seguintes elementos do interior para o exterior: a esplanada, o reparo⁴⁶ e o fosso⁴⁷.

A abertura de um fosso assume um papel fundamental na construção das “Linhas de Torres”, funcionando como obstáculo, aumentando a dificuldade de progressão do inimigo e fornece matéria-prima para a edificação da fortificação. No caso do Forte do Paço, a extração de pedra é proveniente da destruição da muralha e algumas estruturas do povoado do Castelo.

As escavações arqueológicas nos fortes de Arruda dos Vinhos, permitem apontar para a existência de estruturas de madeira, provavelmente de estrados colocados junto das canhoneiras que serviam para manobrar as peças de artilharia, como ainda nas estruturas de suporte e de revestimento de alguns dos paióis. Embora não haja evidências concretas destas estruturas, as cavilhas recolhidas podem justificar a presença de estruturas de madeira.

De acordo com Florbela Estêvão, a orografia da área onde está implementado o sistema defensivo, apresenta um «relevo representado por uma sucessão de colinas por vezes arredondadas, outras vezes escarpadas, vales em geral pouco amplos, características essas que no seu conjunto constituem um ambiente muito heterogéneo, com numerosos ecossistemas, e permitem uma diversidade biológica que advém não só

⁴⁵ Dominam grandes áreas do território, sendo obviamente pontos de observação por excelência para os militares (ESTÊVÃO, 2013).

⁴⁶ Inclui a escarpa interior, o terraplano, a baqueta, o parapeito que pode ter cordão.

⁴⁷ Inclui a berma, a escarpa, a cuneta e a contraescarpa, o caminho coberto, a banqueta e a paliçada, e a esplanada exterior

da variedade de solos, mas da combinação de vários fatores como diferenças em relação à exposição solar, níveis de humidade, influências dos ventos atlânticos, etc. Assim, criam-se vários nichos ecológicos que permitem uma tal diversidade que leva a que por vezes possamos observar uma vegetação de cariz atlântico, numa encosta, e logo, noutra vertente próxima, um coberto vegetal bem diferente, de cariz mediterrânico, para não mencionar zonas intermédias, de características mescladas. Estas diferenças estão também elas expressas ao nível do uso agrícola do solo, e naturalmente este mosaico de ecossistemas contribui para uma acentuada biodiversidade, interessante de observar e de estudar.» (Estevão, 2013, p. 11).

A Rota Histórica das Linhas de Torres pretende valorizar o Sistema Defensivo das Linhas a Norte de Lisboa. Atualmente o Forte do Cego e o Forte da Carvalha, encontram-se parcialmente restaurados e em bom estado de conservação, com vegetação rasteira e de crescimento controlado, encontram-se abertas ao público, e dotadas de infraestruturas de apoio ao visitante (parque de estacionamento) e informação interpretativa.

Há que referir a importância da rede de estradas militares, pois, a mobilidade e a rapidez na mobilidade era importante, quer na troca de ordens e mensagens emitidas pelos oficiais, e mesmo na movimentação das tropas no terreno,

No território de Arruda dos Vinhos existe evidências de troços de estrada militar, de construção, provavelmente muito anterior, à construção das “Linhas de Torres Vedras”, no caso dos troços principais.

É o caso do troço Estrada Ajuda/Bucelas⁴⁸ (NumSítio – 20) (ANEXO III – Ficha nº 20), que segue a par da Serra de Alrota em direção a Bucelas. Localizada próxima da localidade de Nossa Senhora da Ajuda, no sopé da plataforma onde estão localizados os Fortes da Ajuda Grande. Parte do troço encontra-se na freguesia de Arranhó e parte do troço da freguesia de São Tiago dos Velhos. Encontra-se parcialmente bem conservada, com extensão aproximada de 1600 metros e largura aproximada de 2 metros. Em alguns pontos do percurso são visíveis 10 marcos de delimitação de estrada.

Esta via na localidade de Nossa Senhora da Ajuda, foi destruída para o alcatroamento da EN que segue em direção a Bucelas. Mais à frente, a Norte, junto à rotunda da Ajuda, a via rompe pele vegetação, verificando-se um troço bem conservado, denominando-se Arranhó (NumSítio – 6) (ANEXO III – Ficha nº 6). Este troço segue

⁴⁸ CNS: 32771

em direção a Norte, para o Forte do Alqueidão, passando pela localidade de Á-dos-Arcos (NumSítio – 2) (ANEXO III – Ficha nº 2) em direção a Norte, onde bifurca para o Forte do Paço. Estes troços fazem parte de uma via principal, localizada entre a 1ª e 2ª linha, derivando em ruma rede secundária que liga a via principal às fortificações avançadas da 1ª linha de defesa da cidade de Lisboa. Alguns troços desta rede secundária são ainda visíveis.

Um outro troço é visível em A-do –Baço (NumSítio – 1) (ANEXO III – Ficha nº 1) e, poderá fazer parte de uma ramificação que segue a par Rio dos Matos, em direção ao Forte do Alqueidão, por Oeste, e segue no sentido da freguesia de Sapataria.

Em suma, o projeto Rota Histórica das Linhas de Torres, vem permitir, não só o estudo e recuperação das linhas, mas também contribuir para preservação da memória e identidade coletiva nacional. Visitar os conjunto das Linhas de Torres, permite que o visitante comum se desloque por territórios diversificados, em termos culturais e paisagísticos (paisagens urbanas, periurbanas, rurais, ou paisagens litorais), que têm em comum um sistema de arquitetura militar construído pelas populações locais num determinado contexto histórico europeu que modificou a vida das populações da Estremadura.

5.5. Em síntese... a paisagem e a memória de um território

Foi com o objetivo de conhecer e inventariar o património arqueológico do território do Município de Arruda dos Vinhos, levando assim a, um conhecimento um pouco mais aprofundado sobre a ocupação humana. Do resultado dos trabalhos efetuados surgem novas informações que vêm corroborar algumas notas arqueológicas, avulsas, que têm vindo a ser realizadas a partir de finais do séc. XIX.

A bibliografia e as fontes de informação oral, são meios importantes que nos podem indicar vestígios de ocupação humana antiga pois, a memória dos sítios é muitas vezes preservada através de lendas e mitos. Porém, apesar das referências a certos acontecimentos nos poderem dar indicação de que algo possa ter acontecido em determinado sítio, nem sempre é possível verificar a veracidade da lenda ou mito, mas constatam-se, nos locais referenciados ou próximo, a existência de sítios arqueológicos.

Assim, a paisagem deve ser interpretada e conceptualizada, não só do ponto de vista espacial, mas também, pelos elementos da memória “imaterial” e simbólica da paisagem. Os estudos etnográficos, tendo em conta os modos de vida e o folclore,

ajudam muitas vezes a indicar a existência de sítios arqueológicos desconhecidos, ou seja, “a tradição funciona, pois, como um elo entre o passado e o presente, não só em termos de espaço e tempo, mas também culturalmente, como elo entre tipos de culturas passadas e a atual, ou seja, entre a arqueologia e a etnologia [...]” (FrickelL, 1964, p. 471, Apud Silva, 2002).

A diacronia de ocupação deste território é extensa, podendo dizer-se com alguma certeza que a estratégia de ocupação do território arrudense passa pela pelas características orohidrográficas da região. A paisagem destaca-se pelos seus planaltos, de média altitude, que se erguem sobre o vale do Rio Grande da Pipa, e são estes locais sítios de grande defensabilidade natural, com domínio sobre as paisagens envolventes, assumindo um controlo efetivo sobre o território. Veja-se que, desde os IV/III milénios até aos finais do período sidérico, a implementação de povoados nos cumes tornou-se evidente, tendo sido ocupados no séc. XIX.

A transformação militar da paisagem, embora com objetivos diferentes, procurou beneficiar das mesmas características naturais anteriormente aproveitadas pelos povos pré e proto-históricos que por aqui habitaram. Esta lógica de ocupação permitiu durante as Invasões Napoleónicas defender a nação e consolidar a independência, graças à inteligente estratégia de Wellington, aproveitando as características topográficas da paisagem da Baixa Estremadura e, construir duas linha defensivas com intenção de barrar a passagem do inimigo. Pode-se assim dizer que, os Fortes da Linhas de Torres são indicadores singulares, no que respeita ao estudo estratégico da paisagem estremenha, indicando os principais pontos de maior defensabilidade e as rotas de circulação fluviais e terrestres. Arruda é assim território de passagem, a Norte do Tejo, para Lisboa.

Em tempo de relativa paz, a ocupação abunda nas zonas baixas do territórios, junto às linhas de água, onde os solos são mais produtivos, levando ao aumento da transação de produtos agrícolas, em particular, o vinho. A passagem para o interior da Península de Lisboa também se faz-se por aqui. Estes dois cenários conjugados levam à evidente ocupação deste território. Ao que parece, a importância que Arruda dos Vinhos assumiu durante a Idade Média a nível regional, ter-se-á dissipado em finais do séc. XVIII, tendo hoje, provavelmente, menos importância do que na época (Alvoeiro, 2011).

Em suma, Arruda era e é efetivamente um território de fixação e de passagem, situado no centro de um grande itinerário, pois por aqui, “(...) desde sempre (ousaríamos dizer), se processou o transporte de vinhos e, com ele, vieram povos, culturas, universalidades...” (Cardoso e d’Encarnação, 2010, p.7).

Os resultados que se apresentam nesta Carta Arqueológica revela algumas lacunas, quanto à sua interpretação, nomeadamente, quanto à representação funcional e simbólica dos vestígios, tendo-se feito, uma descodificação superficial dos dados. Este facto deve-se às dificuldades de visibilidade do solo, à destruição que a maioria dos sítios tem sofrido, devido aos problemas da antropização, nomeadamente, a pressão urbanística, embora não exagerada, como acontece no concelhos limítrofes (por exemplo Vila Franca de Xira e Loures) e, à atividade agrícola, que acontece desde os finais do séc. XX.

São várias as estruturas encontradas, e algumas não sabemos interpretar, mas é urgente divulgá-las, como também, aprofundar estudos e investigação neste território, dando continuidade às prospeções arqueológicas, de superfície e a realização de eventuais sondagens arqueológicas em locais de maior interesse para a investigação.

Não obstante, é também de todo o interesse, como forma de preservação do património arqueológico, aproveitar o seu potencial científico deste território, utilizando a informação obtida, como material pedagógico e turístico, e o fundamental, contribuir para a preservação da memória e identidade local e regional.

6. Uma proposta de gestão do território

A elaboração da Carta Arqueológica pretende, não apenas a inventariação do património, mas também, traçar um esboço do quadro da evolução do povoamento, dos modelos de ocupação verificáveis no território em análise e da sua articulação com redes regionais de fixação humana ao longo dos tempos, analisando as suas mutações e discontinuidades. No entanto, a maior preocupação, nesta primeira fase do Projeto Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos é a preservação e salvaguarda deste considerável património e, aprofundar o diagnóstico sobre os riscos que pendem sobre cada um dos sítios arqueológicos e imóveis referenciados (e de outros que o possam vir a ser).

A salvaguarda do património histórico imóvel em Arruda dos Vinhos tem vindo manifestar-se nas últimas duas décadas, acompanhando expansão urbana que tem aumentado desde os anos 80 do séc. XX, tendo a vila se expandido à volta do seu núcleo histórico.

Como é lógico e evidente, a paisagem acaba por ser irremediavelmente alterada ao longo dos tempos, fazendo com que se percam as provas das circunstâncias históricas que geraram e modelaram a ocupação humana mas, deve-se ter a consciência que esta transformação significou uma melhoria das condições de vida das populações.

Durante décadas, o *casco histórico* manteve-se intacto a transformações e, as preocupações de preservação do património cultural concentrou-se nos edifícios classificados e historicamente emblemáticos. As ruas deste núcleo mantiveram-se intocáveis durante décadas, desde a instalação do saneamento básico nos inícios do século XX.

No entanto, a preocupação pela conservação do património da vila de Arruda surgiu da consciência de criação de um programa gestão para o concelho, Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos” (2002), que visa proporcionar o crescimento e “desenvolvimento económico e social do concelho”⁴⁹, em que a “recuperação e salvaguarda do Património Histórico e Arquitetónico” é um dos grandes objetivos estratégicos, e que reflete esta preocupação

⁴⁹ Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

na criação do “Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos” (2002).

O Plano Estratégico Museológico tem como âmbito a revitalização de atividades, patrimónios e culturas tradicionais, fortalecimento do tecido produtivo local, criando novas oportunidades de emprego no turismo, nos serviços de proximidade e no artesanato (...), e os, (...) museus centram-se numa estratégia de criação de espaços públicos e de requalificação da zona histórica de modo a proporcionar melhores condições de vida de quem reside no concelho e torná-lo mais atrativo a quem o visita. A recuperação da zona histórica, de modo a disponibilizá-la na sua totalidade a todos os que ali reside e a queiram visitar⁵⁰. Nele propõe a criação de uma Rede Municipal de Museus, que funciona como sendo um instrumento de trabalho da informação cultural e patrimonial que reflete e abrange o território concelhio, articulando com espaços ou temáticas museológicas⁵¹.

A operacionalização deste instrumento não foi concretizada, muito pelo facto de tomada de decisão pela execução de objetivos estratégicos “primários” de desenvolvimento económico e industrial, do “Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos”, e pelos condicionalismos económicos dos últimos anos. De igual forma, os trabalhos de requalificação do “casco histórico”, tenham sido concretizados uma década depois.

A tomada de consciência do património cultural do concelho e da vila de Arruda, começou então a fazer parte do planeamento urbano, no entanto o património classificado resume-se á Igreja Matriz de N.^a Sr.^a da Salvação, com grau de proteção de Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto 33587, DG 63, de 27 de Março de 1944 e, o Chafariz de Arruda dos Vinhos, com igual grau de proteção, segundo a Portaria n.º 1035/2005, publicada em *Diário da República* – II Série, n.º 206 de 26 de Outubro 1997. O PDM em vigor, sob forma de proteção de imóveis suscetíveis de virem a ser classificados, decreta uma *zona de proteção com a largura de 50 m* em volta dos mesmos - Freguesia de Arruda dos Vinhos: Hospital da Misericórdia e Igreja; Edifício da antiga câmara, Palácio da Quinta do Morgado e Igreja; Capela da Quinta de Santo António, Capela do Casal de São Lázaro; Monumento aos Mortos da Grande Guerra;

⁵⁰ Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002 Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, P. 2, 6 e 8.

⁵¹ idem

Quinta de São Sebastião; Quinta da Brasileira; M. do Casal Novo; M. Novo; M. do C. da Serrinha; M. da Quinta da Serra; Necrópole funerária (dólman); Quinta S. Miguel; Antiga Escola Conde Ferreira. Freguesia de Arranhó: Quinta da Murzinheira, casa onde nasceu escritora Irene Lisboa; Azenha da Fonte da Cepa; M. de Alcobela; M. de A do Baço; M. de Covas; M. dos Chões; M. do Doutor; M. Queimado do Castelo; M. do Chão da Cruz; Povoado fortificado da época do Calcolítico/Ferro (Casal do Castelo); Igreja Matriz de São Lourenço; Santuário de Nossa Senhora da Ajuda; Moinho do Custódio. Freguesia de Cardosas: Antigo Paço do Bispo, Cardosas; Ponte romana; M. das Cardosas; Igreja São Miguel Arcanjo. Freguesia de Santiago dos Velhos: Forte da Carvalha; Igreja matriz de Santiago dos Velhos; M. de Nossa Senhora da Ajuda; M. do Forte; M. dos Tojais; M. de A do Mourão, em funcionamento; M. do Campo; M. dos Matos; M. dos Pedrógãos; M. de Vila Nova; M. da Carvalha; M. da Serra; Três Cruzeiros, Santiago dos Velhos; Forte do Cego; Capela da Carvalha; Troços antigos dos Caminhos de Santiago⁵².

O conhecimento das lógicas de funcionamento e transformação do território, quer em contexto urbano, rural, ou natural, é, atualmente fundamental, de forma a , interpretar as suas funcionalidades, por forma a descodificar e interpretar a evolução da ocupação humana e, as redes de influências que exerce, ao longo dos tempos, com o restante território da Península de Lisboa. Segundo Lacroix: “a geografia destes ‘lugares de memória’ é cada vez mais densa. Exumamos com um cuidado escrupuloso tudo aquilo que evoca o passado. Tudo acontece como se a memória pretendesse ser exaustiva: não omite nem o lavadouro municipal, nem o moinho danificado, nem o calvário carunchoso. O gigantesco catálogo da recordação enriquece-se sem cessar com escavações arqueológicas e monumentos novos” (Lacroix, 1997, p. 17).

Para uma melhor gestão do território municipal, tendo em consideração o património arqueológico, a metodologia utilizada, deve ter por base a caracterização arqueológica de um espaço histórico, estudando esse mesmo o espaço e a sua evolução, a partir de uma perspetiva contemporânea e diacrónica. A análise dos elementos que compõe o espaço/paisagem deve ser feito de forma global, contemplando tanto os elementos edificados, como os vestígios enterrados. Quer isto dizer que se deve começar a investigação a partir da organização contemporânea do território. Assim, a

⁵² Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

caracterização da zona em estudo, tem como ponto de partida a recolha da informação para se poder realizar uma reconstrução histórica e, a definição do estado de conservação dos níveis arqueológicos e determinar que elementos incidem sobre o património arqueológico, são os vetores primordiais para uma eficaz gestão do património arqueológico local.

O processo da salvaguarda patrimonial deve competir a todos: “todos tem direito a fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património”⁵³, sendo que, o principal papel compete ao Estado, ao qual cabe a tarefa fundamental, “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”⁵⁴.

As políticas e ações de salvaguarda e valorização do património cultural apresentam-se, atualmente, como um problema complexo, “não só pelo “alargamento” que o conceito de património cultural ganhou na contemporaneidade, como pelos problemas concretos que se colocam hoje as sociedades que o criam, em particular as cidades e ao tecido urbano” (Martins, 2012, p. 233).

Como já se sabe, a legislação geral, consagra a classificação, além da inventariação, como a primeira forma de proteção do património cultural imóvel, distinguindo, em função do valor a classificar: de âmbito nacional - Monumento Nacional (MN) e Imóvel de Interesse Público (IIP) - e de âmbito local - Imóvel de Interesse Municipal (IIM)⁵⁵. Qualquer que seja o tipo de classificação (imóveis classificados ou imóveis em vias de classificação), pressupõe em torno do imóvel, uma zona de proteção (ZP) e zonas especiais de proteção (ZEP), à qual corresponde uma servidão administrativa de proteção⁵⁶.

Ao nível do licenciamento municipal, em Arruda dos Vinhos, os projetos urbanísticos são submetidos a parecer específico da Direção Geral do Património Cultural, quando as intervenções urbanísticas acontecem em ZP ou ZEP,

⁵³ Artigo 78.o da Constituição.

⁵⁴ Artigo 9.o da Constituição.

⁵⁵ Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro (atribuições e competências para as autarquias locais).

⁵⁶ Nestes imóveis e áreas, qualquer projeto ou operação urbanística carece de aprovação prévia da Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

nomeadamente, da Igreja Paroquial de Arruda dos Vinhos / Igreja de Nossa Senhora da Salvação⁵⁷ e do Chafariz Pombalino de Arruda dos Vinhos⁵⁸.

A política de proteção do património de Arruda dos Vinhos vai de encontro às preocupações atuais que o planeamento urbano exige. No entanto, e face às novas descobertas históricas e arqueológicas, a elaboração de uma política de arqueologia preventiva envolvida incondicionalmente com os procedimentos de planeamento e licenciamento realizados pela autarquia, bem como um plano de gestão patrimonial e de coleções é fundamental para uma eficaz política de salvaguarda do património do concelho. Atualmente, tendo em conta a revisão do PDM, que se encontra em fase final, considera-se que se deve ter em conta algumas ameaças no que toca aos sítios arqueológicos.

É necessária a tomada de consciência e de medidas que previnam impactes negativos não só sobre o património arquitetónico classificado, mas também sobre património arqueológico. Neste sentido, é necessária a criação de “áreas de reserva arqueológica”, tendo por base as evidências históricas e arqueológicas recentes, com a tarefa de evitar a destruição do património arqueológico e cultural.

Ao nível do licenciamento municipal, por forma a cumprir os pressupostos de salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico, propõem-se que os projetos ou operações urbanísticas que incidam sobre locais ou zonas onde estão inventariados vestígios arqueológicos, deverão ser submetidos a parecer específico do Arqueólogo Municipal, que, por sua vez, emitirá o parecer com base no inventário do património arqueológico e com inventário do património edificado proposto para classificação de Imóvel de Interesse Municipal (IIM), em áreas onde há maior probabilidade de existência de bens arqueológicos (por exemplo, nos Espaços Urbanos Históricos, em ZP ou ZEP de monumentos classificados ou em áreas de excepcional concentração de vestígios arqueológicos) de acordo com os diferentes graus de proteção, propostos nesta Carta Arqueológica.

Em função dos resultados obtidos na fase de diagnóstico, tendo por base os 4 graus de proteção definidos neste documento, o parecer poderá indicar a obrigatoriedade ou não, da execução de trabalhos prévios de prospeção, sondagem ou escavação, como

⁵⁷ (IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 33 587, DG, 1.ª série, n.º 63 de 27 março 1944).

⁵⁸ (IIP - Imóvel de Interesse Público, Portaria n.º 1035/2005, DR, 2.ª série, n.º 206, de 26 outubro 2005).

condição ao licenciamento de qualquer obra, podendo ser definidas, no licenciamento, medidas de salvaguarda adicionais.

6.1. As ameaças

Os projetos de reconversão urbana (com terrenos de uso agrícola, sobretudo para plantio e de vinha e o desaparecimento da ténue mancha florestal, transformados em zona de construção), são as principais ameaças em zona urbana. No entanto, a pressão urbanística não se regista de uma forma exaustiva, tendo em consideração, sobretudo, as zonas de exploração agrícola, principal atividade económica do concelho, o que atesta ainda a sua ruralidade.

Ainda no âmbito dos impactos negativos, em meio rural, salienta-se a destruição dos velhos caminhos (em alguns casos devido à comodidade dos novos tempos), na maior parte remontam, provavelmente ao Período Romano. Ainda é possível verificar diversos troços de caminhos ladeados por muros, estreitos, irregulares, com o pavimento constituído por lajes colocadas horizontalmente, ou “em cutelo”, em algumas delas com marca dos rodados dos carros de tração animal fundamente gravados nas rochas. A destruição destes eixos de via, em nome da comodidade dos novos tempos. Alguns destes caminhos deixaram de ser quase necessários para a circulação, apenas em alguns casos, servem de serventia a terrenos agrícolas. Considera-se importante a sua classificação como valor municipal (IIM) dando-lhes uma nova função, de cariz turístico (trilhos pedestres, percursos em BTT – bicicletas de todo-o-terreno), limitando assim, a circulação a veículos motorizados todo o terreno, que contribuem para a sua degradação.

Todos os sítios arqueológicos, à partida, são considerados como de interesse científico, logo, considera-se importante acentuar a “vigilância”, a nível de acompanhamento arqueológico destes locais. Tendo em conta os riscos sobre muitos dos sítios arqueológicos, são, para vários sítios, aconselhadas prospeções e sondagens arqueológicas prévias. No caso de certos projetos agrícolas ou urbanísticos, propõem-se que seja feito o acompanhamento arqueológico em zonas onde estão referenciados sítios arqueológicos, ou em locais onde os topónimos ou indícios suspeitos (sítios onde haja ocorrências de achados isolados).

6.2. Proteção e Salvaguarda do Património Arqueológico e Edificado

No que respeita ao Património Edificado, está em elaboração o “Inventário e Classificação dos Imóveis de Interesse Municipal do Município de Arruda dos Vinhos”, pelo Centro de Estudos e Investigação de Arruda dos Vinhos (CEIAV)⁵⁹. Os objetivos do “Inventário e Classificação dos Imóveis de Interesse Municipal do Município de Arruda dos Vinhos”, não passa apenas pela inventariação dos edifícios do centro histórico da vila de Arruda dos Vinhos, mas também ao restante património do concelho, tendo em consideração a existência de alguns conjuntos ainda coerentes da chamada arquitetura vernacular, identificando um conjunto de possíveis IIM que possam vir a ser considerados.

Propõem-se assim que, as intervenções em certos imóveis incluídos no “Inventário e Classificação dos Imóveis de Interesse Municipal do Município de Arruda dos Vinhos”, devem também ser acompanhados por técnicos da especialidade, designadamente obras de conservação em geral e, principalmente, restauros de obras de arte (talha ou pinturas antigas), como são os casos da Igreja de Nossa Senhora da Salvação, Igreja de Misericórdia, Igreja de S. Tiago dos Velhos ou a Igreja Paroquial de Arranhó, imóveis estes que se consideram de interesse excecional, pela importância das suas pinturas quinhentistas.

Como forma de salvaguarda e proteção de muitos desses sítios/imóveis, recomenda-se a classificação como IIM e/ou IIP, como os casos da Igreja de Misericórdia, Igreja de S. Tiago dos Velhos, Igreja Paroquial de Arranhó, Quinta do Morgado⁶⁰.

Dos sítios de interesse arqueológico, como já referido, propõem-se a classificação como IIM, as vias antigas, e os povoado fortificado do Castelo e o sítio do Moinho do Custódio.

Sem querer correr o risco de uma “patrimonialização” excessiva, é impreterível proteger o que existe e que possua potencial científico.

É da competência do Município de Arruda dos Vinhos e dos organismos de tutela definirem a forma mais eficaz, no que respeita à gestão do Património inventariado, e da

⁵⁹ Criado em maio de 2014.

⁶⁰ Atual Centro Cultural do Morgado, onde funciona a Biblioteca Municipal Irene Lisboa, entre outros equipamentos culturais.

preservação e valorização do mesmo. Para os Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público deverá ser seguida a lei geral e as orientações da tutela do património. Quanto ao resto do património identificado, deverá obedecer ao regulamento que venha a ser definido pelo PDM, e desta feita, o município deverá continuar a assumir um papel de relevo na sensibilização das populações para as questões de preservação, na monitorização dos sítios arqueológicos e atualização da base de dados com novos achados, de que poderá fornecer atualizações regulares ou até imediatas, caso haja risco de eventual destruição.

O Município obriga-se ao estabelecimento de servidão *non aedificandi*, sendo apenas permitidos usos coincidentes com o exercício da investigação científica e da fruição pública do património. Para as áreas de potencial arqueológico reconhecido são recomendados usos preferencialmente relacionados com turismo e lazer.

Tendo em conta a importância do património e a necessidade de se proceder a medidas de salvaguarda, decidiu-se aplicar um conjunto de condicionantes.

6.2.1. Áreas Urbanas

No que se refere ao património arqueológico nos núcleos urbanos foram definidos zonamentos que correspondem aos seguintes graus de proteção com as respetivas normas de salvaguarda:

- a) **Zona A** – áreas urbanas de reconhecida sensibilidade arqueológica. Todas as intervenções, projetos ou operações urbanísticas que envolvam afetação do subsolo estão sujeitas a parecer arqueológico da entidade de tutela que definirá as condicionantes arqueológicas a aplicar em função do tipo de intervenção proposto (escavação integral, sondagens/diagnóstico, acompanhamento arqueológico, registo e levantamento);
- b) **Zona B** – áreas urbanas de valor arqueológico potencial. Todas as intervenções, projetos ou operações urbanísticas que envolvam afetação do subsolo estão sujeitas a acompanhamento arqueológico, cujos resultados poderão implicar ulteriores medidas de minimização em função da avaliação dos elementos encontrados.

6.2.2. Meio Rural

No que se refere ao património arqueológico em meio rural foram definidos quatro graus que correspondem a diferentes níveis de proteção patrimonial com as seguintes normas de salvaguarda:

a) **Grau de proteção de nível 1** – vestígios arqueológicos de grande interesse, tendo em conta a sua singularidade e o seu estado de conservação. São interditos quaisquer trabalhos que impliquem a afetação desses bens patrimoniais com exceção de intervenções que decorram de projetos de valorização e/ou conservação e restauro desses mesmos vestígios;

b) **Grau de proteção de nível 2** – vestígios de valor arqueológico elevado. Qualquer tipo de intervenção relacionada com infraestruturas, incluindo as de rega, operações urbanísticas e atividades agrícolas e florestais, estas duas últimas se implicarem impactos significativos ao nível do subsolo, deve ser precedido de trabalhos arqueológicos prévios de caracterização e diagnóstico (sondagens/escavações) que promovam a adequação das soluções propostas ao valor científico e patrimonial dos bens;

c) **Grau de proteção de nível 3** – vestígios de valor arqueológico significativo. Qualquer tipo de intervenção relacionada com infraestruturas, incluindo as de rega, operações urbanísticas e atividades agrícolas e florestais, estas duas últimas se implicarem impactos significativos ao nível do subsolo, deve ser alvo de acompanhamento arqueológico, cujos resultados poderão implicar ulteriores medidas de minimização em função da avaliação dos elementos encontrados.

d) **Grau de proteção de nível 4** – vestígios arqueológicos insuficientemente caracterizados. Qualquer tipo de intervenção relacionada com infraestruturas, incluindo as de rega, operações urbanísticas e atividades agrícolas e florestais, estas duas últimas se implicarem impactos significativos ao nível do subsolo, é condicionado a prospeção arqueológica prévia com vista a uma melhor caracterização e/ou à relocalização dos vestígios arqueológicos e à determinação das respetivas medidas de salvaguarda.

Para melhor sistematizar o conteúdo de informações obtidas com a elaboração desta Carta Arqueológica foi criada cartografia correspondente, que se encontram em anexo e que a seguir se discrimina:

Mapa 1, 2, 3, 4 e 5 (ANEXO II) – Representação cartográfica segundo a sua localização administrativa e lugar, dos sítios arqueológicos;

Mapa 6, 7, 8, 9 e 10 (ANEXO II) - Representação cartográfica dos sítios por período cronológico;

Mapa 11 (ANEXO II) – Representação cartográfica do Património Classificado / Em Vias de Classificação;

Mapa 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, e 44 (ANEXO II) – Representação cartográfica da visibilidade do solo por sítio arqueológico;

Mapa 45 (ANEXO II) – Mapa Temático: Grau de Proteção em Áreas Urbanas;

Mapa 46 (ANEXO II) – Mapa Temático: Grau de Proteção em Áreas Urbanas – Freguesia de Arruda dos Vinhos;

Mapa 47 (ANEXO II) – Mapa Temático: Grau de Proteção em Áreas Urbanas – Freguesia de Arranhó (Igreja São Lourenço);

Mapa 48 (ANEXO II) – Mapa Temático: Grau de Proteção em Áreas Urbanas – Freguesia de S. Tiago dos Velhos;

Mapa 49 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural;

Mapa 50 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 9;

Mapa 51 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 10 ; NumSítio – 17;

Mapa 52 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 11;

Mapa 53 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 8 ; NumSítio – 15;

Mapa 54 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 16;

Mapa 55 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 5 ; NumSítio – 13;

Mapa 56 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 30;

Mapa 57 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 12 ; NumSítio – 21 ; NumSítio – 31 ; NumSítio – 33; NumSítio – 38;

Mapa 58 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 35;

Mapa 59 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 32;

Mapa 60 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 19;

Mapa 61 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 22;

Mapa 62 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 29;

Mapa 63 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 23;

Mapa 64 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 28;

Mapa 65 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 4;

Mapa 66 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 18 ;

Mapa 67 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 27;

Mapa 68 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 36;

Mapa 69 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 37;

Mapa 70 (ANEXO II) - Representação Cartográfica por Grau de Proteção em Meio Rural: NumSítio – 3 ; NumSítio – 14;

Em suma, a preservação do património uma questão de cidadania, sendo mais do que fundamental a participação ativa e a convergência de vontades, entre entidades públicas e a comunidade. Para isso dever-se-á agir de forma preventiva, aplicando-se mecanismos de conservação dos espólios e estruturas arqueológicas, e criar mecanismos sólidos de gestão e divulgação. A divulgação do património aos agentes locais, com objetivo de dinamização das economias locais, bem como, a criação e aplicação de políticas de oferta cultural, proporcionam a captação de públicos e o desenvolvimento de produtos turísticos.

A este nível a participação da população, o diálogo entre técnicos e a população, é essencial para o despertar de consciências a para a memória coletiva, identidade local. É tarefa obrigatória dos arqueólogos e de outros especialista na área do património cultural, formar e sensibilizar a comunidade para a importância de preservação do património, pois, sendo o património pertença da comunidade, cabe então à sociedade decidir o que fazer dele.

7. A Arqueologia e a Sociedade: O papel das autarquias na educação de públicos para a proteção, salvaguarda e divulgação do património arqueológico.

O património cultural, e em particular o património arqueológico, é um bem de interesse público, que deve ser preservado, valorizado e divulgado, pois, o património arqueológico é o legado material da história e memória de uma sociedade.

O desinteresse pelo património cultural, num sentido geral, contribui para a degradação e perda de memória coletiva (Lopes e Correia, 2014). Para evitar a perda da memória coletiva e, garantir o desenvolvimento cultural das futuras gerações, é necessário envolver e mobilizar a sociedade para o dever moral de preservar e valorizar o seu património. Este objetivo só poderá ser atingido com o desenvolvimento de uma cultura de aproximação da sociedade ao património cultural e, em especial ao património arqueológico, através da educação para o património. O conhecimento e consciencialização, sobre o património, são indispensáveis num contexto de aproximação da arqueologia à sociedade, com objetivo de acautelar a identidade cultural (Lopes e Correia, 2014).

A educação patrimonial “possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Medeiros e Surya, 2009. p. 7) e, “deverá se ser realizada de forma lúdica, levando o processo ativo e contínuo de aquisição de conhecimento, a todas as faixas etárias, alertando e capacitando as pessoas para a valorização do património arqueológico” (Lopes e Correia, 2014.p.261).

Em primeiro lugar, o processo de educação para o património deve passar inevitavelmente por um processo inicial de sensibilização dos cidadãos, através dos mecanismos legislativos de salvaguarda do património arqueológico. Neste âmbito, em 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Os seus objetivos contemplam a educação para o património, considerada um pilar na construção da paz e da segurança. No mesmo sentido, em 1946, é fundado o ICOM (Conselho Internacional dos Museus), que elabora em 1976, A Carta de Turismo Cultural, com os objetivos de ação de, alertar para a necessidade de estimular o respeito e conhecimento dos cidadãos pelo património.

Muitos são os documentos elaborados a nível internacional com o objetivo de emitir reflexões e estabelecer diretrizes aos órgãos legislativos nacionais, com fim a estimular e melhorar estratégias de educação patrimonial. Um dos primeiros documentos a ser elaborado neste sentido, foi a Carta de Atenas, elaborada em 1931, que estabelece princípios sobre a conservação e o restauro de monumentos e, pela primeira vez, aparece evidenciada a importância da educação dos indivíduos pelos monumentos. Em 1972, em Paris, surge a Conferência da UNESCO, sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, a Convenção do Património Mundial, onde se destaca a importância do envolvimento mais ativo dos Estados, aconselhando a criação de programas educativos e informativos, de modo a incentivar o respeito e a estima das populações em relação ao património cultural e natural (Primo, 1999). Na década de 90 as Convenções de Laussane (1990) e de Malta (1992), evidenciam pressupostos de que, o património arqueológico é um testemunho essencial sobre as atividades humanas passadas, fornecido pelos conhecimentos adquiridos pela prática da arqueologia que englobam os vestígios da existência humana de todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, sejam do tipo estruturais ou qualquer tipo de vestígios abandonados.

Como resultado das resoluções internacionais, o interesse pelo património cultural no geral e, pelo património arqueológico em particular, teve um crescimento nas sociedades desde meados do século XX. Este crescimento deve-se também, ao abrir de portas da arqueologia para o “mundo exterior”, distanciando-se do “conservadorismo académico”, com a entrada da arqueologia nas autarquias, com a criação de associações de estudo e defesa do património, e até com a entrada no mundo empresarial. Os próprios arqueólogos têm tido um contributo fundamental nesta abertura e aproximação da arqueologia à sociedade, tornando a arqueologia mais pública, pois, têm defendido a necessidade da divulgação a par da investigação, exaltando a importância do retorno social dos trabalhos arqueológicos (Almeida, 2008).

Os esforços levados a cabo pela comunidade arqueológica em proporcionar uma arqueologia pública, tem vindo a contribuir para a importância que, cada vez mais, a sociedade atribui aos bens arqueológicos. É assim absolutamente essencial que a arqueologia assuma o seu papel, científico e multidisciplinar, junto da comunidade, orientando-o para a educação para a cidadania. Para se atingir os objetivos de forma eficaz é necessário abordar a questão de vários pontos de vista e, as ações de divulgação

e educação não devem ser restritas a uma determinada faixa etária ou grupo social, nem confinados a um espaço cultural.

Várias entidades públicas e privadas - os municípios, universidades, museus, associações e empresas - têm tido uma participação fundamental na implementação de projetos de educação de públicos, para as questões do património arqueológico. Para que estes projetos educativos se tornem atrativos e participados, a forma como é transmitido o conhecimento deve ter um carácter lúdico e pedagógico, de modo a que a comunicação seja eficaz (Medeiros e Surya, 2009).

Os serviços educativos instituídos nos mais diversos municípios, museus municipais e de arqueologia do país, são um exemplo de uma aposta ganha, pelos municípios e também por outras entidades da administração central, na estratégia ação de promoção, divulgação e valorização, do património arqueológico, oferecendo um leque diversificado de atividades culturais e educativas, abertas a todo o tipo de público.

No panorama atual, têm sido implementadas medidas, a nível dos organismos da tutela, que se traduzem em iniciativas culturais e pedagógicas, destinado a todo o tipo de públicos. O Serviço Educativo da DGPC tem objetivos “coordenar as ações educativas e de formação que incidam sobre a defesa, valorização e difusão do património cultural, nomeadamente de «Educação para o Património»” (Cap. I, 3º artigo, ponto 1, alínea m, Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio). As ações são posta em prática com a execução de projetos a nível nacional e, atividades dos Serviços Educativos nos seis monumentos afetos à DGPC, o “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” e as “Jornadas Europeias do Património”, com uma abordagem direcionada, sobretudo, ao público infantil e juvenil, pois, estas são as faixas etárias mais acessíveis e abertas à sensibilização e aquisição de conhecimento de forma voluntária.

Também o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), instituição de referência da Arqueologia Portuguesa e um dos maiores agentes de divulgação e de pedagogia da arqueologia em Portugal, tem como responsabilidade e estratégia, para além da investigação científica e reserva de coleções, a divulgação da arqueologia, quer para a comunidade científica, quer para o público em geral. Nas suas ações no âmbito das suas responsabilidades destacam-se, a publicação da revista “O Arqueólogo Português”, editada desde 1895, a realização de seminários, conferências e cursos da especialidade, e os serviços educativos, que desenvolvem ateliês, envolvendo o espaço museológico e visitas guiadas, destinadas a diversos tipos de públicos de diversas faixas etárias.

Neste sentido, também as autarquias têm neste têm um papel importante, devido à sua proximidade com as comunidades locais. As autarquias devem também integrar o processo de educação de públicos, que contribui a para uma alteração e estimulação de mentalidades que só podem ser atingidos numa intervenção e interação direta da comunidade. Ou seja, “num contexto de uma educação mais livre e interventiva, as autarquias, através dos museus e serviços culturais devem promover atividades lúdicas, que se devem inserir numa dinâmica informal de envolvimento e interpretação do património (Lopes e Correia, 2014).

Com o objetivo de proporcionar uma vivência cultural aos jovens, envolvendo-os em atividades e projetos que se traduzem em experiências culturais marcantes, o Município de Arruda dos Vinhos, criou no ano de 2013 o Projeto Arqueologia Viva (!), com os objetivos, de promover a aproximação de forma divertida e informal, dos jovens do concelho ao património histórico e arqueológico, com forma de divulgação da ciência arqueológica, quais os seus objetivos, áreas de trabalho e importância desta ciência na sociedade atual.

Hoje em dia, o papel das faculdades não passa só pela formação de técnicos especializados, mas também, têm um papel essencial formação básica dos cidadãos, no sentido da aproximação dos cidadãos à arqueologia ao património e, à consciencialização para a sua preservação. Deste modo, a parceria com as autarquias faz com que o meio académico chegue mais próximo das populações, e neste sentido, a Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, através da Unidade de Arqueologia (UNIARQ), associou-se ao Município de Arruda dos Vinhos na elaboração da Carta Arqueológica, proporcionando interação entre o meio académico e científico com a comunidade local, representada pelos jovens voluntários.

Em suma, o futuro da Arqueologia e da preservação do património cultural passa por uma alteração de mentalidades sociais e por uma participação ativa e interventiva das comunidades. Os serviços educativos de arqueologia em Portugal não são, nem devem ser, desenvolvidos em exclusividade por museus, como um serviço educativo vocacionado para a pedagogia e ao mesmo tempo a diminuição de um determinado espaço cultural. “A componente *outdoor* da Arqueologia exige uma adaptação dos métodos pedagógicos que sejam criativos, de forma a cativar e fidelizar públicos” (Lopes e Correia, 2014, p. 263).

7.1. O Contributo da Comunidade Local na Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos: O Projeto Arqueologia Viva (!)

Com o propósito de contribuir para o enriquecimento da história e cultura, na perspetiva da preservação e salvaguarda do património, da memória e identidade local, o Município de Arruda dos Vinhos, inaugurou em maio de 2014 o Centro de Estudos e Investigação (CEIAV).

O CEIAV desenvolve projetos dedicado aos estudos no âmbito da arqueologia, etnografia, história e património local e regional e, tem como principais objetivos, a conservação, gestão, dinamização e divulgação do património cultural material e imaterial. Atualmente são dois os projetos de investigação, o Projeto de “ Estudo, manutenção e conservação das estruturas militares das Linhas de Torres”, iniciado em 2008, integrado no plano de atividades da Associação Rota História das Linhas de Torres e, o projeto “Carta Arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos”. No âmbito da promoção, divulgação da história e património, o CEIAV assume também aqui uma papel importante. Em 2013, o Município criou o projeto Arqueologia Viva (!), atualmente desenvolvido pelo CEIAV e, destina-se à aproximação do público jovem às questões do património e sua salvaguarda.

A criação de dias específicos, ou serviços permanentes, de participação aberta ao público, em trabalhos arqueológicos é, provavelmente, a forma mais direta de envolvimento da população. Os participantes podem e devem envolver-se nos trabalhos, acompanhados de pessoal especializado e assim compreender os métodos arqueológicos utilizados e seus resultados.

O Projeto Arqueologia Viva (!), criado em 2013, tem como propósito a abertura à e participação da comunidade jovem nos processos arqueológicos. Os participantes têm entre os 14 e os 30 anos e, participam em regime de voluntariado, através do Banco Local de Voluntariado, na área da defesa e salvaguarda do património cultural.

Em 2014 e 2015, o Arqueologia Viva (!), ocorreu entre os meses de junho e agosto, integrado no Projeto Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos. O envolvimento da comunidade jovem na elaboração da Carta Arqueológica, “é uma oportunidade de educação não formal, com intuito de contribuir para a criação de alicerces necessários para uma relação madura entre a comunidade local e o património arqueológico” (Lopes e Correia, 2014, p. 265), formando cidadãos interessados e sensibilizados para estas

questões do património arqueológico. Esta participação aberta aos jovens, nos trabalhos de prospeção arqueológica, para além da deteção de novos sítios, proporciona o contacto com a paisagem e estimula a relação com mesma.

O Projeto Arqueologia Viva (!) não é apenas uma atividade de ocupação de tempos livres nas férias de verão mas, com a elaboração da Carta Arqueológica, assumiu um papel importante a nível educativo. As saídas de campo proporcionaram o contacto com a natureza, com os achados, com as aventuras e o relacionamento entre o grupo, e ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma relação entre os jovens e a paisagem, levando à sua interpretação. Neste contexto, é essencial que os métodos de transmissão da informação e conhecimento, sejam eficazes e apelativos à faixa etária destinada, tal como referem os autores Luíz Oosterbeek, Sara Cura e Pedro Cura: “...uma interação com os cidadãos alicerçada numa completa utilização dos sentidos (vista, toque, audição, ...) que permita o desenvolvimento da perceção visual, simbólica dos objetos...” (Oosterbeek, Cura e Cura, 2006:107).

Os ateliês/projetos educativos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Investigação de Arruda dos Vinhos, fazem parte de uma educação informal, aberta à satisfação da curiosidade do participante, proporcionando a formação de uma consciência atenta e detentora de conhecimento, porque, “...a busca pelo passado persegue várias temáticas que atraem a atenção da sociedade e simultaneamente lhe transmitem valores de identificação e compreensão intercultural” (Oosterbeek, Cura e Cura, 2006, p. 106), colocando os jovens participantes no caminho do conhecimento humano e científicos.

A Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos em Perspetiva

Segundo a Carta de Lousane, "O património arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado. A sua protecção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras" (Carta de Lausanne, 1990).

Assim, a Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos é apenas um primeiro e importante passo no caminho do conhecimento e da preservação dos valores patrimoniais arqueológicos do concelho de Arruda dos Vinhos. Este documento é uma compilação de dados arqueológicos do concelho, resultado da relocalização e identificação de novos sítios (inseridos no Inventário Geral dos Sítios Arqueológicos) e, vem contribuir com novos dados para a investigação a nível local e regional.

No campo da salvaguarda e protecção do património, a Carta Arqueológica pretende ser instrumento que deve contribuir como uma ferramenta para o planeamento e ordenamento territorial, nomeadamente na implementação do Plano Diretor Municipal (PDM), que se encontra em processo de revisão, garantindo assim, informação relevante para uma política de protecção e valorização dos recursos culturais.

Continuar a inventariar e desenvolver ações de salvaguarda e protecção do património e criar condições para a sua divulgação e promoção turística, são assim, objetivos que se pretendem atingir no futuro.

Para atingir estes objetivos é, em primeiro lugar, necessário criar uma estratégia de valorização de sítios e edifícios, que passa por ações de conservação e restauro em edifícios que se encontrem em ruínas ou que se encontrem em elevado perigo de conservação, executar ações regulares de manutenção de sítios visitáveis, implementar projetos científicos de investigação em sítios com elevado potencial interesse arqueológico e, criar ações regulares de divulgação como, publicações, exposições, e ações pedagógicas.

Neste sentido, no âmbito da conservação e restauro, considera-se necessário e urgente fazer uma intervenção no emblemático Chafariz ("Pombalino") de Arruda dos Vinhos, classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) e que se distingue das muitas outras estruturas da mesma tipologia conhecidas a nível nacional, pela sua monumental e singular arquitetura. Os trabalhos de conservação e restauro e a

elaboração de um estudo mais aprofundado, quanto à arquitetura e quanto à influência e importância que por mais de 200 anos este chafariz tem representado na população local, consideram-se ser passos importantes para vincar o reconhecimento da importância histórica e arquitetónica deste monumento, nomeadamente, propondo para classificação como Monumento Nacional (MN).

Como provam os diversos estudos publicados e os recentes dados arqueológicos, a Igreja de Nossa Senhora da Salvação (NumSítio – 25), classificada como Imóvel de Interesse Público (IPP), deverá também ser alvo de outro tipo de reconhecimento, considerando-se importante a sua proposta para classificação como Monumento Nacional (MN).

O Projeto Rota Histórica das Linhas de Torres veio alavancar o interesse pela conservação do património local. A classificação conjunta das estruturas militares das Linhas de Torres como Monumento Nacional, para além de reconhecer a sua importância na história da independência nacional, vem potenciar, ainda mais, o seu valor turístico. Assim, devem ser continuadas as ações regulares de manutenção (limpeza do coberto vegetal, ações pontuais de restauro, manutenção dos circuitos de visita e suportes de interpretação) do Forte do Cego (Obra Militar nº 9) (NumSítio – 23) e Forte da Carvalha (Obra Militar nº 10) (NumSítio – 22). De modo a evitar a total destruição dos troços de estradas militares, nomeadamente, o troço da via designada de Estrada Ajuda/Bucelas (NumSítio – 20), os troços de A-do-Baço (NumSítio - 1), Á-dos-Arcos (NumSítio -2) e Arranhó (NumSítio – 6), propõem-se a interdição à circulação de veículos motorizados, bem como, a criação de um circuito pedestre com a temática das Estradas Militares e sua inclusão na Rota Histórica das Linhas de Torres.

Apesar dos novos dados, é notória a escassez de informação e estudos sobre o património histórico e arqueológico pois, os trabalhos de prospeção arqueológica efetuados no âmbito deste projeto, permitiram apenas identificar uma pequena parte do património arqueológico no concelho. Muito ainda ficou por descobrir e por investigar.

Em termos científicos, propõem-se o desenvolvimento de projetos de investigação com equipas pluridisciplinares.

Uma Carta Arqueológica não um produto acabado, estando sempre em constante atualização. É então, importante a continuação de um programa de prospeções, executando-se a segunda fase da Carta Arqueológica com o intuito de identificar o maior número possível de ocorrências arqueológicas. O facto de existirem

áreas em que não foram registadas ocorrências, não significa que não existam, apenas correspondem a locais de acessibilidade difícil ou onde a visibilidade do solo não permitia fazer prospeção.

Tendo em conta o potencial arqueológico revelado por este documento, alguns dos sítios arqueológicos identificados poderiam ser alvo de projetos de investigação, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a ocupação humana neste território. Tal passaria por melhor investigar as “Antas de Arruda dos Vinhos”, amplamente referenciadas em bibliografia, fontes manuscritas da autoria de Leite de Vascellos e Tito de Bourbon e Noronha e na tradição oral, através da criação de um projeto específico direcionado para o estudo destes monumentos Megalíticos, que se encontram até agora desconhecidos no plano físico.

No que respeita, aos períodos entre o Neolítico Final e Final da Idade do Ferro, e dois outros sítios devem ser alvo de uma aprofundada investigação, multidisciplinar, propondo-se criação de Projetos de Investigação Plurianuais de Arqueologia (PIPA), para o Castelo /Forte do Paço (NumSítio – 19) e Moinho do Custódio (NumSítio – 28), contribuindo desta forma para o estudo da importância da ocupação humana destes períodos, na área à direita da bacia hidrográfica do Tejo.

No primeiro caso, para além do aprofundar o conhecimento sobre o povoado fortificado, escavados por Ludgero Gonçalves e Guilherme Cardoso, entre finais da década de 80 e finais da década de 90 do século XX, este projeto deverá obrigatoriamente incluir o Forte do Paço (Obra Militar nº 12), pois a sua localização é coincidente com o sítio do Castelo. É necessária uma intervenção a nível de investigação, acrescentando novos dados sobre a história e funcionalidade destas estruturas militares no âmbito das Linhas de Torres e, como consequência, a sua valorização em termos turísticos, levando à integração no Circuito de Arruda dos Vinhos da Rota Histórica das Linhas de Torres. No segundo caso, as evidências arqueológicas identificadas nos trabalhos de prospeção e, identificados primeiramente por Guilherme Cardoso e António Gonzales, perspetivam a existência de um povoado com uma ampla diacronia de ocupação, e trará, com certeza, novos e importantes dados sobre a Pré-história e Proto-história da região a norte de Lisboa.

Como forma de salvaguarda e proteção destes sítios, recomenda-se a classificação como Imóvel de Interesse Municipal (IIM).

Para os restantes períodos históricos, nomeadamente para o período Romano, as evidências arqueológicas registadas no Casal do Letrado (NumSítio – 15), exigem um projeto de prospeção específico, devido à quantidade de materiais que surgem à superfície, perspetivando-se a possível existência de uma *villae* ou de um *casal agrícola*.

Quanto aos restantes sítios inventariados, aconselha-se uma vigilância atenta, fazendo-se aplicar um conjunto de condicionantes, respeitando os graus de proteção, em área urbana e área rural, com as respetivas normas de salvaguarda descritos no Capítulo 6, com recurso de apoio à cartografia correspondente.

Seguindo o mesmo caminho de salvaguarda e proteção de sítios/edifícios de interesse arqueológico/patrimonial, propõem-se a classificação como Imóvel de Interesse Municipal (IIM), as vias antigas já referidas (troços de Estrada Militar) e, os casos da Igreja de Misericórdia (NumSítio – 24), Igreja de S. Tiago dos Velhos (NumSítio – 26), Igreja Paroquial de Arranhó e Quinta do Morgado, devido à importância a nível histórico e do património artístico.

Estas iniciativas “administrativas”, só terão sucesso se aplicado um programa de divulgação e promoção do património. Assim, será importante a criação de Roteiros, nomeadamente o Roteiro das Igrejas e Ermidas (visita às igrejas e ermidas do concelho), o Roteiro do Património (visitas temáticas, com temas diferentes em cada sessão, desde a arquitetura dos edifícios da Idade Média e época moderna espalhados pela vila de Arruda dos Vinhos, as fortificações das Linhas de Torres, entre outros...) e A Rota dos Moinhos de Vento e a Rota das Quintas (sobretudo as que evidenciam importância patrimonial e que estão aliadas a outro tipo de património local, a produção vitivinícola). A acompanhar estes Roteiros, deve ser promovido um programa sistemático de sinalética que dos sítios arqueológicos e do restante património edificado passíveis de serem visitados.

A partir da última década, a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos tem vindo gradualmente, a investir na investigação e salvaguarda do património concelhio e, projeto da Carta Arqueológica é um claro exemplo disso mesmo. Para além do evidente interesse científico que cada um dos sítios inventariados apresenta, os mesmos representam também um papel importante na história e na identidade da comunidade local. É neste sentido, que o município tem vindo a executar ações para promover um maior envolvimento entre a população, o seu património e o seu passado, fazendo com

que a comunidade local tenha um papel mais ativo na proteção, conservação e valorização dos bens patrimoniais, em particular o património arqueológico.

O processo de elaboração da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, ambicionou ser uma referência na educação para o património e para a divulgação do conhecimento, ou seja, uma ação de Arqueologia Pública.

A participação de jovens em diferentes fases do projeto, participando no projeto Arqueologia Viva (!), foi uma oportunidade para estes jovens fazer Arqueologia e de conhecer a importância da preservação do património, contribuindo para a formação de alicerces necessários para aproximar a comunidade local ao património arqueológico, formando e sensibilizando uma nova geração de cidadãos para as questões do património.

No entanto, e finalizada esta Carta Arqueológica, é indispensável o desenvolvimento de programas de divulgação para o público não especializado, que passam numa primeira fase, pela implementação de atividades de carácter pedagógico destinadas à comunidade escolar, apresentando as descobertas arqueológicas, como também mostrar as metodologias que permitiram chegar a este trabalho final (realizar atividades manuais relacionadas com simulações de escavações e prospeções arqueológicas e de trabalho de laboratório). Desta forma, pretende-se através da sensação da descoberta e do rigor da aplicação de métodos científicos, despertar a curiosidade pela arqueológica e mostrar a importância da preservação do património em geral.

Não obstante, é de igual modo importante criar ações de divulgação e valorização do património arqueológico através, apresentação pública dos resultados deste projeto, estando em perspectiva uma conferência dedicada especificamente à arqueologia do concelho. Está também prevista para 2016, a publicação da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, uma exposição numa linguagem não técnica e acessível a toda a população e a criação de folhetos de sítios arqueológicos/património edificado de destaque que estejam visitáveis.

O Centro de Estudos e Investigação de Arruda dos Vinhos (CEIAV), dirigido pelo signatário, estará no centro de desenvolvimento de todos os projetos e ações evidenciadas, bem como, da divulgação dos mesmos e dos seus resultados através da publicação de artigos e da promoção de visitas guiadas aos sítios e monumentos, contribuindo para preservação da memória e identidade local.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. de (1990) – *O domínio Romano*» In Nova História de Portugal. Dirigida por Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques. Lisboa. Editorial Presença, p. 342-441.

ALARCÃO, J. de (1990a) - *A produção e a circulação dos produtos*. In ALARCÃO, J. de, (ed.) - Portugal das origens à romanização. Lisboa: Presença (Nova História de Portugal; I).

ALARCÃO, J. de (2001) - *Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)*. Revista Portuguesa de Arqueologia. p. 4:2, 293-349.

ALARCÃO, J. de (2004) – *Introdução ao estudo da Tecnologia Romana*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, J. de (2005) – *Notas de arqueologia epigrafia e toponímia – III*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 8. Número 2. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, p. 293-312.

ALARCÃO, J. de (2006) – *As vias romanas de Olisipo a Augusta Emérita. Conímbriga*. Volume XLV. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 211-251.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1994) - *Urbanismo de la Hispania “Celtica” Castros y Oppida del Centro y Occidente de la Peninsula Iberica*. Martín ALMAGRO-GORBEA y Ana M^a MARTIN (ed.) Castros y Oppidaen Extremadura. Editorial Complutense. Madrid. p. 13- 75.

ALMEIDA, F. (1972) - *Inscrições romanas e moedas visigóticas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira*. In Boletim Comemorativo da biblioteca - Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. Vila Franca de Xira: Biblioteca - Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. p. 149-154.

ALMEIDA, J. M. de (1968) – *Antiguidades várias*. O Arqueólogo Português, Série III. Volume II. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 107-108.

ALMEIDA, M. J. (2000) - *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*. Dissertação de mestrado em Arqueologia Romana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

- ALMEIDA, M. J. (2008) - *Avaliação de impactes e Património Cultural: Que papel para o para o arqueólogo e para o património arqueológico*. Praxis Arqueológica. Lisboa. p. 161-166.
- ALMEIDA, M. J. (2011) - *Carta Arqueológica de Cascais: desafios de uma revisão*. In Atas do Encontro Arqueologia e Autarquias. Cascais. P. 91-110.
- ALMEIDA, J. M. ; FERREIRA, F. B. (1966) – *Varia ephigraphica (Nova Série) – VIII Uma Árula de Alenquer*. Revista de Guimarães. Volume LXXVI. Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães. p. 25-26.
- AMARAL, J. J. M. F. da S. (1991) – *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*. Volume I. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- ARNAUD, J. M. (1974-77) - *Escavações no Penedo do Lexim / 1975*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série 3.p. 8-9.
- ALVOEIRO, B. (2011) - *Arruda e a Ordem de Santiago Séc.s XII-XV*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Tese Policopiada).
- ARNAUD, J. E. M. ; GONÇALVES, J. L. M. (1995) - *A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) balanço de meio século de investigação 2ª parte*. In 2 Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa.
- ANTUNES-FERREIRA, N. ; CARDOSO, G. ; SANTOS, F. (2013) - *A necrópole medieval/moderna de Arruda dos Vinhos*. Arqueologia em Portugal – 150 anos. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. p. 111-117.
- ARRUDA, A. M. (1993) - *A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular*. Estudos Orientais. Lisboa. 4. pp. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el Centro y Sur de Portugal (siglos VIII–VI a.C.)*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2005) – *Orientalizante e pos-orientalizante no sudoeste peninsular: Geografias e cronologias* In Actas del III Simpósio Internacional de arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante. Volume I. Anejos de AE spa. XXXV. Mérida.
- ARRUDA, A. M. ; ALMEIDA, R. R. (1998) - *As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas 1983-1991)*. Conímbriga. Vol. XXXII, p. 201-231.

- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003) - *A cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa, 6, 1, pp.236-286
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. (2005) - *A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 8, nº 1, pp. 177-208.
- ARRUDA, A. M.; TEIXEIRA DE FREITAS, V.; SÁNCHEZ, J. V. (2000) – *As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa*. Revista Portuguesa de Arqueologia .volume 3.número 2.2000. pp.25-59.
- AZEVEDO, R.; COSTA, P. A. J.; PEREIRA, M. R.(1979) – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol.I. Universidade de Coimbra.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. ; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) – *A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana*». In TAVARES da SILVA, C.; SOARES, J.. eds. Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. (2004, Maio 7 a 9). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p.153-176.
- AZEVEDO, C. de , FERRÃO, J. ; GUSMÃO, A. de (1962) - *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa – Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval*. Junta Distrital de Lisboa. Lisboa. 63 p;
- BARBOSA, E. (1955) - *Alenquer nas épocas pré e proto-históricas*. Dissertação para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada a Faculdade de Letras de Lisboa. Texto policopiado.
- BARBOSA, E. (1970) – *Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer*. In Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. 2. P. 27-33.
- BELO, R. (1955) - *Subsídios para o estudo da época do Bronze na região de Torres Vedras*. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Lisboa, p. 38-40.
- BERGER, J. P. R. (2010) - *Linhas de defesa de Lisboa ou Linhas de Torres, A engenharia militar na salvaguarda do património nacional no Município de Arruda dos Vinhos*. In Arruda dos Vinhos na Rota Histórica das Linhas de Torres, Catálogo do Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Arruda dos Vinhos. Município de Arruda dos Vinhos. p.9.

- BERGER, J.P (2014) – *Guerra Peninsular. Sobral de Monte Agraço no Caminho da Invasão de Massena em 1810 – Última Tentativa de Napoleão para Conquistar Portugal*. Cadernos. Cadernos CILT. 2. Sobral de Monte Agraço. 143 p.
- BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BOURBON e NORONHA, T. (1944) – *Arruda dos Vinhos: notas históricas e arqueológicas*. Estremadura. Lisboa. 2ª série.5. p. 29-34.
- BOURBON e NORONHA, T. (2006) - *Memórias de um João Semana*. Arruda dos Vinhos. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
- BRANCO, M. G. A. (2007) - *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço*. Trabalhos de Arqueologia 49. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. 212 p.
- BURILLO MOZOTA, F. (1997) – *Prospección arqueológica y geoarqueología*. In *La prospección arqueológica*. Actas del II Encuentro sobre Arqueología y Patrimonio. Granada, p. 117-132.
- BUGALHÃO, J. (2002) - *Instituto Português de Arqueologia Em Processo de Extinção*. In *Al-Madan II.ª*, Série (11), Dezembro. CAA. p.45-48.
- BURNETT, A.; AMANDRY, M. e RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I. The Julio-Claudians*. Londres/Paris.
- CABAÇO, H. ; JALHAY, E. (1934) – *Estela Funerária de Alenquer*. Revista de Arqueologia. T. II. Fasc. IV. Lisboa. p. 110-113.
- CALADO, M. (1993) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M; ROQUE, C. (2013) – *O Tempo dos Deuses: Nova Carta Arqueológica do Alandroal*. Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M; MATALOTO, R (2001) – *Carta Arqueológica do Redondo*. Câmara Municipal do Redondo. 205 p.
- CALAIS, C. (1993-94) – *Povos (Escola-Velha) – Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo (1990)*. In: Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 6. p. 50-62.
- CALAIS, C. (1995-97) – *Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas*. In: Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7. p. 47-74.

- CARVALHO, A., SANTOS, C., LISBOA, M. ; BUGALHÃO, J. (2011) - *Instrumentos de protecção e delimitação de centros históricos: o caso de Cascais*. In Monumentos, 31. Lisboa: IHR.p. 174-181.
- CARDOSO, G. (1991) – Carta Arqueológica do Concelho de Cascais. Câmara Municipal de Cascais. 111 p.
- CARDOSO, G. (1997) - *Sítio arqueológico do castelo (Arranhó, Arruda dos Vinhos) - Relatório de Escavação*. Assembleia Distrital de Lisboa.
- CARDOSO, G. (2001) - *Arqueologia no distrito de lisboa-arruda dos vinhos, azambuja, sobral de monte agração e torres vedras. O sítio arqueológico do castelo (arranhó, arruda dos vinhos)*. Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa. p. 3-5.
- CARDOSO, G. (2006) - *Estelas do Concelho de Cascais*. In O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 3. p .571-595.
- CARDOSO, G. (2008a) – *Escavações e estudo de materiais arqueológicos*. In Relatório Anual do Núcleo de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa – 2008. Assembleia Distrital de Lisboa. (Relatório policopiado).
- CARDOSO, G. (2008b) - *Os Fortes de S. Sebastião e da Carvalha (Arruda dos Vinhos) – Aspectos Arqueológicos*. In Relatório Anual do Núcleo de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa – 2008. Assembleia Distrital de Lisboa. (Relatório policopiado).
- CARDOSO, G. (2010) – *Escavações Arqueológicas nos Fortes do Casal do Cego e da Carvalha, Arruda dos Vinhos*. In Arruda dos Vinhos na Rota Histórica das Linhas de Torres, Catálogo do Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Arruda dos Vinhos. Município de Arruda dos Vinhos. p. 11.
- CARDOSO, G. (2014) - *Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos)*. CIRA-ARQUEOLOGIA III – ATAS - Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. p. 200-241.
- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (2000)- *Notas sobre a ocupação proto-historica na villa romana de Freiria*. In Actas Congresso de Proto- historia Europeia. Revista de Guimarães. Volume Especial. 2. p. 741–756.
- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (2010) – *Arruda dos Vinhos – Uma Rota Privilegiada*. Assembleia Distrital de Lisboa. 24 p.

- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (2013) - *O Povoamento pré-romano de Freiria – Cascais*. *Cira Arqueologia*. N.º 2. Vila Franca de Xira. p. 133-180.
- CARDOSO, G. ; ENCARNAÇÃO, J (2014) – *Peso de tear romano com inscrição de Arruda dos Vinhos (Conventus Scallabitanus)*. *Ficheiro Epigráfico* 118. inscrição nº 508. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.
- CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2008) - *Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro*. In *Atas do I Seminário do Património da Região Oeste – 2006*. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos. p.127-133.
- CARDOSO, G. ; LUNA, I. (2005) - *Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras*. In *Actas do Congresso – A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara Municipal do Bombarral. p. 65-83.
- CARDOSO, J. L. (1994) - *Investigação arqueológica na área de Lisboa: os últimos 10 anos*. *Al-madan*. p. 59-74.
- CARDOSO, J.L. (1995) – *O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um Ensaio*. «Conimbriga» XXXIV (1995). p. 33-74 (separata, p. 1-42).
- CARDOSO, J.L. (1995) - *Ocupação campaniforme do povoado de Montes Claros*. In *A Idade do Bronze em Portugal*. Instituto Português de Museus. Lisboa. p. 35.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo*. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia ; Oeiras . Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2000) – *O Calcolítico da Baixa Estremadura : contributos para um ensaio, a propósito de Leceia (Oeiras)*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8. p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12. p. 241-323.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS (2010) - *Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados Preliminares da Escavação Integral de um Povoado Calcolítico Muralhado*. In *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.-* *Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Victor S. Gonçalves, Ana Catarina Sousa, eds. 2. Coleção dos Tempos Antigos.
- CARDOSO, J. L. ; CARREIRA, J. R. (1997/98) - *A ocupação de Época Púnica da Quinta da Torre (Almada)*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7. p. 189–217.
- CARDOSO, J. L., SILVA, C. T., SOARES, J. (2008) – *A ocupação do Neolítico Antigo*

do povoado do Carrascal (Leceia, Oeiras). In Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 16, p. 247-267.

CARDOSO, J. L., TAVARES DA SILVA, C., MARTINS, F. e ANDRÉ, C. (2011) - *O Casal Agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras)*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Volume 18. Câmara Municipal de Oeiras.p.74-102.

CARNEIRO, A. (2005) - *Carta Arqueológica do concelho de Fronteira*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira.

CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (Um território rural no interior norte da Lusitania)*. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CHOUQUER, G. (2000) – *L'étude des Paysages. Essai sur leurs formes et leur histoire*. Paris. Éditions Errance.

CHOUQUER, G. (2007) – *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra e Porto. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

CHOUQUER, G.; FAVORY, F. (1991) – *Les paysages de l'antiquité – Terres et cadastres de l'Occident romain (IV s. avant J.-C./III s. après J.-C.)*. Paris. Editions Errance.

CLÍMACO, C. (2010) - *As Linhas de Torres Vedras - Invasão e resistência (1810-1811)*. Edições Colibri. 216 p.

Constituição da Republica Portuguesa. (2000). Coimbra Almedina.

COSTA, C. (2005) – *Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico Autoestrada nº10 (Bucelas/ Carregado A1, sublanço Arruda dos Vinhos/ Carregado A1, trecho 1- Arruda dos Vinhos / IC11 Viaduto sobre a Ribeira da Laje e Rio Grande da Pipa) , de 17 de Agosto de 2004 a 29 de Julho de 2005*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.

COSTA, M. C. E. C. (2010) – *Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia: Redes Viárias de Alenquer e suas dinâmicas- Um estudo de Arqueografia* , Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Edição Policopiada).

COSTA, P. M. C. (2007) - *Livro dos Copos* In *Militarum Ordinum Analecta* vol.I. Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto.

COSTA, P. P. ; PIMENTA, M. C. (2008-2009) - *A cruzada e os objectivos fundacionais das Ordens Religioso-Militares em Portugal*. In *Revista Portuguesa de História*. Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 273-284.

CRIADO BOADO, F.; VILLOCH VAZQUEZ, V. (1998) - *La monumentalizacion del paisaje: percepcion y sentido original en el Megalitismo de la Sierra de Barbanza*. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55:1, p. 63-80.

Chancelarias portuguesas (2004-2005) - D. João I. Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Chancelarias portuguesas (1998-2002) - D. Duarte. Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

CRUZ, P. Belchior da (1897) - *Notícias várias*. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 3, p. 143144; 181182.

CUNHA, J. (1997) – *Criações do Génio Popular. Elementos da Literatura oral do Concelho de Arruda dos Vinhos*. Associação para a Recuperação do Património de Arruda. Arruda dos Vinhos. 137 p.

DAVEAU, S. (1980) - *Espaço e tempo: evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos*. *Clio*. Lisboa. 2. p. 13-37.

DIAS, I. [et al.] (2000) - *Tecnologias de produção e proveniência de matéria-prima das cerâmicas campaniformes da Fraga da Pena (Fornos de Algodres, Portugal)*. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: ADECAP.4, p. 253- 268.

DINIZ, M.(2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização do Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 48).

DIOGO, A. M. D. (1984) - *O material romano da 1ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém*. Conímbriga. XXIII. Coimbra, p. 111-141.

DIOGO, A. M. D. ; TRINDADE, L. (1993-1994) - *Materiais provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)*. Conímbriga. XXXII-XXXIII. Coimbra, p. 263-281.

ENGLUND, S. (2008) - *Napoleão - Uma Vida Política*. Coleção Biografias. Edições 70. 648 p.

- ENCARNAÇÃO, J. (2012) – *Fragmento de inscrição funerária de Arruda dos Vinhos (Conventus Secallabitanus)*. Ficheiro Epigráfico 101, inscrição nº 449. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.
- ESTÊVÃO, F. (2002) - *O património das Linhas de Torres no município de Loures. Identificação e caracterização das obras militares*, in VV.AA. (2002), “*Fortes, Fortins e Redutos. Um Contributo Para a História Local*”. Loures: Câmara Municipal. p. 65-80.
- ESTÊVÃO, F. (2004) – *Notícia sobre a Estrutura Arquitetónica da Quinta da Romeira de Baixo (Bucelas) – Mausoléu Familiar associado ao ritual de incineração*. In: *Arqueologia como Documento [Catálogo de Exposição]*. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural. p.45-51.
- ESTÊVÃO, F. (2013) - *A experiência do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres: uma paisagem polivalente Florbela Estêvão*. Artigo apresentado no III Encontro Cítem e Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde, Porto e Baião. 14 p. (Artigo Policopiado).
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ/ INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1992)- *A romanização do atual território português*. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I, p. 202-299.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002) - *Chões de Alpompe*. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004) – *Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação* In *Figlinae Baeticae. Talleres, alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana*. British Archaeological Reports International Series. 1266, p. 379-410.
- FABIÃO, C. (2004a) – *El ejército romano en Portugal*. In *El ejército romano en Hispania*. Guia Arqueológica. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2013) - *Romanos no baixo Tejo*. Pimenta, João (Coord.), Catálogo da Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do vale do Tejo, Lisboa, p. 61-68.

- FABIÃO, C.; DIAS, M. S.; CUNHA, M. (2008) - *Sit tibi terra levis: rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal: catálogo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (1987) - *Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. Da Pré-História à História – Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Editora Delta. Lisboa. p. 287-308.
- FARIA, A. J. M. (1987) - *Guerras e conflitos no vale do Tejo, na Antiguidade. O testemunho dos tesouros monetários*. Arqueologia no Vale do Tejo. Instituto Português do património Cultural. Lisboa. P. 60-61.
- FARIA, A. M. (1999) – *Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos*. In: Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 2. Número 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 29-50.
- FEDER, K. L. (1997) – *Site Survey*. In HESTER, T. H., FEDER, K. L. e SHAFER, H. J., *Field methods in Archeology*. Connecticut: Mayfield Publishing.
- FERNÁNDEZ, J.C. (1993) - *Diversos métodos de prospección geofísica aplicados a la Arqueología*. Aplicaciones Informáticas en Arqueología: Teorías y Sistemas. Vol.2. p. 56-71.
- FERREIRA, S. D. (2003) - *Os copos no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 6. Número 2. p. 181-228.
- FERRO, J. P. (1996) – *Alenquer Medieval (Séculos XI-XV)*. Cascais. Patrimonia. p. 192.
- FRAGOSO, V. coord.(2011) - *Carta Arqueológica de Loures*. Câmara Municipal de Loures (Policopiado).
- GALEGO, J. ; DAVEAU, S. (1986) - *O numeramento de 1527-1532 : tratamento cartográfico*. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.
- Gamna (Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia) Boletim Informativo* 102 (2005). Lisboa. 5.
- GIL, C. ; RODRIGUES, J. (2000) - *Por Caminhos de Santiago. Itinerários Portugueses para Compostela*. Guias Edições Dom Quixote. Lisboa. pp. 46-48.
- GOMES, J. ; PONTE, S. da (1984) – *Três bronzes Romanos da região de Alenquer*. Conímbriga. Volume XXIII. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 99-101.
- GOMES, R. (2000). *Ambiente Urbano, Conceito e Estratégia*. Urbe.

- GONÇALVES, J. L. M. (1993) - *O sítio arqueológico do Castelo*. In Catálogo da exposição. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
- GONÇALVES, J. L. M. (1995a) - *O povoado fortificado da Fornea (Matacaes-Torres Vedras)*. In *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras (1987)*. Lisboa: IPPAR, p. 123-140.
- GONÇALVES, J. L. M. (1995) – *Arruda dos Vinhos. Notas arqueológicas*. In *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, p. 510.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) - *O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – escavações de 1988 a 1993*. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 3, Lisboa, p. 5-52.
- GONÇALVES, V. S. (1982) – *O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche)*. *Clio-Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Vol. 4. p. 7-14.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84) – *Programa para o estudo das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no centro de Portugal (ESAG)*. *Clio/Arqueologia Revista da Uniarch*. Lisboa. Vol. I. p. 207-212.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84a) - *Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva: Debate com a participação de Victor Gonçalves, Joaquina Soares*. *Clio/Arqueologia*. Lisboa. Vol. I. p. 141-154.
- GONÇALVES, V. S. (1994) – *A primeira metade do 3º milénio no centro/sul de Portugal: Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. Trabalhos de Antropologia e Etnografia* (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, 4). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia. 34. fasc. 3-4. p. 117-131.
- GONÇALVES, V. S. (1995) - *Sítios, «Horizontes» e Artefactos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (1997) – *Suzanne Deveau e a Arqueologia: Tempo e Espaço*. *Finisterra*, XXXII, 63. p. 71-80.
- GONÇALVES, V. S. (2000) - *Muita Gente, Poucas Antas?: Actas do Iº Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. *Trabalhos de Arqueologia* 16. Instituto Português de Arqueologia

- GONÇALVES, V. S. (coord.) (2003a) – *Muita Gente, Poucas Antas?: Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo: Actas do 2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Trabalhos de Arqueologia 25. Instituto Português de Arqueologia. 534 p.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos: Leituras Críticas de Realidades Perdidas*. Cascais. 2ª edição, revista e aumentada, 380 p.
- GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C., COSTEIRA, C (2013) - *Walls, Gates and Towers. Fortified settlements in the South and Centre of Portugal: Some notes about violence and walls in the 3rd millenium BCE*. Academiaedu.
- GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (2000) – *Memoria, historia y patrimonio: hacia una concepción social del patrimonio: toward a social concept of the heritage*, Madrid: CSIC.
- GUERRA, A. (2012) - *O troço inicial da via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga*. Cira Arqueologia – Atas mesa redonda – de Olisipo a Ierabriga. N.º 1. Vila Franca de Xira.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – *Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo*. In Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. p. 29-42.
- HANNING, E. G. R. e GOLDENGERG, G. (2010) - *Metal for Zambujal: experimentally reconstructing a 5000-year-old technology*. Trabajos de Prehistoria,67, N.º 2, julio-diciembre 2010.p. 287-304.
- HERCULANO, A. (1846-1853) - *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III*.
- HENRIQUES, G. (1873a) – *Alenquer e seu Concelho*. Arruda Editora. Fac-símile da edição de 1873.
- HENRIQUES, G. (1873b) – *A Vila de Alenquer*. Arruda editora. Fac-símile da edição de 1873.
- HENRIQUES, S. (2008) - *O Sítio do Castelo (Santa Catarina, Caldas das Rainha). Do Neolítico à Idade do Ferro*. In Actas do IV Seminário do Património da Região do Oeste. Arruda dos Vinhos, p. 83-110.
- HIPÓLITO, M. de C. (1960-61) – *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*. Conímbriga. 2-3. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 1-166.

- JARDIM, R., e SEQUEIRA, M. M. (2008) - *Lista das plantas Vasculares (Pteridophyta e Spermatophyta)* in BORGES, P. A. V.; ABREU, C.; AGUIAR, A. M. F.; CARVALHO, P.; JARDIM, R.; MELO, I.; OLIVEIRA, P; SÉRGIO, C.; SERRANO, A. R. M. e VIEIRA, P. In P. A. BORGES, C. ABREU, A. M. AGUIAR, P. CARVALHO, R. JARDIM, I. MELO, et al., *A list of the terrestrial fungi, flora and fauna of Madeira and Selvagens archipelagos* Funchal and Angra do Heroísmo: Direcção Regional do Ambiente da Madeira and Universidade dos Açores. pp. 178-207.
- JORGE, S. O. (2005) – *Colónias, fortificações, lugares monumentalizado : trajetória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular*. In *O Passado é Redondo: Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Biblioteca de Arqueologia 2. Edições Afrontamento.p.15-27.
- KUNST, M. (1995) – *Central places and social complexity in the Iberian Copper Age*. In LILLIOS, K., ed. - *The origins of complex societies in Late Prehistoric Iberia*. Michigan : International Monographs in Prehistory, 1995. (Archaeological Series ; 8). p. 32-43.
- KUNST, M. (2001) – *Invasion? Fashion? Social Rank? Consideration concerning the Bell Beaker phenomenon in Copper Age fortifications of the Iberian Penninsula*. In NICOLIS, F., ed. lit. - *BellBeakers today : pottery, people, culture, symbols in prehistoric Europe : proceedings of the International Colloquium Riva del Garda, Trento*. Trento : Servizio Beni Culturali, 2001. p. 81-90.
- KUNST, M. e UERPMANN, Hans - Peter (2002) - *Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 1994 e 1995*. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5:1, p. 67-120.
- LACROIX, M. (1997) - *O Princípio de Noé ou a ética de salvaguarda*, Ed. Piaget, Lisboa, s/d [1999] – ed. Original, Flammarion.
- LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. p.17-18
- LE MOS, F. (1993) - *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- LOBO, F.S. (2015) - *A Defesa de Lisboa - Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oriente e Sul do Tejo (1809-1814)*. Tribuna da História. 354 p.
- LOPES, F.; CORREIA, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*. Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

- LOPES, J. (2010) - *Forte do Cego e Forte da Carvalha Estudos Arqueológicos*. In Arruda dos Vinhos na Rota Histórica das Linhas de Torres, Catálogo do Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Arruda dos Vinhos. Município de Arruda dos Vinhos. pp. 16-17.
- LOPES, J. E.; CORREIA, A. F. (2014) - *Arqueologia Pública – Educação para o Património: Serviços educativos e dias abertos no Município de Arruda dos Vinhos. Uma estratégia de aproximação da arqueologia e educação patrimonial à comunidade*. O Ideário Patrimonial. N.2. Tomar. p.258-269.
- LOURENÇO, J. H. T. L. (2009) - *A indústria na Vila de Alenquer (1565-1931)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. (Tese Policopiada).
- MACHADO, M. J. (1991) - *Contribuição para o estudo da dinâmica da bacia-vertente do Rio Grande da Pipa*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada na Faculdade Letras da universidade de Lisboa. (Tese policopiada).
- MANTAS, V. G. (1982) – *Inscrições Romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*. Conimbriga. XXI. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 5-99.
- MANTAS, V. G. (1996a) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. 2 Vol. Coimbra. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MANTAS, V. (1996b) - *Arqueologia e teledetecção*. Al-Madan. Nº5. pp: 62-69.
- MANTAS, V. (1998) - *Vias Romanas do Concelho de Loures. Da vida e da morte: os Romanos em Loures*. Loures, p. 17-28.
- MANTAS, V. (2000) - *A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras*. Turre Veteras. Actas de História Medieval. Vol. I. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”. p. 9-25.
- MANTAS, V. (2002) - *A população da região de Torres Vedras na época Romana*. Turre Veteras. Actas de História Medieval. Vol. IV. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”. p. 129-141.

- MANTAS, V. (2012a) - *A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios. Cira Arqueologia – Actas mesa redonda – de Olisipo a Ierabriga*. N.º 1, Vila Franca de Xira. (edição electrónica).
- MANTAS, V. G. (2012b) - *As vias Romanas da Lusitânia*. Studia Lusitana. 7. Mérida.
- MARCARENHAS, A. J. M. de; BERGER, J. P. R.(2013) - *As Linhas de Defesa de Lisboa Construídas na Guerra Peninsular: Memórias de Engenheiros Militares Coligidas por Ocasão do 2º Centenário*. Lisboa: Direção de Infra-estruturas do Exército.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M., (1974) - *Aspectos da Proto-história do Território Português. I – definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)*. In Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973). Ministério da Educação Nacional, Porto, p. 125-148.
- MARQUES, T. (1993) - *El concepto de carta arqueológica a partir de la experiencia portuguesa*, Inventarios y Cartas Arqueológicas. Actas Homenaje a Blas Tarracena: p. 83-86;
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) - *Los orígenes de Lusitania – el I milenio A. C. en la Alta Extremadura*. Bibliotheca Archeologica Hispana, 2. Madrid.
- MARTINS, A. M. N. (2012) - *A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território*. Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 15. p. 219–256.
- MORAIS, R. (2010) - *Ânforas*. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. e GONÇALVES, A. (Coord.). *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana. 5. Mérida, p. 181- 218.
- MASCARANHAS, J.M.; BARATA, F.T. (1992) - *Deteção remota e conservação do património*. Correio da Natureza. Vol. 17. p. 10-15.
- MATIAS, C. (2003) – *Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica*. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra.
- MATTOSO, J. (1982) - *Ricos - Homens, infâncias e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Guimarães Editores. Lisboa.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (2010) - *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- MEDEIROS, M. C.; SURYA, L. (2009) – *A importância da educação patrimonial para a preservação do património. Comunicação*, ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, Brasil, 2009.p.1-9.
- MONTEIRO, M. C. (Coord.) (2011) - *As Linhas de Torres Vedras. Um Sistema Defensivo a Norte de Lisboa*. Torres Vedras: PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.
- MOUTINHO, J. V. (2013) – *O gigante e os lobisomens. In Portugal Lendário, Tesouro da Tradição Popular*. Circulo de Leitores. p. 329-330.
- NUNES, M. ; CRISTIANO, C. ; SOUSA, L. ; GONÇALVES, C (2007). – *Marcos de Propriedade no concelho de Lousada: notas para a sua significação histórico-arqueológica*. OPPIDUM. Número 2. P. 39-56.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (1956) - *A sociedade em Portugal nos séculos XII a XIV : subsídios para a sua história*. Lisboa.
- OLIVEIRA MARQUES de, A. H. (1980) - *Ensaio de história medieval portuguesa*. Vega . Lisboa. p. 121-133.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (1980a) - *Estratificação Social de uma vila portuguesa da Idade Média*. Ensaio de história medieval portuguesa. Veja. Lisboa.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (1990) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XV)*. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (organizador) (1990-1992) - *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa.
- OLIVEIRA, S.M.C. (2012) - *Incidência Espacial e Temporal da Instabilidade Geomorfológica na Bacia do Rio Grande da Pipa (Arruda dos Vinhos)*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Tese Policopiada).
- OOSTERBEEK, L. (1992) - *A Epistemologia da Transição – Galileu*. In: Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar. Tomar: Câmara Municipal de Tomar 16. p. 105-113.
- OOSTERBEEK, L. (2000) - *Continuidade e descontinuidades na pré-história. Estatuto Epistemológico da Arqueologia e da Pré - história*. In: Revista de trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 40 (3-4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 51-74.
- OOSTERBEEK, L. (2001) – *Re-thinking the Mesolithic-Neolithic transition in the*

- Iberian peninsula: a view from the west*. Documenta Praehistorica. Liubliana. XVIII, p. 75-84.
- OOSTERBEEK, L. (2007) - *Arqueologia, Património e Gestão do Território – polémicas*. Brasil: Habilis.
- OOSTERBEEK, L. (2009) - *A Arqueologia de um ponto de vista social: recurso, identidades e riscos num contexto de mudança*. In: FIGUEIREDO, S. (ed.) - *Actas da jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: Centro Português de Pré- História e Geo- História. p. 49-63.
- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; CURA, P. (2006) - *Educação, criatividade e cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação*. Revista de Arqueologia. Nº19, p. 103-110.
- PAÇO, A. do (1966) - *Castelo da Pedra de Ouro*. Separata dos «Anais». Lisboa: [s.n]. 2.a Serie. 16. p. 117-155.
- PARREIRA, R. (1986) – *Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985*. In: Boletim Cultural. CIRA 2. Vila Franca de Xira. p. 101-110.
- PARREIRA, R. (1987) – *Calcolítico do Vale do Tejo*. In *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. P. 44-47
- PARREIRA, R. (1990) - *Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 3902*. In Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Vila Franca de Xira. 4. p. 77- 91.
- PEREIRA, A.; MONTEIRO, M. (2011) - *Cerâmica Comum Romana no Concelho de Castelo de Vide (Estudo Preliminar)*. Revista ACAFA on-line. Nº 4. Vila Velha de Rodão.
- PEREIRA, C. (2012) – *O Sítio Romano do Vidigal, Aljezur*. Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 15.p. 155–179.
- PEREIRA, F. I. P. S. (2011) - *Archaeometallurgical Study of Artefacts From Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. p. 125-138.
- PEREIRA, J. (2006/2007) - *Arqueologia de emergência em Portugal*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Arqueologia, ao Departamento de História, Arqueologia e Património da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 129 p.

- PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia. 26. Instituto português de Arqueologia. Lisboa.
- PIMENTA, J. (COORD) (2013) – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo), Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu Nacional de Arqueologia.
- PIMENTA, J. ; HENRIQUES, E. ; MENDES, H. (2012) – *Acampamento Romano do Alto dos Cacos (Almeirim)*. Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim. Almeirim. 112 p. (Policopiado).
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008) - *O povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira*. Al-madan. IIª Série. 16. Almada, p. 26-37.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2008) - *Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge)*. Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 11. número 2. 2008, p. 171–194
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2010-11) – *Novos dados sobre a presença fenícia no Vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 18. p. 591-618.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2011) – *O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 13. p. 25-56.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) - *Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis*. Circa 1. Vila Franca de Xira. P. 41-63.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2003) - *Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucerna*. Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 6. número 2. 2003, p. 283-399.
- PIMENTA, J. ; SEPÚLVEDA, E. ; FARIA, J. C. ; FERREIRA, M. (2006) – *Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana*. Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 9. número 2. 2006, pp. 299-316.
- PINHO, L. (1873-1890) - *Portugal antigo e moderno. dicionario geographico, estatistico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico*

de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias. 12 vol.s. Livraria de Mattos Moreira. Lisboa.

PINTO, I. V. (2003) - *Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja).* Universidade Lusíada. 704 p.

Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos, 2002, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

PINTO, M. A. (2012) - *O forno Romano da Pipa (Arruda dos Vinhos).* Cira 1. Vila Franca de Xira. p: 158-166.

PONTE, S. da (1982) - *Uma Coleção de fíbulas da Estremadura.* Boletim Cultural Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa. p. 215-223.

PONTE, S. da (2006) - *Corpus signorum das fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal.* Caleidoscópio. Coimbra.

PRIMO, J. (1999) - *Museologia e Património: Documentos Fundamentais.* Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia nº 15, Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

REUTER, A. E. (1938) – *Chancelarias Medievais Portuguesas - Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques.* Vol. I. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra. pp. 339-340

RIBEIRO, M.C.F. (2001) – *Tese de Mestrado: A arqueologia e as tecnologias de informação: uma proposta para o tratamento normalizado do registo arqueológico.* Universidade do Minho. Braga (Edição Policopiada).

RIBEIRO, O. (1967-) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico.* 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

RIBEIRO, O. (1991) - *Aglomeración e dispersão do povoamento rural.* In Ópusculos Geográficos. Vol. IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987) - *Geografia de Portugal. I: a posição geográfica e o território.* Lisboa: Edições João Sá da Costa.

RICARDO, I. ; GRILO, C. (2013) – *Carta Arqueológica de Beja.* Câmara Municipal de Beja, Maio de 2013. (Policopiado).

- ROCHA, A. (2010) – *Forte do Alqueidão - Sobral de Monte Agraço. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.
- ROCHA, A. (2011a) – *Forte do Alqueidão – Sobral de Monte Agraço. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2011*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.
- ROCHA, A. (2011b) – *Forte do Simplício – Sobral de Monte Agraço. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2011*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.
- ROCHA, A.; LOPES, J. (2008) – *Forte do Alqueidão – Sobral de Monte Agraço. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.
- ROCHA, A. ; LOPES, J. (2009) – *Forte do Alqueidão – Sobral de Monte Agraço. Relatório dos trabalhos arqueológicos da campanha 2 (2009)*. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR. Lisboa.
- ROCHA, A.; REPRESAS, J. (2014) - *Forte do Alqueidão – Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas*. Cadernos CILT. 1. Sobral de Monte Agraço. 107 p.
- ROGEIRO, Filipe Soares (1997) – *Arruda dos Vinhos, das origens à restauração do Concelho em 1898*. Arruda Editora. Arruda dos Vinhos.
- SILVA, A. R. (2012) – *Villa Romana de Frielas*. Cira 1. Vila Franca de Xira. p. 88-102.
- SILVA, F. A. (2002) - *Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu*. Pará. Horizontes Antropológicos. V.8 nº18 . Porto Alegre. (versão On-line).
- SILVA, C.G. (2010) – *As Linhas de Torres Vedras*. Edições Colibri. 332 p.
- SILVEIRA, C. et al. (Coord.) (2011) - *Rota Histórica das Linhas de Torres*. Guia. PILT: Vila Franca de Xira.
- SIMÕES, M. M. L. (1994) - *As regiões de "Torres" e "Alenquer" no contexto do calcolítico da Estremadura portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SENNA – MARTINEZ, J. C. (1995/1996) – *Pastores, recolectores e construtores de megálitos na Plataforma do Mondego no IV e III milénios AC: (I) o sítio de habitat do Ameal* . VI. Trabalhos de Arqueologia da EAM. Lisboa. Colibri, 3/4. p. 83-122.
- SENNA – MARTINEZ, J. C. (2000) – *O Bronze Pleno. Uma transformação na continuidade?* Por Terras de Viriato. p. 105-109.

- SENNA – MARTINEZ, J. C. (2007) - *O Bronze Final no Centro de Portugal: Contribuição para um estudo acerca da etnogénese regional*. in: Pedro BARBOSA, Ed.(2007) *Arte, História e Arqueologia. Pretérito sempre presente*. Ésquilo, Lisboa, pp.17-36.
- SEQUEIRA, M. M., FONTINHA, S., FREITAS, F., RAMOS, L., e MATEUS, M. G. (2006) - *Plantas e Usos Tradicionais nas Memórias de Hoje - Freguesia da Ilha*. Funchal: Casa do Povo da Ilha / Parque Natural da Madeira.
- SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra:105 .contribuições para o estudo da Neolitização da Península de Lisboa*. Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia, 12).
- SOARES, A. M. M.. (2005) - *A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões*. In Arnaud, J.M., Fernandes, C. V., eds. – *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p 179-188.
- SOUSA, A. C. (1997) - *O Penedo do Lexim e o Calcolítico da Ribeira de Cheleiros: leituras (des)encontradas dos materiais arqueológicos do Museu Municipal de Mafra*. Boletim Cultural. Mafra. p. 207-220.
- SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 11). 275 p.
- SOUSA, A. C. (1999) – *O povoado pré-histórico do Penedo do Lexim (Igreja Nova, Mafra): resultados preliminares da campanha I (98)*. Boletim Cultural '98. Câmara Municipal de Mafra. p. 451 – 506.
- SOUSA, A. C. (2000a) – *3000, 2000, 1000 (antes de Cristo): contar o tempo no Penedo do Lexim*. Boletim Cultural '99. Câmara Municipal de Mafra. p. 181-196.
- SOUSA, A. C. (2000b) – *Penedo do Lexim. Campanha 1999*. Cadernos de Arqueologia de Mafra. Câmara Municipal de Mafra, nº 1.
- SOUSA, A. C. (2009) – *Mapear o povoamento estremenho do 4º e 3º milénio a.C: Um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras, 17, pp. 223-235.
- SOUSA, A. C. (2010) - *O Penedo do Lexim e a Sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Volume 1. P. 722

- SOUSA, A. C. ; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2004) - *Metalurgia antiga do Penedo do Lexim (Maфра): Calcolítico e Idade do Bronze*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 7. Número 2. P. 97-117
- SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a. C.* Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- SOUSA, E. (2013) - *A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do 1º milénio a.C.* . In *Cira-Arqueologia II – O Tejo, Palco de Interação Entre Indígenas e Fenícios*. pp: 103-117.
- SOUSA, É. M. (1992) - *Presença de “terra sigillata” Clara com decoração de relevos aplicados na Villa de Santo André de Almoçageme (Freg. de Colares, Conc. de Sintra)*. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 9-10, pp. 385-390.
- SOUSA, L. ; NUNES, M. ; GONÇALVES, C. (2007) – *Tegulae* com marcas de oleiro e pegadas de animais no concelho de Lousada. OPPIDUM. Número 2. 57-74.
- SPINDLER, K ; TRINDADE, L. (1970) - *A Póvoa eneolítica do Penedo – Torres Vedras*. In *Actas das I Jornadas de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. 2. Lisboa, p.10.
- TAVARES DA SILVA, C. ; SOARES, J. (1997) - *Chibanes revisitado primeiros resultados da campanha de escavações de 1996*. Estudos Orientais, VI, Lisboa, p. 33-66.
- TAVARES, M. J. P. F. (2000) - *Os judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães Editores. Lisboa. pp. 60,103,132,133.
- VALERA, A. C. (2000) - *Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da arqueologia da paisagem*. Era Arqueologia. Lisboa. 1, p. 112-121.
- VÁRIOS (1986) – *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. 1. Instituto Português do Património Cultural. Serviço Regional de Arqueologia do Sul. Évora. P. 109.
- VÁRIOS (1999-2000) - *Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A. C.): breve síntese*. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Proto-História da Península Ibérica. Vila Real.
- VÁRIOS (2002) - *O Calcolítico na região de Torres Vedras*. *Turres Veteras IV - Actas de Pré-história e História Antiga*. Torres Vedras.
- VÁRIOS (2008) – *A região de Alcobaça na época romana - A estação Arqueológica de Parreitas (Bárrio)*. Cord. BARBOSA, P. G. Município de Alcobaça.

- VÁRIOS (2010) – *Linhas de Torres Vedras – Memórias Francesas sobre a III Invasão*. Livros Horizonte.
- VASCONCELOS, J. L. (1898) - *Relatório da exploração da anta do «Casal das Antas de Baixo» (Arruda)* [Manuscrito]. Arquivo de J. L. de Vasconcelos. Caixa 6 (A-B): Apontamentos por proveniência. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1917) – *Coisas velhas: 26. Antas em Alenquer?*. O Arqueólogo Português. Lisboa, 22, p. 121.
- VENTURA, A. (2010) - *Linhas de Torres Vedras. Memórias Francesas sobre a III Invasão*. Lisboa. Livros Horizonte.
- VENTURA, L. (2006) - Oliveira, António Resende de : *Chancelaria D.Afonso III*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, A., SOUSA, M.L.M. (2007) - *Guerra Peninsular, 200 Anos*. Biblioteca Nacional. 225 p.
- VICENTE, A.P. (2007) - *Guerra Peninsular 1801 / 1814. Coleção Guerras e Campanhas Militares*. Quidnovi. 104 p.
- VIEGAS, C. (2003) - *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém - Economia, comércio e cerâmica*. Trabalhos de Arqueologia, 26. Lisboa.
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.
- VV.AA. (2012) - Loures 10 Paisagens. Euroscapes. Gestão de Paisagem em Áreas Urbanas e Periurbanas Europeias. Loures. Câmara Municipal Loures.
- ZAPATERO, G. R. (1997) – *La prospección de superficie en el Arqueología*.
- ZAPATERO, G.R.; MARTÍNEZ, V.M.F. (1993) - *Prospección de superficie, técnicas de muestreo y recogida de información, Inventarios y Cartas Arqueológicas*. Actas Homenaje a Blas Tarracena. p. 87-98.
- ZBYSZEWSKI, G.; ASSUNÇÃO, C. T.D. (1965) – *Notícia explicativa da folha 30-D (Alenquer)*. Carta Geológica de Portugal (1:50 000). Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

Documentos e Planos Estratégicos

Programa Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos - Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 2002. (Edição Policopiada).-

Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos , 1ª fase , Caracterização e Diagnóstico, Volume II - Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 2006 (Edição Policopiada).

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. CEDOUA, 2007. Edições Almedina.

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT):

,

(Ordem de Santiago)

Livro 1 do suplemento : doc. 6, doc. 16, doc. 18, doc. 19, doc. 76, doc. 113, doc.117, doc. 146, doc.176

Livro 2 do suplemento : doc. 2 , doc. 44

Livro 3 do suplemento : doc. 158

Livro 4 do suplemento : doc. 57

Legislação

Constituição da Republica Portuguesa:

Artigo 9.º alínea e. - Tarefas fundamentais do Estado

Artigo 66.º n.º 2 alínea c. - Ambiente e qualidade de vida

Artigo 161.º alínea c. - Competência política e legislativa

Artigo 201 n.º 1, alínea c. - Competência dos membros do Governo

Diário da República:

Lei do Património Cultural Português (Lei 107/2001 de 8 de Setembro)

Lei do Mecenato Cultural (Dec. Lei 74/99 de 16 de Março e respetivas alterações

Avaliação de Impacto Ambiental (Dec. Lei 69/2000 de 3 de Maio)

Carreiras Específicas de Arqueologia (Dec. Lei 28/97 de 21 de Julho)

Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Dec. Lei 270/99 de 15 de Julho, alterado por Dec. Lei 287/2000 de 10 de Novembro)

Orgânica do Instituto Português de Arqueologia (Dec. Lei 117/97 de 14 de Maio)

Lei Orgânica do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP) - Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março

Estatutos do IGESPAR, IP - Portaria nº 376/2007, de 30 de Março

Cartas e Convenções Internacionais

Carta de Veneza – ICOMOS (1954)

Recomendações de Nova Deli – UNESCO (1956)

Convenção de Londres – Conselho da Europa (1969)

Convenção de Granada – Conselho da Europa (1985)

Carta de Lausanne – ICOMOS (1990)

Convenção de Malta – Conselho da Europa (1992) (revista) (Valletta, January 1992)